



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

CDS-PARTIDO POPULAR – CDS-PP

Relatório da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECFP) relativo às Contas da Campanha Eleitoral para as Eleições Gerais para os Órgãos das Autarquias Locais realizadas em 29 de setembro de 2013 apresentadas pelo CDS-Partido Popular – CDS-PP nos 154 Municípios em que concorreu

A. Considerações Gerais. Metodologia adotada.

- 1.** O presente Relatório da ECFP contém as conclusões dos trabalhos de revisão, efetuados com aplicação de procedimentos de auditoria, às contas da Campanha Eleitoral, nas Eleições Gerais para os Órgãos das Autarquias Locais realizadas em 29 de setembro de 2013, apresentadas, nos 154 Municípios em que concorreu, pelo **CDS-Partido Popular** daqui em diante designado simplesmente por **Partido** ou apenas **CDS-PP**. Deste Relatório constam as questões suscitadas face aos resultados da auditoria, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º da Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro.
- 2.** Os procedimentos de auditoria adotados na revisão às Contas da Campanha Eleitoral identificada contemplaram três trabalhos distintos mas complementares:
 - (i) Análise e verificação pela ECFP dos procedimentos genéricos adotados pelo **Partido** na apresentação das suas Contas Autárquicas, em termos gerais e de base municipal, contemplando os 154 Municípios em que concorreu (ver quadro abaixo), atendendo, nomeadamente, aos aspetos seguintes:

- Verificação dos valores apresentados por Município e seu somatório geral;
- Verificação do cumprimento do limite de despesas, estabelecido por lei para cada um dos Municípios;
- Verificação da integral apresentação das listas de ações e de meios para cada um dos Municípios;
- Verificação da Ultrapassagem do Limite de 25% da Subvenção em Estruturas, Cartazes e Telas.

As conclusões desta análise estão descritas na Secção B deste Relatório.

- (ii) Análise pela ECFP, com a colaboração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados, às principais rubricas das Contas da Campanha Eleitoral de alguns municípios. As conclusões desta análise estão descritas na Secção B deste Relatório;
- (iii) Aplicação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados de procedimentos limitados de auditoria, atendendo a critérios de materialidade e a outros considerados pertinentes, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aplicáveis a exames simplificados, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança moderado sobre se as contas, preparadas de acordo com o Regulamento da ECFP n.º 16/2013, de 10 de janeiro, e as Recomendações da ECFP, de 16 de abril de 2013, sobre prestação de contas aos Partidos e Coligações nas Eleições Gerais para os Órgãos das Autarquias Locais realizadas em 29 de setembro de 2013, não contêm distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame simplificado incluiu:

- a) Análise sumária dos procedimentos de controlo interno seguidos pelo mandatário financeiro do **Partido** para assegurar a identificação das ações da campanha eleitoral, e a sua integral e correta reflexão nas contas da campanha, o integral registo das receitas, em especial, a angariação de fundos e donativos, e o integral registo das despesas;

- b) Verificação, numa base de amostragem, do suporte documental das quantias registadas nas várias rubricas de Despesas e de Receitas;
- c) Comprovação de que as ações de campanha realizadas, de acordo com a verificação física efetuada pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES/IUL), de ora em diante apenas CIES e pela ECFP, estão adequadamente refletidas nas contas da Campanha Eleitoral (Despesas e Receitas) e foram corretamente valorizadas a preços de mercado, conforme Listagem n.º 38/2013, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 125, de 2 de julho de 2013;
- d) Comprovação de que os donativos em espécie efetuados por doadores e a concessão de bens em empréstimo constam das contas da campanha eleitoral e estão valorizados a preços de mercado. Verificação da identidade dos doadores e concedentes de empréstimos;
- e) Comprovação de que as receitas de campanha com donativos e angariação de fundos foram integralmente depositadas na conta bancária especificamente aberta para a campanha, foram adequadamente refletidas contabilisticamente no período correto, e que a sua obtenção foi conseguida em obediência aos preceitos legais aplicáveis, designadamente com a identificação dos doadores e dentro dos limites que a lei estipula para donativos e angariação de fundos;
- f) Verificação de que as receitas, nomeadamente a subvenção estatal, e as despesas da campanha estão refletidas na conta bancária da campanha e estão adequadamente suportadas do ponto de vista documental e que as mesmas são razoáveis face à natureza e quantidade dos bens ou serviços adquiridos;
- g) Comprovação de que o pagamento das despesas foi efetuado através da conta bancária especificamente criada para o efeito ou, caso existam pagamentos em numerário, se os mesmos não excederam o valor de um salário mínimo nacional, desde que, na sua totalidade, não ultrapassem o valor global de 2% dos limites fixados na lei para o total das despesas, tal como especificado nas Recomendações da ECFP;

- h) Verificação de que as despesas não excederam o limite máximo permitido e que foram realizadas dentro do prazo legal;
- i) Obtenção de confirmação das mais importantes transações e saldos, junto dos respetivos fornecedores (circularização de saldos);
- j) Verificação do cumprimento da legislação aplicável (Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, doravante designada apenas por L 19/2003, Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro, de aqui em diante mencionada por LO 2/2005, Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro, doravante referida apenas como L 55/2010, Lei n.º 1/2013, de 3 de janeiro, em diante referida como L 1/2013, e da Lei n.º 62/2014, de 26 de agosto, referida doravante apenas como L 62/2014), da jurisprudência do Tribunal Constitucional, em particular dos Acórdãos sobre as Eleições Autárquicas de 2005 e 2009, e das Recomendações da ECFP, de 16 de abril de 2013, sobre prestação de contas relativas a esta campanha eleitoral publicitadas no sítio na Internet do Tribunal Constitucional, sub-sítio da ECFP, nomeadamente as seguintes:
- Preparação das contas em obediência ao modelo preconizado pela ECFP;
 - Existência de apenas uma conta bancária;
 - Verificação do documento comprovativo do encerramento da conta bancária;
 - Depósito no Banco de todas as angariações de fundos dentro dos prazos estipulados;
 - Verificação de que todas as angariações de fundos resultaram de eventos ou atividades de angariação de fundos e foram realizadas por pessoas singulares e não anónimas através de cheque, transferência bancária ou outro meio que não em dinheiro;
 - Identificação dos eventos ou atividades que originaram angariação de fundos;
 - Verificação do correto registo e valorização dos donativos em espécie a preços de mercado;
 - Verificação de que todas as despesas foram autorizadas e pagas por cheque e não em dinheiro, exceto se não ultrapassaram os limites legais estipulados;

- Verificação de que as despesas não excederam o limite máximo permitido e que foram realizadas dentro do prazo legal;
 - Existência de documento certificativo das contribuições efetuadas por Partido.
- 3.** O presente Relatório da ECFP baseia-se em parte nas conclusões do trabalho realizado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados, concluído em 26 de janeiro de 2015.
- 4.** O Relatório que a ECFP ora envia à apreciação do **Partido**, para além de apresentar um resumo das Contas de Receitas e Despesas de Campanha na **Secção B**, sintetiza, na **Secção C**, as limitações constatadas / situações de impossibilidade de conclusão, erros ou incumprimentos detetados em resultado do trabalho de análise efetuado pela ECFP e pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados às Contas da Campanha Eleitoral. Na **Secção D** são apresentadas as Conclusões formais deste trabalho.
- 5.** A ECFP solicita ao **CDS-PP** que comente cada um dos Pontos cujas conclusões são apresentadas sinteticamente na Secção C deste Relatório. Se não for facultada documentação adicional ou esclarecimentos suplementares a ECFP manterá as conclusões constantes deste Relatório no Parecer.
- 6.** De entre as incorreções, situações anómalas e de falta de informação identificadas pela ECFP e pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados no decurso dos trabalhos de auditoria às Contas da Campanha Eleitoral apresentadas pelo **CDS-PP** nas Eleições Gerais para os Órgãos das Autarquias Locais realizadas em 29 de setembro de 2013, nos 154 Municípios em que concorreu, salientam-se as seguintes:
- Despesas Não Registadas nas Contas de Campanha. Subavaliação das Despesas (ver Ponto 1 da Secção C deste Relatório);
 - Ações e Meios Não Refletidos nas Contas de Campanha (ver Ponto 2 da Secção C deste Relatório);
 - Não Disponibilização ao Tribunal Constitucional de Alguns Extratos Bancários (ver Ponto 3 da Secção C deste Relatório);
 - Despesas Não Pagas Pela Conta Bancária de Campanha (ver Ponto 4 da Secção C deste Relatório);

- Subvenção Não Depositada na Conta Bancária de Campanha (ver Ponto 5 da Secção C deste Relatório);
- Contribuições Efetuadas por Partido Não Certificadas Pelo Respetivo Órgão Competente (ver Ponto 6 da Secção C deste Relatório);
- Cedências de Bens em Empréstimo Não Refletidas nas Contas de Campanha. Impossibilidade de Concluir Sobre a Razoabilidade da sua Valorização (ver Ponto 7 da Secção C deste Relatório);
- Subvenção Estatal Recebida em Excesso ou Indevidamente Recebida (ver Ponto 8 da Secção C deste Relatório);
- Ultrapassagem do Limite de 25% da Subvenção em Estruturas, Cartazes e Telas (ver Ponto 9 da Secção C deste Relatório);
- Despesas Faturadas Após a Data do Ato Eleitoral e Despesas Não Relacionadas com a Campanha (ver Ponto 10 da Secção C deste Relatório);
- Impossibilidade de Concluir Sobre a Razoabilidade da Valorização de Algumas Despesas de Campanha (ver Ponto 11 da Secção C deste Relatório); e
- Deficiências no Suporte Documental de Algumas Despesas (ver Ponto 12 da Secção C deste Relatório).

B. Informação Financeira

1. O **CDS-PP** concorreu nos seguintes municípios (154) e assembleias de freguesia:

MUNICÍPIO	FREGUESIA	ÓRGÃOS
AVEIRO		
ALBERGARIA-A-VELHA	ALQUERUBIM	CM
	ANGEJA	AM
	BRANCA	AF
	RIBEIRA DE FRÁGUAS	AF
	ALBERGARIA-A-VELHA E VALMAIOR	AF
	SÃO JOÃO DE LOURE E FROSSOS	AF
ANADIA		CM
	AVELÃS DE CAMINHO	AM
	AVELÃS DE CIMA	AF
	MOITA	AF
	SANGALHOS	AF

AROUCA	SÃO LOURENÇO DO BAIRRO	AF
	VILA NOVA DE MONSARROS	AF
	VILARINHO DO BAIRRO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AMOREIRA DA GÂNDARA, PAREDES DO BAIRRO E ANCAS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ARCOS E MOGOFORES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TAMENGOS, AGUIM E ÓIS DO BAIRRO	AF
		CM
		AM
	ALVARENGA	AF
	ESCARIZ	AF
CASTELO DE PAIVA	FERMEDO	AF
	MANSORES	AF
	MOLDES	AF
	ROSSAS	AF
	SANTA EULÁLIA	AF
	TROPEÇO	AF
	URRÔ	AF
	VÂRZEA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AROUCA E BURGO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CANELAS E ESIUNCA	AF
ESPINHO		CM
		AM
ÍLHAVO	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOBRADO E BAIROS	AF
		CM
MURTOSA		AM
		AM
	GAFANHA DA ENCARNAÇÃO	AF
	GAFANHA DA NAZARÉ	AF
	GAFANHA DO CARMO	AF
	ÍLHAVO (SÃO SALVADOR)	AF
		CM
		AM
	BUNHEIRO	AF
	MONTE	AF
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	MURTOSA	AF
	TORREIRA	AF
		CM
		AM
	CARREGOSA	AF
	FAJÕES	AF
	LOUREIRO	AF
	OSSELA	AF
	SÃO MARTINHO DA GÂNDARA	AF
	SÃO ROQUE	AF
	VILA DE CUCUJÃES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE NOGUEIRA DO CRAVO E PINDELO	AF

OLIVEIRA DO BAIRRO	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, SANTIAGO DE RIBA-UL, UL, MACINHATA DA SEIXA E MADAIL	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PINHEIRO DA BEMPOSTA, TRAVANCA E PALMAZ	AF
		CM
	OIÃ	AM
	OLIVEIRA DO BAIRRO	AF
OVAR	PALHAÇA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTOS, TROVISCAL E MAMARROSA	AF
		CM
	ESMORIZ	AM
	MACEDA	AF
SANTA MARIA DA FEIRA	VÁLEGA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OVAR, SÃO JOÃO, ARADA E SÃO VICENTE DE PEREIRA JUSÃ	AF
		CM
	ARGONCILHE	AM
	ARRIFANA	AF
	FIÃES	AF
	LOUROSA	AF
	MOZELOS	AF
	NOGUEIRA DA REGEDOURA	AF
	PAÇOS DE BRANDÃO	AF
	SANGUEDO	AF
	SÃO JOÃO DE VER	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CALDAS DE SÃO JORGE E PIGEIROS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CANEDO, VALE E VILA MAIOR	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LOBÃO, GIÃO, LOUREDO E GUISANDE	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA MARIA DA FEIRA, TRAVANCA, SANFINS E ESPARGO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO MIGUEL DO SOUTO E MOSTEIRÔ	AF
		CM
SÃO JOÃO DA MADEIRA		AM
SEVER DO VOUGA	SÃO JOÃO DA MADEIRA	AF
		CM
		AM
	PESSEGUEIRO DO VOUGA	AF
	ROCAS DO VOUGA	AF
VAGOS	SEVER DO VOUGA	AF
	TALHADAS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CEDRIM E PARADELA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SILVA ESCURA E DORNELAS	AF
		CM
		AM
	CALVÃO	AF
	GAFANHA DA BOA HORA	AF
	OUCA	AF
	SOSA	AF

VALE DE CAMBRA	SANTO ANDRÉ DE VAGOS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FONTE DE ANGEÃO E COVÃO DO LOBO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTE DE VAGOS E SANTA CATARINA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VAGOS E SANTO ANTÓNIO	AF
		CM
		AM
	ARÕES	AF
	SÃO PEDRO DE CASTELÕES	AF
	CEPELOS	AF
	JUNQUEIRA	AF
BRAGA	MACIEIRA DE CAMBRA	AF
	ROGE	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA CHÃ, CODAL E VILA COVA DE PERRINHO	AF
CELORICO DE BASTO		CM
		AM
	FERVENÇA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRITELo, GÉMEOS E OURILHE	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VEADE, GAGOS E MOLARES	AF
		CM
		AM
	GEMESSES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA	AF
ESPOSENDE	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FONTE BOA E RIO TINTO	AF
		CM
		AM
	ESTORÃOS	AF
	FAFE	AF
	GOLÃES	AF
	MEDELO	AF
	PASSOS	AF
	ARÕES (SÃO ROMÃO)	AF
	TRAVASSÓS	AF
FAFE	VINHÓS	AF
	UNIÃO DE FREGUESIAS DE CEPÃES E FAREJA	AF
	UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOREIRA DO REI E VÁRZEA COVA	AF
		CM
		AM
	LANHOSO	AF
	PÓVOA DE LANHOSO (NOSSA SENHORA DO AMPARO)	AF
	SANTO EMILÍÃO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CALVOS E FRADES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMPOS E LOUREDO	AF
PÓVOA DE LANHOSO	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VERIM, FRIANDE E AJUDE	AF
		CM
		AM
VILA VERDE		CM
		AM

	CERVÃES	AF
	SABARIZ	AF
	PRADO (SÃO MIGUEL)	AF
	VALDREU	AF
	ABOIM DA NÓBREGA E GONDOMAR	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DA RIBEIRA DO NEIVA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESQUEIROS, NEVOGILDE E TRAVASSÓS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ORIZ (SANTA MARINHA) E ORIZ (SÃO MIGUEL)	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PICO DE REGALADOS, GONDÍÃES E MÓS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO VADE	AF
	VILA VERDE E BARBUDO	AF
BRAGANÇA		
BRAGANÇA		CM
		AM
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÉ, SANTA MARIA E MEIXEDO	AF
CARRAZEDA DE ANSIÃES		CM
		AM
	CARRAZEDA DE ANSIÃES	AF
	POMBAL	AF
	VILARINHO DA CASTANHEIRA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AMEDO E ZEDES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BELVER E MOGO DE MALTA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASTANHEIRO DO NORTE E RIBALONGA	AF
MACEDO DE CAVALEIROS		CM
		AM
	CARRAPATAS	AF
	CORTIÇOS	AF
	LAMAS	AF
	LOMBO	AF
	MACEDO DE CAVALEIROS	AF
	SEZULFE	AF
	VINHAS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BORNES E BURGA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESPADANEDO, EDROSO, MURÇÓS E SOUTELO MOURISCO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TALHINHAS E BAGUEIXE	AF
MIRANDELA		CM
		AM
	ABAMBRES	AF
	ALVITES	AF
	BOUÇA	AF
	CARAVELAS	AF
	CARVALHAIS	AF
	CEDÃES	AF
	FRECHAS	AF
	LAMAS DE ORELHÃO	AF
	MASCARENHAS	AF
	MIRANDELA	AF

MOGADOURO	MÚRIAS	AF
	PASSOS	AF
	SUÇÃES	AF
	TORRE DE DONA CHAMA	AF
	VALE DE ASNES	AF
	VALE DE GOUVINHAS	AF
	VALE DE SALGUEIRO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AVANTOS E ROMEU	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AVIDAGOS, NAVALHO E PEREIRA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BARCEL, MARMELOS E VALVERDE DA GESTOSA	AF
		CM
VIMIOSO		AM
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MOGADOURO, VALVERDE, VALE DE PORCO E VILAR DE REI	AF
		CM
		AM
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALGOSO, CAMPO DE VÍBORAS E UVA	AF
CASTELO BRANCO		
BELMONTE		CM
CASTELO BRANCO	não concorreu	AM
		CM
FUNDÃO		AM
	ALCAINS	AF
	CASTELO BRANCO	AF
	LARDOSA	AF
	MONFORTE DA BEIRA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PÓVOA DE RIO DE MOINHOS E CAFEDE	AF
IDANHA-A-NOVA		CM
		AM
	SOALHEIRA	AF
PENAMACOR		CM
		AM
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE IDANHA-A-NOVA E ALCAFOZES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONSANTO E IDANHA-A-VELHA	AF
		CM
PROENÇA-A-NOVA	BENQUERENÇA	AF
	PENAMACOR	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALDEIA DO BISPO, ÁGUAS E ALDEIA DE JOÃO PIRES	AF
	não concorreu	CM
SERTÃ		AM
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PROENÇA-A-NOVA E PERAL	AF
		CM
		AM
VILA DE REI	SERTÃ	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CERNACHE DO BONJARDIM, NESPERAL E PALHAIS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CUMEADA E MARMELEIRO	AF
		CM

VILA VELHA DE RÓDÃO	FUNDADA	AM
	VILA DE REI	AF
		AF
		CM
	SARNADAS DE RÓDÃO	AM
	VILA VELHA DE RÓDÃO	AF
COIMBRA		
CANTANHEDE		CM
	OURENTÃ	AM
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CANTANHEDE E POCARIÇA	AF
		AF
COIMBRA		CM
		AM
	ALMALAGUÊS	AF
	BRASFEMES	AF
	CEIRA	AF
	CERNACHE	AF
	SANTO ANTÓNIO DOS OLIVAIS	AF
	SÃO JOÃO DO CAMPO	AF
	SÃO SILVESTRE	AF
	TORRES DO MONDEGO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ANTUZEDE E VIL DE MATOS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ASSAFARGE E ANTANHOL	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE COIMBRA (SÉ NOVA, SANTA CRUZ, ALMEDINA E SÃO BARTOLOMEU)	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE EIRAS E SÃO PAULO DE FRADES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA CLARA E CASTELO VIEGAS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO MARTINHO DE ÁRVORE E LAMAROSA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO MARTINHO DO BISPO E RIBEIRA DE FRADES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TROUXEMIL E TORRE DE VILELA	AF
CONDEIXA-A-VOVA		CM
		AM
GÓIS		CM
	não concorreu	AM
MIRA		CM
	não concorreu	AM
OLIVEIRA DO HOSPITAL		CM
		AM
	ALVOCO DAS VÁRZEAS	AF
	NOGUEIRA DO CRAVO	AF
	SÃO GIÃO	AF
	SEIXO DA BEIRA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LAGOS DA BEIRA E LAJEOSA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL E SÃO PAIO DE GRAMAÇOS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PENALVA DE ALVA E SÃO SEBASTIÃO DA FEIRA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA OVAIA E VILA POUCA DA BEIRA	AF
PENELA		CM

VILA NOVA DE POIARES	não concorreu	AM
		CM
		AM
	ARRIFANA	AF
	LAVEGADAS	AF
	POIARES (STº. ANDRÉ)	AF
	SÃO MIGUEL DE POIARES	AF
ÉVORA		
ARRAIOLOS	não concorreu	CM
	VIMIEIRO	AF
ESTREMOZ		CM
		AM
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESTREMOZ (SANTA MARIA E SANTO ANDRÉ)	AF
MONTEMOR-O-NOVO		CM
		AM
	CABRELA	AF
	SANTIAGO DO ESCOURAL	AF
	SÃO CRISTÓVÃO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CORTIÇADAS DE LAVRE E LAVRE	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE NOSSA SENHORA DA VILA, NOSSA SENHORA DO BISPO E SILVEIRAS	AF
FARO		
CASTRO MARIM		CM
	não concorreu	AM
LOULÉ		CM
		AM
	ALMANCIL	AF
	BOLIQUEIME	AF
	LOULÉ (SÃO SEBASTIÃO)	AF
OLHÃO		CM
		AM
	OLHÃO	AF
	PECHÃO	AF
	QUELFES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONCARAPACHO E FUSETA	AF
SÃO BRÁS DE ALPORTEL		CM
	não concorreu	AM
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO		CM
	não concorreu	AM
GUARDA		
FORNOS DE ALGODRES		CM
		AM
	INFIAS	AF
MEDA		CM
		AM
	AVELOSO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MÊDA, OUTEIRO DE GATOS E FONTE LONGA	AF

PINHEL	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VALE FLOR, CARVALHAL E PAI PENELA	AF CM AM
SABUGAL	PALA PINHEL	AF AF CM AM
TRANCOSO	ÁGUAS BELAS CERDEIRA QUINTAS DE SÃO BARTOLOMEU UNIÃO DAS FREGUESIAS DE POUSAFOLES DO BISPO, PENA LOBO E LOMBA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SABUGAL E ALDEIA DE SANTO ANTÓNIO	AF AF AF AF AF
VILA NOVA DE FOZ CÔA	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TRANCOSO (SÃO PEDRO E SANTA MARIA) E SOUTO MAIOR não concorreu CEDOVIM	AF CM AM AF
LEIRIA		
ALCOBAÇA	BENEDITA CELA ÉVORA DE ALCobaça TURQUEL VIMEIRO ALJUBARROTA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALCobaça E VESTIARIA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE COZ, ALPEDRIZ E MONTES UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PATAIAS E MARTINGANÇA	CM AM AF AF AF AF AF AF AF AF AF
ALVAIÁZERE	ALMOSTER MAÇÃS DE DONA MARIA PELMÁ ALVAIÁZERE PUSSOS SÃO PEDRO	CM AM AF AF AF AF AF
ANSIÃO		CM AM
BATALHA	BATALHA RÉGUENGO DO FETAL SÃO MAMEDE	CM AM AF AF AF
BOMBARRAL	CARVALHAL	CM AM AF

CALDAS DA RAINHA	ROLIÇA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BOMBARRAL E VALE COVO	AF
		CM
		AM
	A DOS FRANCOS	AF
	ALVORNINHA	AF
	FOZ DO ARELHO	AF
	LANDAL	AF
	NADADOURO	AF
	SALIR DE MATOS	AF
	SANTA CATARINA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CALDAS DA RAINHA - NOSSA SENHORA DO PÓPULO, COTO E SÃO GREGÓRIO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CALDAS DA RAINHA - SANTO ONOFRE E SERRA DO BOURO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TORNADA E SALIR DO PORTO	AF
CASTANHEIRA DE PÊRA		CM
		AM
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASTANHEIRA DE PÊRA E COENTRAL	AF
FIGUEIRÓ DOS VINHOS		CM
		AM
	AGUDA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS E BAIRRADAS	AF
LEIRIA		CM
		AM
	AMOR	AF
	ARRABAL	AF
	COIMBRÃO	AF
	MACEIRA	AF
	RÉGUEIRA DE PONTES	AF
	BAJOUCA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE COLMEIAS E MEMÓRIA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEIRIA, POUSOS, BARREIRA E CORTES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARRAZES E BAROSA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONTE REAL E CARVIDE	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONTE REDONDO E CARREIRA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PARCEIROS E AZOIA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA CATARINA DA SERRA E CHAINÇA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA EUFÉMIA E BOA VISTA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOUTO DA CARPALHOSA E ORTIGOSA	AF
MARINHA GRANDE		CM
		AM
	MARINHA GRANDE	AF
	MOITA	AF
NAZARÉ		CM
		AM
ÓBIDOS		CM
		AM
	AMOREIRA	AF

PENICHE	OLHO MARINHO	AF
	não concorreu	CM AM
POMBAL		CM AM
	ABIUL	AF
	ALMAGREIRA	AF
	CARRIÇO	AF
	LOURIÇAL	AF
	PELARIGA	AF
	POMBAL	AF
	VERMOIL	AF
PORTO DE MÓS	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GUIA, ILHA E MATA MOURISCA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTIAGO E SÃO SIMÃO DE LITÉM E ALBERGARIA DOS DOZE	AF
	JUNCAL	CM AM
	MIRA DE AIRE	AF
	PORTO DE MÓS - SÃO JOÃO BAPTISTA E SÃO PEDRO	AF
LISBOA		
ARRUDA DOS VINHOS		CM AM
	ARRANHÓ	AF
	ARRUDA DOS VINHOS	AF
	CARDOSAS	AF
	SANTIAGO DOS VELHOS	AF
LOURES		CM AM
	BUCELAS	AF
	FANHÕES	AF
	LOURES	AF
	LOUSA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MOSCAVIDE E PORTELA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SACAVÉM E PRIOR VELHO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA IRIA DE AZOIA, SÃO JOÃO DA TALHA E BOBADELA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTO ANTÃO E SÃO JULIÃO DO TOJAL	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS E FRIELAS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMARATE, UNHOS E APELAÇÃO	AF
OEIRAS		CM AM
	BARCARENA	AF
	PORTO SALVO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA-DAFUNDO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CARNAXIDE E QUEIJAS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS E SÃO JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS	AF
VILA FRANCA DE XIRA		CM AM

	VIALONGA	AF
	VILA FRANCA DE XIRA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALHANDRA, SÃO JOÃO DOS MONTES E CALHANDRIZ	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALVERCA DO RIBATEJO E SOBRALINHO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASTANHEIRA DO RIBATEJO E CACHOEIRAS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PÓVOA DE SANTA IRIA E FORTE DA CASA	AF
PORTALEGRE		
ALTER DO CHÃO		CM
		AM
	ALTER DO CHÃO	AF
	CHANCELARIA	AF
ELVAS		CM
		AM
	SANTA EULÁLIA	AF
	SÃO BRÁS E SÃO LOURENÇO	AF
	SÃO VICENTE E VENTOSA	AF
	ASSUNÇÃO, AJUDA, SALVADOR E SANTO ILDEFONSO	AF
	CAIA, SÃO PEDRO E ALCÁÇOVA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BARBACENA E VILA FERNANDO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TERRUGEM E VILA BOIM	AF
FRONTEIRA		CM
	não concorreu	AM
MARVÃO		CM
	não concorreu	AM
PONTE DE SOR		CM
		AM
	GALVEIAS	AF
	MONTARGIL	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTE DE SOR, TRAMAGA E VALE DE AÇOR	AF
PORTO		
BAIÃO		CM
		AM
FELGUEIRAS		CM
		AM
	AIÃO	AF
	AIRÃES	AF
	IDÃES	AF
	JUGUEIROS	AF
	POMBEIRO DE RIBAVIZELA	AF
	REFONTOURA	AF
	REVINHADE	AF
	SENDIM	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MACIEIRA DA LIXA E CARAMOS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARGARIDE (SANTA EULÁLIA), VÁRZEA, LAGARES, VARZIELA E MOURE	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PEDREIRA, RANDE E SERNANDE	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TORRADOS E SOUSA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE UNHÃO E LORDELO	AF

MATOSINHOS	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA COVA DA LIXA E BORBA DE GODIM	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA FRIA E VIZELA (SÃO JORGE)	AF
		CM
		AM
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CUSTÓIAS, LEÇA DO BALIO E GUIFÕES	AF
PAÇOS DE FERREIRA	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MATOSINHOS E LEÇA DA PALMEIRA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PERAFITA, LAVRA E SANTA CRUZ DO BISPO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO MAMEDE DE INFESTA E SENHORA DA HORA	AF
		CM
		AM
PAREDES	FRAZÃO ARREIGADA	AF
		CM
		AM
	AGUIAR DE SOUSA	AF
	BALTAR	AF
PÓVOA DE VARZIM	BEIRE	AF
	CETE	AF
	DUAS IGREJAS	AF
	GANDRA	AF
	LOUREDO	AF
	REBORDOSA	AF
	RECAREI	AF
	VANDOMA	AF
	PAREDES	AF
		CM
		AM
	ESTELA	AF
SANTO TIRSO	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AVER-O-MAR, AMORIM E TERROSO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AGUÇADOURA E NAVAIS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DA PÓVOA DE VARZIM, BEIRIZ E ARGIVAI	AF
		CM
		AM
VALONGO	AVES	AF
	REBORDÕES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTO TIRSO, COUTO (SANTA CRISTINA E SÃO MIGUEL) E BURGÃES	AF
		CM
		AM
VILA DO CONDE	ERMESINDE	AF
	VALONGO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAMPO E SOBRADO	AF
		CM
		AM
	ÁRVORE	AF
	AZURARA	AF
	MINDELO	AF
	VILA CHÃ	AF
	VILA DO CONDE	AF

	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FORNELO E VAIRÃO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RIO MAU E ARCOS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TOUGUINHA E TOUGUINHÓ	AF
SANTARÉM		
ABRANTES		CM
		AM
	MARTINCHEL	AF
	MOURISCAS	AF
	PEGO	AF
	RIO DE MOINHOS	AF
	TRAMAGAL	AF
	FONTES	AF
	CARVALHAL	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABRANTES (SÃO VICENTE E SÃO JOÃO) E ALFERRAREDE	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALDEIA DO MATO E SOUTO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALVEGA E CONCAVADA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO FACUNDO E VALE DAS MÓS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO MIGUEL DO RIO TORTO E ROSSIO AO SUL DO TEJO	AF
BENAVENTE		CM
		AM
	BENAVENTE	AF
	SAMORA CORREIA	AF
	SANTO ESTÊVÃO	AF
CARTAXO		CM
	não concorreu	AM
CORUCHE		CM
		AM
	COUÇO	AF
	SÃO JOSÉ DA LAMAROSA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CORUCHE, FAJARDA E ERRA	AF
ENTRONCAMENTO		CM
		AM
	SÃO JOÃO BAPTISTA	AF
	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	AF
FERREIRA DO ZÊZERE		CM
	não concorreu	AM
MAÇÃO		CM
	não concorreu	AM
SANTARÉM		CM
		AM
	ABRÃ	AF
	ALCANEDE	AF
	ALMOSTER	AF
	AMIAIS DE BAIXO	AF
	GANÇARIA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTARÉM (MARVILA), SANTA IRIA DA RIBEIRA DE SANTARÉM, SANTARÉM (SÃO SALVADOR) E SANTARÉM (SÃO NICOLAU)	AF
TOMAR		CM

TORRES NOVAS	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TOMAR (SÃO JOÃO BAPTISTA) E SANTA MARIA DOS OLIVAIS	AM
		AF
VILA NOVA DA BARQUINHA		CM
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLAIA E PAÇO	AM
		AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TORRES NOVAS (SÃO PEDRO), LAPAS E RIBEIRA BRANCA	AF
		CM
		AM
	ATALAIA	AF
	PRAIA DO RIBATEJO	AF
	VILA NOVA DA BARQUINHA	AF
SETÚBAL		
ALCÁÇER DO SAL		CM
ALCOCHETE		AM
	TORRÃO	AF
	COMPORTA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALCÁÇER DO SAL (SANTA MARIA DO CASTELO E SANTIAGO) E SANTA SUSANA	AF
ALMADA		CM
		AM
	ALCOCHETE	AF
	SAMOUÇO	AF
	SÃO FRANCISCO	AF
		CM
		AM
	COSTA DA CAPARICA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAPARICA E TRAFARIA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CHARNECA DE CAPARICA E SOBREDA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LARANJEIRO E FEIJÓ	AF
BARREIRO		CM
		AM
MOITA		CM
		AM
	ALHOS VEDROS	AF
	MOITA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BAIXA DA BANHEIRA E VALE DA AMOREIRA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GAIO-ROSÁRIO E SARILHOS PEQUENOS	AF
MONTIJO		CM
		AM
	CANHA	AF
	SARILHOS GRANDES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATALAIA E ALTO ESTANQUEIRO-JARDIA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONTIJO E AFONSOEIRO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PEGÕES	AF
SANTIAGO DO CACÉM		CM
		AM
	SANTO ANDRÉ	AF

SEIXAL		CM
	AMORA	AM
	CORROIOS	AF
	FERNÃO FERRO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DO SEIXAL, ARRENTELA E ALDEIA DE PAIO PIRES	AF
SINES		CM
	SINES	AM
	PORTO COVO	AF
VIANA DO CASTELO		
ARCOS DE VALDEVEZ		CM
	ABOIM DAS CHOÇAS	AM
	CABANA MAIOR	AF
	GONDORIZ	AF
	OLIVEIRA	AF
	PAÇÔ	AF
	RIO DE MOINHOS	AF
	SABADIM	AF
	SISTELO	AF
	VALE	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ARCOS DE VALDEVEZ (SÃO PAIO) E GIELA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ARCOS DE VALDEVEZ (SALVADOR), VILA FONCHE E PARADA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TÁVORA (SANTA MARIA E SÃO VICENTE)	AF
MONÇÃO		CM
	BARROÇAS E TAIAS	AM
	BELA	AF
	CAMBESES	AF
	LONGOS VALES	AF
	RIBA DE MOURO	AF
	TANGIL	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MAZEDO E CORTES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONÇÃO E TROVISCOSO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SAGO, LORDELO E PARADA	AF
PAREDES DE COURA		CM
	AGUALONGA	AM
	CASTANHEIRA	AF
	COURA	AF
	CUNHA	AF
	INFESTA	AF
	MOZELOS	AF
	PADORNELO	AF
	PARADA	AF
	ROMARIGÃES	AF

PONTE DE LIMA	RUBIÃES	AF
	VASCÕES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BICO E CRISTELO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE COSSOURADO E LINHARES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FORMARIZ E FERREIRA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE INSALDE E PORREIRAS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PAREDES DE COURA E RESENDE	AF
		CM
		AM
	ANAIIS	AF
	SÃO PEDRO D'ARCOS	AF
	BOALHOSA	AF
	BRANDARA	AF
	CALVELO	AF
	ESTORÃOS	AF
	FEITOSA	AF
	FONTÃO	AF
	GONDUFE	AF
	LABRUJA	AF
	POIARES	AF
	REFÓIOS DO LIMA	AF
	SÁ	AF
	SANTA COMBA	AF
	REBORDÕES (SANTA MARIA)	AF
	REBORDÕES (SOUTO)	AF
	ARDEGÃO, FREIXO E MATO	AF
	ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS DO VALE DO NEIVA	AF
	BÁRRIO E CEPÕES	AF
	CABAÇOS E FOJO LOBAL	AF
VILA REAL		
ALIJÓ		CM
		AM
	ALIJÓ	AF
	FAVAIOS	AF
	SANFINS DO DOURO	AF
	SÃO MAMEDE DE RIBATUA	AF
	VILA VERDE	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASTEDO E COTAS	AF
CHAVES		CM
		AM
	ÁGUAS FRIAS	AF
	ANELHE	AF
	BUSTELO	AF
	CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA	AF
	CURALHA	AF
	ERVEDEDO	AF
	FAIÕES	AF

	LAMA DE ARCOS	AF
	MAIROS	AF
	MOREIRAS	AF
	NOGUEIRA DA MONTANHA	AF
	OURA	AF
	OUTEIRO SECO	AF
	PARADELA	AF
	REDONDELO	AF
	SANFINS	AF
	SANTA LEOCÁDIA	AF
	SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE	AF
	SANTO ESTÊVÃO	AF
	SÃO PEDRO DE AGOSTÉM	AF
	SÃO VICENTE	AF
	TRONCO	AF
	VALE DE ANTA	AF
	VILA VERDE DA RAIA	AF
	VILAR DE NANTES	AF
	VILARELHO DA RAIA	AF
	VILAS BOAS	AF
	VILELA SECA	AF
	VILELA DO TÂMEGA	AF
	SANTA MARIA MAIOR	AF
	PLANALTO DE MONFORTE (UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OUCIDRES E BOBADELA)	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DA MADALENA E SAMAIÕES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DAS EIRAS, SÃO JULIÃO DE MONTENEGRO E CELA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CALVÃO E SOUTELINHO DA RAIA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOUTELO E SEARA VELHA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TRAVANCAS E RORIZ	AF
	VIDAGO (UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS)	AF
MESÃO FRIO		CM
		AM
MURÇA		CM
		AM
	CANDEDO	AF
	FIOLHOSO	AF
	JOU	AF
	MURÇA	AF
	VALONGO DE MILHAIS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CARVA E VILARES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE NOURA E PALHEIROS	AF
PESO DA RÉGUA	não concorreu	CM
	não concorreu	AM
	SEDIELOS	AF
RIBEIRA DE PENA		CM

SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	CANEDO	AM
		AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CERVA E LIMÕES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RIBEIRA DE PENA (SALVADOR) E SANTO ALEIXO DE ALÉM-TÂMEGA	AF
		CM
		AM
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LOBRIGOS (SÃO MIGUEL E SÃO JOÃO BAPTISTA) E SANHOANE	AF
		CM
	não concorreu	AM
		CM
	não concorreu	AM
		CM
		AM
		CM
		AM
VALPAÇOS	ARROIOS	AF
	LORDELO	AF
	MATEUS	AF
	PARADA DE CUNHOS	AF
	VILA MARIM	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ADOUFE E VILARINHO DE SAMARDÃ	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BORBELA E LAMAS DE OLO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MOUÇÓS E LAMARES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA REAL (NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, SÃO PEDRO E SÃO DINIS)	AF
VILA POUCA DE AGUIAR		
VILA REAL		
UISEU		
ARMAMAR		CM
		AM
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
CARREGAL DO SAL		CM
		AM
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
CASTRO DAIRE		CM
		AM
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF
		AF

MORTÁGUA	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MAMOUROS, ALVA E RIBOLHOS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PICÃO E ERMIDA	AF
		CM
		AM
	CERCOSA	AF
	ESPINHO	AF
	MARMELEIRA	AF
	PALA	AF
	SOBRAL	AF
	TREZÓI	AF
PENEDONO	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA	AF
		CM
SANTA COMBA DÃO		AM
	PENELA DA BEIRA	AF
		CM
		AM
	SÃO JOANINHO	AF
	SÃO JOÃO DE AREIAS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OVOA E VIMIEIRO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA COMBA DÃO E COUTO DO MOSTEIRO	AF
		CM
		AM
SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA E VÁRZEA DE TREVÕES	AF
	não concorreu	CM
	não concorreu	AM
	PINDELO DOS MILAGRES	AF
SÃO PEDRO DO SUL		CM
		AM
		AF
	AVELAL	AF
	FERREIRA DE AVES	AF
	MIOMA	AF
	RIO DE MOINHOS	AF
	SÁTÃO	AF
	SILVÃ DE CIMA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ROMÃS, DECERMILO E VILA LONGA	AF
SERNANCELHE		CM
		AM
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FERREIRIM E MACIEIRA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FONTE ARCADA E ESCURQUELA	AF
TAROUCA		CM
		AM
	MONDIM DA BEIRA	AF
	SALZEDAS	AF
	SÃO JOÃO DE TAROUCA	AF
	VÁRZEA DA SERRA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GOUVIÃES E UCANHA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TAROUCA E DÁLVARES	AF

TONDELA		CM
		AM
	CAMPO DE BESTEIROS	AF
	CANAS DE SANTA MARIA	AF
	CASTELÕES	AF
	DARDAVAZ	AF
	GUARDÃO	AF
	LAJEOSA DO DÃO	AF
	MOLELOS	AF
	PARADA DE GONTA	AF
	SANTIAGO DE BESTEIROS	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BARREIRO DE BESTEIROS E TOURIGO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CAPARROSA E SILVARES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MOURAZ E VILA NOVA DA RAINHA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO JOÃO DO MONTE E MOSTEIRINHO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO MIGUEL DO OUTEIRO E SABUGOSA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TONDELA E NANDUFE	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILAR DE BESTEIROS E MOSTEIRO DE FRÁGUAS	AF
VILA NOVA DE PAIVA		CM
		AM
	PENDILHE	AF
	QUEIRIGA	AF
	VILA COVA À COELHOIRA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA NOVA DE PAIVA, ALHAIS E FRÁGUAS	AF
UISEU		CM
		AM
	ABRAVESES	AF
	CALDE	AF
	CAMPO	AF
	CAVERNÃES	AF
	COTA	AF
	FRAGOSELA	AF
	LORDOSA	AF
	SILGUEIROS	AF
	MUNDÃO	AF
	ORGENS	AF
	POVOLIDE	AF
	RANHADOS	AF
	RIBAFEITA	AF
	RIO DE LOBA	AF
	SANTOS EVOS	AF
	SÃO JOÃO DE LOUROSA	AF
	SÃO PEDRO DE FRANCE	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BARREIROS E CEPÕES	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BOA ALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FAÍL E VILA CHÃ DE SÁ	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REPESES E SÃO SALVADOR	AF

VOUZELA	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÃO CIPRIANO E VIL DE SOUTO	AF
	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VISEU	AF
		CM
		AM
ILHA DA MADEIRA		
CALHETA (R.A.M.)		CM
		AM
	ARCO DA CALHETA	AF
	CALHETA (R.A.MADEIRA) (2)	AF
	ESTREITO DA CALHETA	AF
	FAJÃ DA OVELHA	AF
	JARDIM DO MAR	AF
	PAUL DO MAR	AF
	PONTA DO PARGO	AF
	PRAZERES	AF
CÂMARA DE LOBOS		CM
		AM
	CÂMARA DE LOBOS	AF
	CURRAL DAS FREIRAS	AF
	ESTREITO DE CÂMARA DE LOBOS	AF
	QUINTA GRANDE	AF
	JARDIM DA SERRA	AF
FUNCHAL		CM
		AM
	IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA	AF
	FUNCHAL (SANTA LUZIA)	AF
	FUNCHAL (SANTA MARIA MAIOR)	AF
	SANTO ANTÓNIO	AF
	SÃO GONÇALO	AF
	SÃO MARTINHO	AF
	FUNCHAL (SÃO PEDRO)	AF
	SÃO ROQUE	AF
	FUNCHAL (SÉ)	AF
MACHICO		CM
		AM
	ÁGUA DE PENA	AF
	CANIÇAL	AF
	MACHICO	AF
	PORTO DA CRUZ	AF
	SANTO ANTÓNIO DA SERRA	AF
PONTA DO SOL		CM
		AM
	CANHAS	AF
	MADALENA DO MAR	AF
	PONTA DO SOL	AF
PORTO MONIZ		CM
		AM

RIBEIRA BRAVA	ACHADAS DA CRUZ	AF
	PORTO MONIZ	AF
	RIBEIRA DA JANELA	AF
	SEIXAL	AF
SANTANA		CM
		AM
	CAMPANÁRIO	AF
	RIBEIRA BRAVA	AF
	SERRA DE ÁGUA	AF
	TÁBUA	AF
		CM
		AM
	ARCO DE SÃO JORGE	AF
	FAIAL	AF
	SANTANA	AF
	SÃO JORGE	AF
	SÃO ROQUE DO FAIAL	AF
	ILHA	AF
ILHA DE PORTO SANTO		
PORTO SANTO		CM
		AM
	PORTO SANTO	AF
ILHA DE SÃO MIGUEL		
LAGOA (R.A.A)		CM
		AM
	ÁGUA DE PAU	AF
	CABOUÇO	AF
	LAGOA (NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO)	AF
	LAGOA (SANTA CRUZ)	AF
	RIBEIRA CHÃ	AF
		CM
		AM
	PONTA DELGADA (SÃO PEDRO)	AF
	SANTO ANTÓNIO	AF
ILHA TERCEIRA		
ANGRA DO HEROÍSMO	não concorreu	CM
	não concorreu	AM
	SANTA BÁRBARA	AF
	SÃO BARTOLOMEU DE REGATOS	AF
	VILA DE SÃO SEBASTIÃO	AF
		CM
		AM
	CABO DA PRAIA	AF
	FONTINHAS	AF
	LAJES	AF
	PRAIA DA VITÓRIA (SANTA CRUZ)	AF
	PORTO MARTINS	AF
VILA DA PRAIA DA VITÓRIA		

ILHA DE SÃO JORGE		
CALHETA (R.A.A.)	não concorreu	CM
VELAS		AM
		CM
		AM
	MANADAS (SANTA BÁRBARA)(R.A.AÇORES)	AF
	NORTE GRANDE (NEVES) (R.A.AÇORES)	AF
	ROSAIS (R.A.AÇORES)	AF
	SANTO AMARO (R.A.AÇORES)	AF
	URZELINA (SÃO MATEUS) (R.A.AÇORES)	AF
	VELAS (SÃO JORGE) (R.A.AÇORES)	AF
ILHA DO PICO		
LAJES DO PICO		CM
		AM
	LAJES DO PICO	AF
	RIBEIRAS	AF
	RIBEIRINHA	AF
	SÃO JOÃO	AF
MADALENA		CM
		AM
	BANDEIRAS	AF
	CANDELÁRIA	AF
	criação velha	AF
	MADALENA	AF
	SÃO MATEUS	AF
SÃO ROQUE DO PICO		CM
		AM
	SÃO ROQUE DO PICO	AF

(v. Mapa Oficial n.º 1-A/2013 in Diário da República, 1ª Série, n.º 242, de 13 de dezembro)

2. Apresenta-se de seguida o detalhe das Receitas e Despesas por município em que o **CDS-PP** concorreu (sendo apresentadas nas colunas correspondentes apenas os valores totais relativos a receitas e a despesas financeiras, sendo as receitas e despesas relativas a donativos em espécie e a cedências de bens a título de empréstimo evidenciadas em colunas autónomas):

Município	Receitas	Despesas	Resultado	Contribuição dos Partidos	Angariação de Fundos/Donativos	Subvenção AR	Limite 25%	Estruturas, cartazes e telas	Donativos em espécie	Bens Empréstimos
ABRANTES	10.613,96 €	5.214,35 €	5.399,61 €	5.214,35 €	- €	5.399,61 €	1.349,90 €	3.434,16 €	- €	- €
ALBERGARIA-A-VELHA	92.902,15 €	46.513,49 €	46.388,66 €	46.513,49 €	- €	46.388,66 €	11.597,17 €	4.184,73 €	- €	- €
ALCÁCER DO SAL	3.106,09 €	1.298,30 €	1.807,79 €	1.298,30 €	- €	1.807,79 €	451,95 €	427,24 €	- €	- €
ALCOBAÇA	37.135,24 €	17.946,32 €	19.188,92 €	18.203,56 €	- €	18.931,68 €	4.732,92 €	5.206,81 €	- €	575,00 €
ALCOCHETE	18.769,06 €	8.547,57 €	10.221,49 €	8.547,57 €	- €	10.221,49 €	2.555,37 €	1.924,95 €	- €	14.358,95 €
ALIJO	2.806,38 €	1.312,65 €	1.493,73 €	1.312,65 €	- €	1.493,73 €	373,43 €	- €	- €	- €
ALMADA	13.468,48 €	7.040,56 €	6.427,92 €	5.872,06 €	- €	7.596,42 €	1.899,11 €	1.291,50 €	- €	1.302,20 €
ALTER DO CHÃO	3.443,71 €	1.697,00 €	1.746,71 €	1.697,00 €	- €	1.746,71 €	436,68 €	780,00 €	- €	- €
ALVAIÁZERE	19.105,30 €	9.126,20 €	9.979,10 €	9.126,20 €	- €	9.979,10 €	2.494,78 €	1.766,23 €	- €	210,00 €
ANADIA	18.048,81 €	8.620,54 €	9.428,27 €	8.620,54 €	- €	9.428,27 €	2.357,07 €	1.722,69 €	- €	1.122,00 €
ANSIÃO	4.219,08 €	1.690,59 €	2.528,49 €	1.690,59 €	- €	2.528,49 €	632,12 €	399,75 €	- €	615,00 €
ARCOS DE VALDEVEZ	12.715,30 €	5.768,74 €	6.946,56 €	5.768,74 €	- €	6.946,56 €	1.736,64 €	2.789,44 €	- €	- €
ARMAMAR	12.820,80 €	5.983,95 €	6.836,85 €	5.983,95 €	- €	6.836,85 €	1.709,21 €	1.168,50 €	- €	- €
AROUCA	23.892,36 €	11.527,23 €	12.365,13 €	11.527,23 €	- €	12.365,13 €	3.091,28 €	1.531,61 €	- €	- €
ARRAIOS	398,99 €	398,99 €	- €	398,99 €	- €	- €	- €	18,45 €	- €	- €
ARRUDA DOS VINHOS	5.976,09 €	2.733,30 €	3.242,79 €	2.733,30 €	- €	3.242,79 €	810,70 €	1.420,65 €	- €	- €
BAIÃO	14.168,04 €	6.665,07 €	7.502,97 €	6.665,07 €	- €	7.502,97 €	1.875,74 €	1.499,12 €	- €	- €
BARREIRO	741,10 €	741,10 €	- €	741,10 €	- €	- €	- €	282,90 €	- €	160,00 €
BATALHA	15.577,64 €	7.362,37 €	8.215,27 €	7.362,37 €	- €	8.215,27 €	2.053,82 €	2.490,28 €	- €	- €
BELMONTE	298,89 €	298,89 €	- €	298,89 €	- €	- €	- €	298,89 €	- €	- €
BENAVENTE	6.720,77 €	3.105,64 €	3.615,13 €	3.105,64 €	- €	3.615,13 €	903,78 €	- €	- €	- €
BOMBARRAL	21.822,78 €	10.150,14 €	11.672,64 €	10.350,14 €	- €	11.472,64 €	2.868,16 €	1.999,98 €	- €	- €
BRAGANÇA	10.134,70 €	4.611,89 €	5.522,81 €	4.611,89 €	- €	5.522,81 €	1.380,70 €	123,00 €	- €	520,00 €
CALDAS DA RAINHA	24.836,34 €	17.344,00 €	7.492,34 €	10.326,36 €	- €	14.509,98 €	3.627,50 €	2.499,50 €	- €	- €
CALHETA (MADEIRA)	36.981,90 €	22.804,24 €	14.177,66 €	18.451,00 €	- €	18.530,90 €	4.632,73 €	1.445,70 €	- €	- €
CALHETA (AÇORES)	809,58 €	809,58 €	- €	809,58 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
CÂMARA DE LOBOS	39.736,10 €	30.555,29 €	9.180,81 €	18.135,39 €	- €	21.600,71 €	5.400,18 €	4.196,96 €	- €	- €
CANTANHEDE	1.816,45 €	1.816,45 €	- €	1.816,45 €	- €	- €	- €	246,00 €	- €	- €
CARRAZEDA DE ANSIÃES	27.044,82 €	13.503,28 €	13.541,54 €	13.503,28 €	- €	13.541,54 €	3.385,39 €	3.708,94 €	- €	- €
CARREGAL DO SAL	14.940,57 €	6.836,00 €	8.104,57 €	6.836,00 €	- €	8.104,57 €	2.026,14 €	3.298,86 €	- €	- €
CARTAXO	1.373,94 €	1.373,94 €	- €	1.373,94 €	- €	- €	- €	432,96 €	- €	550,00 €
CASTANHEIRA DE PERA	6.132,10 €	2.639,60 €	3.492,50 €	2.639,60 €	- €	3.492,50 €	873,13 €	200,49 €	- €	- €
CASTELO BRANCO	8.454,91 €	4.054,82 €	4.400,09 €	4.054,82 €	- €	4.400,09 €	1.100,02 €	442,80 €	- €	- €
CASTELO DE PAIVA	2.870,00 €	2.870,00 €	- €	2.870,00 €	- €	- €	- €	601,15 €	- €	- €
CASTRO DAIRE	9.984,46 €	4.565,78 €	5.418,68 €	4.565,78 €	- €	5.418,68 €	1.354,67 €	1.080,43 €	- €	3.745,00 €
CASTRO MARIM	424,08 €	1.014,48 €	- 590,40 €	424,08 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
CELORICO DE BASTO	10.096,11 €	4.784,58 €	5.311,53 €	4.784,58 €	- €	5.311,53 €	1.327,88 €	1.576,86 €	- €	- €
CHAVES	7.547,70 €	3.675,81 €	3.871,89 €	3.675,81 €	- €	3.871,89 €	967,97 €	991,61 €	- €	- €
COIMBRA	28.295,46 €	15.145,51 €	13.149,95 €	15.145,51 €	- €	13.149,95 €	3.287,49 €	4.199,86 €	- €	- €
CONDEIXA-A-NOVA	1.465,73 €	1.465,73 €	- €	1.465,73 €	- €	- €	- €	551,53 €	- €	- €
CORUCHE	7.130,65 €	3.303,08 €	3.827,57 €	3.303,08 €	- €	3.827,57 €	956,89 €	714,02 €	- €	275,00 €

ELVAS	25.794,32 €	12.799,12 €	12.995,20 €	12.799,12 €	- €	12.995,20 €	3.248,80 €	608,85 €	- €	6.165,00 €
ENTRONCAMENTO	5.424,24 €	2.440,36 €	2.983,88 €	2.440,36 €	- €	2.983,88 €	745,97 €	209,10 €	- €	- €
ESPINHO	15.851,21 €	7.500,00 €	8.351,21 €	7.500,00 €	- €	8.351,21 €	2.087,80 €	3.260,87 €	- €	- €
ESPOSENDE	33.225,37 €	17.383,23 €	15.842,14 €	15.907,33 €	- €	17.318,04 €	4.329,51 €	6.891,57 €	- €	- €
ESTREMOZ	1.877,06 €	1.877,06 €	- €	1.877,06 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
FAFE	3.631,51 €	3.631,51 €	- €	3.631,51 €	- €	- €	- €	1.250,00 €	- €	- €
FELGUEIRAS	34.469,14 €	16.811,00 €	17.658,14 €	16.811,00 €	- €	17.658,14 €	4.414,54 €	3.536,25 €	- €	980,00 €
FERREIRA DO ZÉZERE	393,00 €	393,00 €	- €	393,00 €	- €	- €	- €	60,00 €	- €	- €
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	6.852,06 €	3.000,00 €	3.852,06 €	3.000,00 €	- €	3.852,06 €	963,02 €	21,53 €	- €	165,00 €
FORNOS DE ALGODRES	4.548,27 €	2.100,00 €	2.448,27 €	2.100,00 €	- €	2.448,27 €	612,07 €	288,90 €	- €	- €
FRONTEIRA	377,00 €	377,00 €	- €	377,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
FUNCHAL	126.959,11 €	198.517,01 €	71.557,90 €	57.941,67 €	- €	69.017,44 €	17.254,36 €	22.738,06 €	- €	300,00 €
FUNDÃO	4.369,34 €	2.012,03 €	2.357,31 €	2.012,03 €	- €	2.357,31 €	589,33 €	720,45 €	- €	1.320,00 €
GÓIS	2.177,10 €	2.177,10 €	- €	2.177,10 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
IDANHA-A-NOVA	6.406,40 €	3.023,06 €	3.383,34 €	3.023,06 €	- €	3.383,34 €	845,84 €	319,80 €	- €	- €
ÍLHAVO	16.170,84 €	7.666,47 €	8.504,37 €	7.666,47 €	- €	8.504,37 €	2.126,09 €	1.598,85 €	- €	- €
LAGOA (AÇORES)	17.907,87 €	7.627,86 €	10.280,01 €	8.447,86 €	- €	9.460,01 €	2.365,00 €	1.237,60 €	- €	- €
LAJES DO PICO	6.066,26 €	3.222,94 €	2.843,32 €	3.222,94 €	- €	2.843,32 €	710,83 €	1.317,76 €	- €	- €
LEIRIA	40.968,72 €	20.101,59 €	20.867,13 €	20.101,59 €	- €	20.867,13 €	5.216,78 €	4.582,98 €	- €	935,00 €
LOULÉ	3.824,20 €	1.885,83 €	1.938,37 €	1.885,83 €	- €	1.938,37 €	484,59 €	1.057,80 €	- €	1.496,00 €
LOURES	31.539,78 €	15.419,79 €	16.119,99 €	15.419,79 €	- €	16.119,99 €	4.030,00 €	4.821,60 €	- €	1.040,00 €
MAÇÃO	647,61 €	647,61 €	- €	647,61 €	- €	- €	- €	- €	- €	550,00 €
MACEDO DE CAVALEIROS	21.138,64 €	10.142,92 €	10.995,72 €	10.142,92 €	- €	10.995,72 €	2.748,93 €	73,80 €	- €	- €
MACHICO	8.720,19 €	18.593,05 €	- 9.872,86 €	1.735,50 €	- €	6.984,69 €	1.746,17 €	3.828,36 €	- €	- €
MADALENA MARINHA GRANDE	8.621,76 €	4.046,06 €	4.575,70 €	4.046,06 €	- €	4.575,70 €	1.143,93 €	359,60 €	- €	- €
MARVÃO	1.673,00 €	1.673,00 €	- €	1.673,00 €	- €	- €	- €	346,00 €	- €	- €
MARVÃO	1.223,12 €	1.223,12 €	- €	1.223,12 €	- €	- €	- €	177,12 €	- €	775,00 €
MATOSINHOS	17.169,23 €	17.169,23 €	- €	17.169,23 €	- €	- €	- €	5.575,10 €	- €	5.700,00 €
MÊDA	43.542,97 €	26.926,89 €	16.616,08 €	26.926,89 €	- €	16.616,08 €	4.154,02 €	4.569,75 €	- €	- €
MELGAÇO	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
MESÃO FRIO	1.753,13 €	1.753,13 €	- €	1.753,13 €	- €	- €	- €	473,55 €	- €	2.925,00 €
MIRA	383,17 €	383,17 €	- €	383,17 €	- €	- €	- €	- €	- €	550,00 €
MIRANDELA	33.581,59 €	15.999,74 €	17.581,85 €	15.999,74 €	- €	17.581,85 €	4.395,46 €	1.264,59 €	- €	- €
MOGADOURO	7.539,00 €	7.539,00 €	- €	7.539,00 €	- €	- €	- €	3.388,65 €	- €	- €
MOITA	2.983,81 €	2.983,81 €	- €	2.983,81 €	- €	- €	- €	- €	- €	2.650,20 €
MONÇÃO	50.802,08 €	24.379,95 €	26.422,13 €	24.379,95 €	- €	26.422,13 €	6.605,53 €	8.610,00 €	- €	- €
MONTEMOR-O-NOVO	5.518,38 €	2.858,50 €	2.659,88 €	2.329,60 €	- €	3.188,78 €	797,20 €	20,66 €	- €	- €
MONTIJO	9.726,48 €	4.683,10 €	5.043,38 €	4.683,10 €	- €	5.043,38 €	1.260,85 €	338,25 €	- €	- €
MORTÁGUA	16.215,54 €	7.681,32 €	8.534,22 €	7.681,32 €	- €	8.534,22 €	2.133,56 €	915,12 €	- €	1.875,00 €
MURÇA	4.477,78 €	2.141,00 €	2.336,78 €	2.141,00 €	- €	2.336,78 €	584,20 €	535,05 €	- €	- €
MURTOSA	7.642,54 €	3.269,82 €	4.372,72 €	3.269,82 €	- €	4.372,72 €	1.093,18 €	625,00 €	- €	- €
NAZARÉ	3.501,91 €	1.488,71 €	2.013,20 €	1.488,71 €	- €	2.013,20 €	503,30 €	450,00 €	- €	- €

ÓBIDOS	3.279,93 €	1.385,22 €	1.894,71 €	1.385,22 €	- €	1.894,71 €	473,68 €	369,00 €	- €	800,80 €
OEIRAS	42.920,05 €	32.497,81 €	10.422,24 €	16.491,01 €	- €	26.429,04 €	6.607,26 €	27.256,80 €	- €	275,00 €
OLHÃO	8.289,78 €	3.972,25 €	4.317,53 €	3.972,25 €	- €	4.317,53 €	1.079,38 €	547,97 €	- €	- €
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	23.874,28 €	11.107,68 €	12.766,60 €	11.107,68 €	- €	12.766,60 €	3.191,65 €	2.623,33 €	- €	1.080,00 €
OLIVEIRA DO BAIRRO	73.029,57 €	35.621,60 €	37.407,97 €	35.621,60 €	- €	37.407,97 €	9.351,99 €	6.841,26 €	- €	- €
OLIVEIRA DO HOSPITAL	12.599,88 €	6.362,91 €	6.236,97 €	6.362,91 €	- €	6.236,97 €	1.559,24 €	2.251,51 €	- €	- €
OVAR	16.387,37 €	7.767,37 €	8.620,00 €	7.767,37 €	- €	8.620,00 €	2.155,00 €	1.820,00 €	- €	440,00 €
PAÇOS DE FERREIRA	3.916,11 €	3.916,11 €	- €	3.916,11 €	- €	- €	- €	678,96 €	- €	- €
PAREDES	26.804,77 €	12.981,00 €	13.823,77 €	12.981,00 €	- €	13.823,77 €	3.455,94 €	3.086,59 €	- €	- €
PAREDES DE COURA	6.813,10 €	2.590,50 €	4.222,60 €	2.590,50 €	- €	4.222,60 €	1.055,65 €	2.410,50 €	- €	- €
PENAMACOR	10.327,57 €	4.983,97 €	5.343,60 €	4.983,97 €	- €	5.343,60 €	1.335,90 €	1.613,76 €	- €	- €
PENEDONO	9.752,28 €	4.449,69 €	5.302,59 €	4.449,69 €	- €	5.302,59 €	1.325,65 €	959,40 €	- €	195,00 €
PENELA	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
PENICHE	541,20 €	541,20 €	- €	541,20 €	- €	- €	- €	541,20 €	- €	- €
PESO DA RÉGUA	574,98 €	574,98 €	- €	574,98 €	- €	- €	- €	147,60 €	- €	200,00 €
PINHEL	12.240,92 €	5.947,82 €	6.293,10 €	5.947,82 €	- €	6.293,10 €	1.573,28 €	1.573,54 €	- €	740,00 €
POMBAL	17.330,04 €	7.950,85 €	9.379,19 €	7.950,85 €	- €	9.379,19 €	2.344,80 €	1.669,73 €	- €	- €
PONTA DELGADA	10.949,71 €	10.949,71 €	- €	10.949,71 €	- €	- €	- €	8.305,60 €	- €	- €
PONTA DO SOL	9.244,96 €	9.041,06 €	203,90 €	1.933,75 €	- €	7.311,21 €	1.827,80 €	3.329,38 €	- €	- €
PONTE DE LIMA	112.150,69 €	61.918,03 €	50.232,66 €	61.918,03 €	- €	50.232,66 €	12.558,17 €	13.450,05 €	- €	- €
PONTE DE SOR	6.027,44 €	2.736,90 €	3.290,54 €	2.736,90 €	- €	3.290,54 €	822,64 €	- €	- €	150,00 €
PORTO DE MÓS	6.649,48 €	2.898,30 €	3.751,18 €	2.898,29 €	- €	3.751,19 €	937,80 €	893,60 €	- €	- €
PORTO MONIZ	629,00 €	4.876,85 €	- 4.247,85 €	629,00 €	- €	- €	- €	1.335,90 €	- €	- €
PORTO SANTO	11.200,93 €	18.758,29 €	- 7.557,36 €	843,00 €	- €	10.357,93 €	2.589,48 €	2.594,94 €	- €	- €
PÓVOA DE LANHOSO	9.058,25 €	4.731,72 €	4.326,53 €	4.731,72 €	- €	4.326,53 €	1.081,63 €	1.199,99 €	- €	870,00 €
PÓVOA DE VARZIM	61.868,37 €	32.596,29 €	29.272,08 €	32.596,29 €	- €	29.272,08 €	7.318,02 €	16.393,44 €	- €	8.915,00 €
PROENÇA-A-NOVA	1.199,27 €	1.199,27 €	- €	1.199,27 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
RIBEIRA BRAVA	24.859,54 €	25.049,22 €	- 189,68 €	7.346,00 €	- €	17.513,54 €	4.378,39 €	2.327,76 €	- €	- €
RIBEIRA DE PENA	2.126,00 €	2.126,00 €	- €	2.126,00 €	- €	- €	- €	450,00 €	- €	180,00 €
S. BRÁS DE ALPORTEL	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
S. JOÃO DA MADEIRA	17.826,47 €	9.865,82 €	7.960,65 €	8.943,32 €	- €	8.883,15 €	2.220,79 €	2.059,02 €	- €	- €
S. JOÃO DA PESQUEIRA	6.138,38 €	2.650,24 €	3.488,14 €	2.650,24 €	- €	3.488,14 €	872,04 €	1.709,70 €	- €	- €
S. ROQUE DO PICO	9.716,78 €	4.216,83 €	5.499,95 €	4.216,83 €	- €	5.499,95 €	1.374,99 €	1.013,84 €	- €	- €
SABUGAL	9.067,63 €	5.596,86 €	3.470,77 €	5.596,86 €	- €	3.470,77 €	867,69 €	996,30 €	- €	350,00 €
SANTA COMBA DÃO	12.868,72 €	6.085,41 €	6.783,31 €	6.085,41 €	- €	6.783,31 €	1.695,83 €	1.263,21 €	- €	2.700,00 €
SANTA MARIA DA FEIRA	30.936,23 €	15.467,18 €	15.469,05 €	15.467,18 €	- €	15.469,05 €	3.867,26 €	3.728,22 €	- €	- €
SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	6.228,10 €	3.023,51 €	3.204,59 €	3.023,51 €	- €	3.204,59 €	801,15 €	879,46 €	- €	- €
SANTANA	10.552,73 €	20.564,42 €	- 10.011,69 €	5.060,80 €	- €	5.491,93 €	1.372,98 €	3.917,37 €	- €	- €
SANTARÉM	8.726,45 €	4.076,01 €	4.650,44 €	4.076,01 €	- €	4.650,44 €	1.162,61 €	1.722,00 €	- €	1.080,00 €
SANTIAGO DO CACÉM	8.037,12 €	3.845,92 €	4.191,20 €	3.845,92 €	- €	4.191,20 €	1.047,80 €	19,20 €	- €	- €
SANTO TIRSO	12.476,72 €	5.814,00 €	6.662,72 €	5.814,00 €	- €	6.662,72 €	1.665,68 €	984,00 €	- €	1.080,00 €
SATÃO					- €		3.022,84 €		- €	

	22.893,21 €	10.801,87 €	12.091,34 €	10.801,87 €		12.091,34 €		5.024,55 €		1.335,00 €
SEIXAL	18.101,26 €	8.870,49 €	9.230,77 €	8.870,49 €	- €	9.230,77 €	2.307,69 €	1.010,20 €	- €	861,30 €
SERNANCELHE	7.098,20 €	3.122,65 €	3.975,55 €	3.122,65 €	- €	3.975,55 €	993,89 €	676,50 €	- €	550,00 €
SERTÃO	9.725,74 €	4.690,23 €	5.035,51 €	4.690,23 €	- €	5.035,51 €	1.258,88 €	1.446,48 €	- €	- €
SEVER DO VOUGA	10.852,85 €	5.000,00 €	5.852,85 €	5.000,00 €	- €	5.852,85 €	1.463,21 €	- €	- €	- €
SILVES	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
SINES	2.133,60 €	2.133,60 €	- €	2.133,60 €	- €	- €	- €	295,20 €	- €	- €
TAROUCA	11.006,42 €	5.076,76 €	5.929,66 €	5.076,76 €	- €	5.929,66 €	1.482,42 €	3.416,94 €	- €	195,00 €
TOMAR	9.428,28 €	4.449,01 €	4.979,27 €	4.449,01 €	- €	4.979,27 €	1.244,82 €	1.232,65 €	- €	900,00 €
TONDELA	14.916,10 €	7.039,10 €	7.877,00 €	7.039,10 €	- €	7.877,00 €	1.969,25 €	1.746,60 €	- €	- €
TORRES NOVAS	5.048,63 €	2.262,07 €	2.786,56 €	2.262,07 €	- €	2.786,56 €	696,64 €	430,50 €	- €	275,00 €
TRANCOSO	2.174,64 €	2.174,64 €	- €	2.174,64 €	- €	- €	- €	1.234,31 €	- €	- €
VAGOS	50.270,22 €	24.320,79 €	25.949,43 €	24.320,79 €	- €	25.949,43 €	6.487,36 €	7.150,51 €	- €	715,00 €
VALE DE CAMBRA	97.476,29 €	49.147,79 €	48.328,50 €	49.147,79 €	- €	48.328,50 €	12.082,13 €	6.263,75 €	- €	- €
VALONGO	21.429,14 €	10.408,98 €	11.020,16 €	10.408,98 €	- €	11.020,16 €	2.755,04 €	5.456,22 €	- €	2.140,00 €
VALPAÇOS	1.172,12 €	1.172,12 €	- €	1.172,12 €	- €	- €	- €	570,42 €	- €	- €
VELAS	46.015,91 €	25.771,19 €	20.244,72 €	25.771,19 €	- €	20.244,72 €	5.061,18 €	982,20 €	- €	- €
VILA DE REI	10.458,67 €	6.765,97 €	3.692,70 €	6.765,97 €	- €	3.692,70 €	923,18 €	1.729,96 €	- €	11.921,00 €
VILA DO CONDE	27.849,40 €	13.498,75 €	14.350,65 €	13.498,75 €	- €	14.350,65 €	3.587,66 €	3.160,44 €	- €	275,00 €
VILA FRANCA DE XIRA	15.371,72 €	7.293,26 €	8.078,46 €	7.293,26 €	- €	8.078,46 €	2.019,62 €	1.328,40 €	- €	1.464,00 €
VILA NOVA DA BARQUINHA	11.778,43 €	5.745,17 €	6.033,26 €	5.745,17 €	- €	6.033,26 €	1.508,32 €	1.473,54 €	- €	2.375,00 €
VILA NOVA DE FOZ CÔA	15,00 €	15,00 €	- €	15,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
VILA NOVA DE PAIVA	17.075,79 €	8.081,53 €	8.994,26 €	8.081,53 €	- €	8.994,26 €	2.248,57 €	2.423,10 €	- €	796,00 €
VILA NOVA DE POIARES	1.978,29 €	957,00 €	1.021,29 €	957,00 €	- €	1.021,29 €	255,32 €	- €	- €	- €
VILA POUCA DE AGUIAR	5.289,61 €	5.289,61 €	- €	5.289,61 €	- €	- €	- €	1.845,00 €	- €	- €
VILA PRAIA DA VITÓRIA	15.065,83 €	8.269,75 €	6.796,08 €	8.269,75 €	- €	6.796,08 €	1.699,02 €	886,00 €	- €	- €
VILA REAL	40.261,50 €	20.463,21 €	19.798,29 €	19.602,21 €	- €	20.659,29 €	5.164,82 €	4.202,30 €	- €	450,00 €
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	355,47 €	355,47 €	- €	355,47 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
VILA VELHA DE RODÃO	3.992,21 €	1.949,93 €	2.042,28 €	1.949,93 €	- €	2.042,28 €	510,57 €	769,37 €	- €	- €
VILA VERDE	20.254,46 €	9.700,78 €	10.553,68 €	9.700,78 €	- €	10.553,68 €	2.638,42 €	2.513,20 €	- €	- €
VIMIOSO	1.261,83 €	1.261,83 €	- €	1.261,83 €	- €	- €	- €	221,40 €	- €	- €
WISEU	45.620,01 €	23.950,18 €	21.669,83 €	23.950,18 €	- €	21.669,83 €	5.417,46 €	7.736,70 €	- €	4.040,00 €
VOUZELA	6.337,62 €	2.742,36 €	3.595,26 €	2.742,36 €	- €	3.595,26 €	898,82 €	861,00 €	- €	- €
TOTAIS	2.424.450,60 €	1.475.986,03 €	948.464,57 €	1.212.008,30 €	- €	1.212.442,30 €	303.110,58 €	336.072,69 €	- €	98.207,45 €

Este quadro foi elaborado pela ECFP, tendo por base os valores apresentados pelo **Partido** nas contas, considerando as rectificações entretanto apresentadas pelo **CDS-PP** em 19 de dezembro de 2014, relativamente a 18 dos municípios em que concorreu (assinaladas a vermelho no quadro), também já publicitadas no sítio do Tribunal Constitucional na Internet, sub-sítio da ECFP.

A ECFP regista que as contas retificadas relativas ao município de Paredes não contêm diferenças em relação às contas anteriormente apresentadas. Por outro lado, em relação ao município de Oliveira de Azeméis, o valor de Cedências de bens a título de empréstimo registado pelo **CDS-PP**, no montante de 1.080,00 euros, apenas é evidenciado no mapa de despesas, não constando no mapa de receitas, o que é incorreto.

Tendo concorrido nos municípios de Penela e S. Brás de Alportel, o **CDS-PP** entregou os mapas de despesas e receitas com indicação dos valores a zero.

3. O **CDS-PP**, no âmbito das atividades desenvolvidas na campanha eleitoral para as Eleições Autárquicas realizadas em 29 de setembro de 2013, registou receitas no valor global de 2.424.450,60 euros e despesas no montante total de 1.475.986,03 euros (apenas no que respeita a receitas e a despesas financeiras), apurando assim um saldo global de 948.464,57 euros, o qual, na generalidade dos municípios, traduz os valores de subvenções recebidas.
4. Os auditores externos assinalaram que as contas individuais apresentadas relativamente a cada município não contemplam as despesas suportadas pela estrutura central, mas que estas despesas foram tidas em consideração para efeitos do cálculo da subvenção pública.

Ora, tal procedimento é absolutamente anómalo e inaceitável. A ECFP não pode aceitar que, à Assembleia da República, sejam declaradas determinadas despesas para efeito de obter subvenção e, ao Tribunal Constitucional, sejam declarados outros valores de despesas.

Verifica-se assim que o **CDS-PP**, ao não imputar as despesas centrais às contas de base municipal e, não obstante, declará-las à Assembleia da República para efeito de obtenção da subvenção, viola o disposto no artigo 15.º, n.º 1, da L 19/2003 (ver Ponto 1 da Secção C deste Relatório).

A ECFP regista que as contas de campanha têm base municipal, nos termos do artigo 15.º, n.º 2, da L 19/2003, e que só as despesas imputadas a cada município podem ser declaradas à Assembleia da República como subvencionáveis, por força do artigo 17.º, n.º 3, da L 19/2003. Assim, havendo despesas comuns e centrais, nos termos permitidos pelo n.º 2 do artigo 37.º da LO 2/2005, para que estas possam ser elegíveis para

subvenção estatal, deverão ser imputadas às contas de base municipal a que respeitem, com indicação do critério de imputação utilizado, sob pena de não poderem ser objeto de subvenção. Ou seja, tais despesas que venham a ser imputadas devem ser registadas nas contas de base municipal. Ora, em todos os casos em que o CDS-PP não o fez, os quais são abaixo discriminados, em quadro preparado pela ECFP, as contas não estão corretamente elaboradas.

A ECFP não encontra justificação para a falta de diligência com que estas contas foram apresentadas, já que entre o pagamento das subvenções e a apresentação de contas distou um prazo superior a seis meses (ver Ponto 1 da Secção C deste Relatório).

A ECFP elaborou o mapa seguinte, no qual se podem verificar as diferenças entre as despesas comunicadas à Assembleia da República e as despesas registadas pelo **Partido** nas contas apresentadas ao Tribunal Constitucional (ver Ponto 1 da Secção C deste Relatório):

Município	Despesas AR	Despesas PP	Diferença	Subvenção AR
ABRANTES	5.399,61 €	5.214,35 €	185,26 €	5.399,61 €
ALBERGARIA-A-VELHA	46.388,66 €	46.513,49 €	- 124,83 €	46.388,66 €
ALCÁÇER DO SAL	1.807,79 €	1.298,30 €	509,49 €	1.807,79 €
ALCOBAÇA	18.931,68 €	17.946,32 €	985,36 €	18.931,68 €
ALCOCHETE	10.221,49 €	8.547,57 €	1.673,92 €	10.221,49 €
ALIJO	1.493,73 €	1.312,65 €	181,08 €	1.493,73 €
ALMADA	7.596,42 €	7.040,56 €	555,86 €	7.596,42 €
ALTER DO CHÃO	1.746,71 €	1.697,00 €	49,71 €	1.746,71 €
ALVAIÁZERE	9.979,10 €	9.126,20 €	852,90 €	9.979,10 €
ANADIA	9.428,27 €	8.620,54 €	807,73 €	9.428,27 €
ANSIÃO	2.528,49 €	1.690,59 €	837,90 €	2.528,49 €
ARCOS DE VALDEVEZ	6.946,56 €	5.768,74 €	1.177,82 €	6.946,56 €
ARMAMAR	6.836,85 €	5.983,95 €	852,90 €	6.836,85 €
AROUCA	12.365,13 €	11.527,23 €	837,90 €	12.365,13 €
ARRUDA DOS VINHOS	3.242,79 €	2.733,30 €	509,49 €	3.242,79 €
BAIÃO	7.502,97 €	6.665,07 €	837,90 €	7.502,97 €
BATALHA	8.215,27 €	7.362,37 €	852,90 €	8.215,27 €
BENAVENTE	3.615,13 €	3.105,64 €	509,49 €	3.615,13 €
BOMBARRAL	11.472,64 €	10.150,14 €	1.322,50 €	11.472,64 €
BRAGANÇA	5.522,81 €	4.611,89 €	910,92 €	5.522,81 €
CALDAS DA RAINHA	17.511,06 €	17.344,00 €	167,06 €	14.509,98 €
CALHETA (MADEIRA)	18.530,90 €	22.804,24 €	- 4.273,34 €	18.530,90 €
CÂMARA DE LOBOS	24.764,84 €	30.555,29 €	- 5.790,45 €	21.600,71 €
CARRAZEDA DE ANSIÃES	13.541,54 €	13.503,28 €	38,26 €	13.541,54 €
CARREGAL DO SAL	8.104,57 €	6.836,00 €	1.268,57 €	8.104,57 €

CASTANHEIRA DE PERA	3.492,50 €	2.639,60 €	852,90 €	3.492,50 €
CASTELO BRANCO	4.400,09 €	4.054,82 €	345,27 €	4.400,09 €
CASTRO DAIRE	5.418,68 €	4.565,78 €	852,90 €	5.418,68 €
CELORICO DE BASTO	5.311,53 €	4.784,58 €	526,95 €	5.311,53 €
CHAVES	3.671,89 €	3.675,81 €	- 3,92 €	3.871,89 €
COIMBRA	13.149,95 €	15.145,51 €	- 1.995,56 €	13.149,95 €
CORUCHE	3.827,57 €	3.303,08 €	524,49 €	3.827,57 €
ELVAS	12.995,20 €	12.799,12 €	196,08 €	12.995,20 €
ENTRONCAMENTO	2.983,88 €	2.440,36 €	543,52 €	2.983,88 €
ESPINHO	8.351,21 €	7.500,00 €	851,21 €	8.351,21 €
ESPOSENDE	17.318,04 €	17.383,23 €	- 65,19 €	17.318,04 €
FELGUEIRAS	17.658,14 €	16.811,00 €	847,14 €	17.658,14 €
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	3.852,06 €	3.000,00 €	852,06 €	3.852,06 €
FORNOS DE ALGODRES	2.448,27 €	2.100,00 €	348,27 €	2.448,27 €
FUNCHAL	154.394,91 €	198.517,01 €	- 44.122,10 €	69.017,44 €
FUNDÃO	2.357,31 €	2.012,03 €	345,28 €	2.357,31 €
IDANHA-A-NOVA	3.383,34 €	3.023,06 €	360,28 €	3.383,34 €
ÍLHAVO	8.504,37 €	7.666,47 €	837,90 €	8.504,37 €
LAGOA (AÇORES)	9.460,01 €	7.627,86 €	1.832,15 €	9.460,01 €
LAJES DO PICO	2.843,32 €	3.222,94 €	- 379,62 €	2.843,32 €
LEIRIA	20.867,13 €	20.101,59 €	765,54 €	20.867,13 €
LOULÉ	1.938,37 €	1.885,83 €	52,54 €	1.938,37 €
LOURES	16.119,99 €	15.419,79 €	700,20 €	16.119,99 €
MACEDO DE CAVALEIROS	10.995,72 €	10.142,92 €	852,80 €	10.995,72 €
MACHICO	6.984,69 €	18.593,05 €	- 11.608,36 €	6.984,69 €
MADALENA	4.575,70 €	4.046,06 €	529,64 €	4.575,70 €
MEDA	27.522,33 €	26.926,89 €	595,44 €	16.616,08 €
MIRANDELA	17.581,85 €	15.999,74 €	1.582,11 €	17.581,85 €
MONÇÃO	26.422,13 €	24.379,95 €	2.042,18 €	26.422,13 €
MONTEMOR-O-NOVO	3.188,78 €	2.858,50 €	330,28 €	3.188,78 €
MONTIJO	5.043,38 €	4.683,10 €	360,28 €	5.043,38 €
MORTÁGUA	8.534,22 €	7.681,32 €	852,90 €	8.534,22 €
MURÇA	2.336,78 €	2.141,00 €	195,78 €	2.336,78 €
MURTOSA	4.372,72 €	3.269,82 €	1.102,90 €	4.372,72 €
NAZARÉ	2.013,20 €	1.488,71 €	524,49 €	2.013,20 €
ÓBIDOS	1.894,71 €	1.385,22 €	509,49 €	1.894,71 €
OEIRAS	32.999,54 €	32.497,81 €	501,73 €	26.429,04 €
OLHÃO	4.317,53 €	3.972,25 €	345,28 €	4.317,53 €
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	12.766,60 €	11.107,68 €	1.658,92 €	12.766,60 €
OLIVEIRA DO BAIRRO	37.407,97 €	35.621,60 €	1.786,37 €	37.407,97 €
OLIVEIRA DO HOSPITAL	6.236,97 €	6.362,91 €	- 125,94 €	6.236,97 €
OVAR	8.620,00 €	7.767,37 €	852,63 €	8.620,00 €
PAREDES	13.823,77 €	12.981,00 €	842,77 €	13.823,77 €
PAREDES DE COURA	4.222,60 €	2.590,50 €	1.632,10 €	4.222,60 €
PENAMACOR	5.343,60 €	4.983,97 €	359,63 €	5.343,60 €
PENEDONO	5.302,59 €	4.449,69 €	852,90 €	5.302,59 €
PINHEL	6.293,10 €	5.947,82 €	345,28 €	6.293,10 €

POMBAL	9.379,19 €	7.950,85 €	1.428,34 €	9.379,19 €
PONTA DO SOL	7.311,21 €	9.041,06 €	- 1.729,85 €	7.311,21 €
PONTE DE LIMA	50.232,66 €	61.918,03 €	- 11.685,37 €	50.232,66 €
PONTE DE SOR	3.290,54 €	2.736,90 €	553,64 €	3.290,54 €
PORTO DE MÓS	3.751,19 €	2.898,30 €	852,89 €	3.751,19 €
PORTO SANTO	11.232,01 €	18.758,29 €	- 7.526,28 €	10.357,93 €
PÓVOA DE LANHOSO	4.326,53 €	4.731,72 €	- 405,19 €	4.326,53 €
PÓVOA DE VARZIM	31.465,97 €	32.596,29 €	- 1.130,32 €	29.272,08 €
RIBEIRA BRAVA	17.513,54 €	25.049,22 €	- 7.535,68 €	17.513,54 €
S. JOÃO DA MADEIRA	9.545,68 €	9.865,82 €	- 320,14 €	8.883,15 €
S. JOÃO DA PESQUEIRA	3.488,14 €	2.650,24 €	837,90 €	3.488,14 €
S. ROQUE DO PICO	5.499,95 €	4.216,83 €	1.283,12 €	5.499,95 €
SABUGAL	3.470,77 €	5.596,86 €	- 2.126,09 €	3.470,77 €
SANTA COMBA DÃO	6.783,31 €	6.085,41 €	697,90 €	6.783,31 €
SANTA MARIA DA FEIRA	15.469,05 €	15.467,18 €	1,87 €	15.469,05 €
SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	3.204,59 €	3.023,51 €	181,08 €	3.204,59 €
SANTANA	5.941,93 €	20.564,42 €	-14.622,49 €	5.491,93 €
SANTARÉM	4.650,44 €	4.076,01 €	574,43 €	4.650,44 €
SANTIAGO DO CACÉM	4.191,20 €	3.845,92 €	345,28 €	4.191,20 €
SANTO TIRSO	6.662,72 €	5.814,00 €	848,72 €	6.662,72 €
SATÃO	12.671,65 €	10.801,87 €	1.869,78 €	12.091,34 €
SEIXAL	9.230,77 €	8.870,49 €	360,28 €	9.230,77 €
SERNANCELHE	3.975,55 €	3.122,65 €	852,90 €	3.975,55 €
SERTÃO	5.035,51 €	4.690,23 €	345,28 €	5.035,51 €
SEVER DO VOUGA	5.852,85 €	5.000,00 €	852,85 €	5.852,85 €
TAROUCA	5.929,66 €	5.076,76 €	852,90 €	5.929,66 €
TOMAR	4.979,27 €	4.449,01 €	530,26 €	4.979,27 €
TONDELA	7.877,00 €	7.039,10 €	837,90 €	7.877,00 €
TORRES NOVAS	2.786,56 €	2.262,07 €	524,49 €	2.786,56 €
VAGOS	25.949,43 €	24.320,79 €	1.628,64 €	25.949,43 €
VALE DE CAMBRA	48.328,50 €	49.147,79 €	- 819,29 €	48.328,50 €
VALONGO	11.020,16 €	10.408,98 €	611,18 €	11.020,16 €
VELAS	23.657,89 €	25.771,19 €	- 2.113,30 €	20.244,72 €
VILA DE REI	3.692,70 €	6.765,97 €	- 3.073,27 €	3.692,70 €
VILA DO CONDE	14.350,65 €	13.498,75 €	851,90 €	14.350,65 €
VILA FRANCA DE XIRA	8.078,46 €	7.293,26 €	785,20 €	8.078,46 €
VILA NOVA DA BARQUINHA	6.033,26 €	5.745,17 €	288,09 €	6.033,26 €
VILA NOVA DE PAIVA	8.994,26 €	8.081,53 €	912,73 €	8.994,26 €
VILA NOVA DE POIARES	1.021,29 €	957,00 €	64,29 €	1.021,29 €
VILA PRAIA DA VITÓRIA	6.796,08 €	8.269,75 €	-1.473,67 €	6.796,08 €
VILA REAL	20.659,29 €	20.463,21 €	196,08 €	20.659,29 €
VILA VELHA DE RODÃO	2.042,28 €	1.949,93 €	92,35 €	2.042,28 €
VILA VERDE	10.553,68 €	9.700,78 €	852,90 €	10.553,68 €
WISEU	21.669,83 €	23.950,18 €	- 2.280,35 €	21.669,83 €
VOUZELA	3.595,26 €	2.742,36 €	852,90 €	3.595,26 €
TOTAIS	1.329.435,71 €	1.386.782,74 €	- 57.347,03 €	1.212.442,30 €

É muito significativo o número de contas (117) em que há divergências – todos os municípios em que o **CDS-PP** recebeu subvenção estatal –, seja em sentido positivo ou negativo. Muitas dessas divergências podem ter impacto na subvenção estatal como adiante se referirá.

5. Controlo processual

5.1. Análise genérica de cumprimento dos preceitos legais

O **CDS-PP** apresentou Listas de Ações de Campanha para a totalidade dos Municípios a que concorreu. No entanto os auditores verificaram que, regra geral, não se encontra preenchida a coluna identificativa do n.º de documento contabilístico, o número de participantes e que as cedências, devidamente evidenciadas como despesas, não estão inseridas na coluna de receitas (em alguns municípios, o valor das cedências não conta aliás das listas de ações e meios).

Verifica-se ainda que, na identificação dos meios, a informação inerente às unidades e quantidades, por norma, foi inserida na coluna da descrição e não na coluna apropriada.

Não obstante, a informação constante na descrição permite a comparação com a despesa correspondente.

O Partido apresentou retificações às listas de ações e meios em 19 de dezembro de 2014, retificações que serão devidamente publicitadas no sítio na Internet do Tribunal Constitucional, sub-sítio da ECFP.

A ECFP regista que apesar das deficiências encontradas, as quais recomenda que, no futuro, sejam evitadas, foi possível realizar, ainda que com algumas limitações, o cruzamento entre as listagens e as despesas efetuadas.

Através da informação compilada pelo CIES e pela ECFP para comprovação e verificação física das ações e meios de campanha realizadas, verificou-se que existem algumas ações / meios que não foram integral e adequadamente refletidos nas contas da Campanha Eleitoral (despesas e receitas) (ver Ponto 2 da Secção C deste Relatório).

As situações identificadas encontram-se resumidas nos quadros seguintes:

Ações não relatadas na lista de ações e meios

Município	Data de Realização	Designação da ação	Observações
Almada	22-09-2013	Ação de rua que decorreu entre as 16.20h e as 18.30h: D. João I, Capitão Leitão, eixo central de Almada, centro histórico, terminando na Praça MFA	a)
Coimbra	Não identificada na Matriz	Jantar Catering	a)
Coimbra	20-09-2013	Jantar comício no Pavilhão da Palmeira Sport Clube Conimbricense. De acordo com matriz, o jantar por pessoa é de 10 euros e pessoas até aos 16 anos não pagam.	a)
Coimbra	20-09-2013	Atuação de Banda Musical em jantar comício - voluntário	a)
Coimbra	24-09-2013	Almoço de campanha, no dia 24 de setembro, para 14 pessoas, a cargo da Campanha, no valor de 153,95 euros.	a)
Felgueiras	14-09-2013	Atuação, a título gratuito, do Grupo "Alma Dance" e Dupla "Tó & Nando" no Comício de Arranque da Campanha	b)
Felgueiras	14-09-2013	Comício de Arranque de Campanha.	a)
Felgueiras	24-08-2013	Comício Festa na Casa das Artes, Avª Magalhães Lemos Felgueiras.	a)
Felgueiras	14-09-2013	Comício Festa no Jardim da Lixa.	a)
Felgueiras	22-09-2013	Comício realizado no Largo abaixo do Bom Jesus de Barrosas.	a)
Felgueiras	26-09-2013	Comício realizado no Mercado Municipal de Felgueiras.	a)
Felgueiras	20-09-2013	Comício Político realizado na Praça Dr Machado de Matos - Felgueiras.	a)
Felgueiras	20-09-2013	Comício Político realizado na antiga escola de Unhão Lombeiro - Felgueiras.	a)
Funchal	13-09-2013	Eventos e ações de índole variada - sede de campanha na Rua de Queimada de Cima	a)
Matosinhos	19-07-2013	Apresentação de candidatura no Auditório APDL	a)
Matosinhos	21 de julho a 29 de setembro de 2013	Arruadas, visitas a empresas, associações, entre outros realizadas no Município de Matosinhos.	a)
Santo Tirso	23-09-2013	Evento da "Feira" realizado no Mercado Municipal de Santo Tirso - Feira (propaganda aos candidatos).	a)
Santa Maria da Feira	20-09-2013	Contacto do candidato com a população na Feira dos 20 em Santa Maria da Feira.	a)
Valongo	várias	Arruadas um pouco por todo o município e visitas a mercados e feiras.	a)
Vila do Conde	14-09-2013	Jantar convívio realizado no Rancho do Monte – Vila do Conde onde participaram 120 candidatos.	a)
Vila do Conde	21-09-2013	Sessão de esclarecimento na Junta de Freguesia de Mindelo.	a)
Vila Real	Não identificada na Matriz	Jantar de apresentação da candidatura, no Hotel Miracorgo. Segundo informação prestada, cada participante pagou o seu jantar ao fornecedor.	a)

Legenda:

a) Ações não relatadas na lista de ações e meios e sem qualquer despesa associada.

b) As contas não evidenciam a despesa/receita inerente a esta cedência.

Meios não relatados na lista de ações e meios

Município	Designação do meio	Observações
Bragança	Oito estruturas de suporte aos cartazes mini ("Vida para Bragança", papel)	3
Castelo Branco	Quatro estruturas de suporte aos cartazes mini afixados nos seguintes locais: Rotunda da Europa - Avª Espanha, Rotunda em frente à CP, Rua da Mina, Circunvalação Carapalha/Socorro. Caracterização dos cartazes: medida 1,2*1,8, papel colado em platex.	3
Chaves	20 Pendões de 135*60 e 40 Pendões 135*61 situados na Estrada da Cidade, próximo de rotundas e cruzamentos.	3
Coimbra	Equipamento informático: equipamentos pessoais	3
Coimbra	Cedência ou aluguer do Pavilhão onde decorreu o jantar comício do dia 20-09-2013	1
Coimbra	De acordo com a matriz, no Facebook é possível visualizar imagens de carrinha/caravana.	2
Coimbra	Cedência, por parte de de 13 estruturas de Outdoors.	3
Felgueiras	Sede de Felgueiras cedida gratuitamente para os meses de Julho, Agosto e Setembro	3
Felgueiras	Utilização de três computadores portáteis pessoais	3
Felgueiras	Utilização, a título de empréstimo, de impressora/fotocopiadora.	3
Felgueiras	Utilização de telemóveis pessoais	3
Felgueiras	Utilização do autocarro com a matrícula QO-64-35 para transporte da comitiva da campanha (comício realizado no Largo abaixo do Bom Jesus de Barrosas no dia 22 -9-2013)	3
Funchal	Utilização de telefones e computador	3
Matosinhos	Tela aranhaço 4m*3m - Avª Serpa Pinto, nº 507 (Matosinhos)	3
Matosinhos	Uma caravana automóvel/outras	3
Oeiras	Cedência, por 30 dias, da sede da campanha (40 m ²), na Rua Cândido dos Reis – Oeiras.	3
Oeiras	Utilização de telemóveis e equipamento sonoro.	3
Oliveira de Azeméis	Utilização de 6 estruturas de suporte aos cartazes mini (2,30*1,20 cm) ao lado da Igreja Matriz De Oliveira de Azeméis.	3
Pombal	Cedência da sede de Campanha	3
Pombal	Utilização de um carro particular.	3
Valongo	Utilização do veículo do candidato à câmara, com a matrícula para o transporte do material da campanha.	3
Valongo	Utilização de telemóvel individual	3
Vila de Rei	Utilização de telemóveis pessoais.	3
Vila de Rei	Utilização de uma caravana para o encerramento da campanha no dia 27 de setembro de 2013.	3

Legenda:

- 1 - De acordo com a matriz, não existia informação sobre aluguer ou cedência do espaço
- 2 - As contas apresentadas, não evidenciam qualquer despesa inerente ao aluguer/cedência
- 3 - As contas não evidenciam este aluguer/cedência.

É de notar que, em relação a estas situações, foram solicitados pelos auditores externos, por e-mail, informação adicional e esclarecimentos, os quais, contudo, não tinham sido prestados até à data de conclusão do trabalho de auditoria.

5.2. Procedimentos de Preparação de contas

Verificou-se que as contas do **CDS-PP** relativas à campanha eleitoral para as Eleições Autárquicas realizadas em 29 de setembro de 2013, foram entregues a 18 de julho de 2014, respeitando o prazo legal.¹ Como referido anteriormente, o **Partido** apresentou retificações, em 19 de dezembro de 2014, às contas de 18 dos municípios, pelo que o presente Relatório se baseia em tais contas retificadas.

Aquando da entrega das contas verificou-se a assinatura, pelo mandatário financeiro nacional, do balanço de campanha.

Confirmou-se a entrega dos orçamentos no dia 5 de agosto de 2013, tendo sido respeitado o previsto no n.º 4 do artigo 15.º da L 19/2013, e cumprindo o prazo definido.

5.3. Conta Bancária

O **Partido** abriu uma conta bancária central e uma para cada município em que concorreu, exclusivamente para as receitas e despesas das autárquicas 2013.

Tal como determinado na alínea a) do n.º 7 do artigo 12.º da L 19/2003, aplicado às Campanhas Eleitorais por força do artigo 15.º, n.º 1 "in fine", da mesma Lei, o mandatário financeiro anexou à prestação das contas os

¹ A ECFP informou todos os Partidos, Coligações e GCE que o prazo terminaria a 21 de julho de 2014 (2.ª feira).

extratos bancários das contas abertas para os fins da campanha eleitoral em análise, verificando-se, na generalidade, o cumprimento deste preceito legal.

Não foram contudo disponibilizados todos os extratos bancários referentes às contas bancárias de campanha até à data de encerramento das contas (ver Ponto 3 da Secção C deste Relatório), conforme resumido no quadro seguinte:

Não foi disponibilizada a totalidade dos Extratos Bancários até à data de cancelamento da Conta Bancária

Município	Data do Primeiro Extrato Disponível	Saldo do Primeiro Extrato Disponível	Data do Último Extrato Disponível	Saldo do Último Extrato Disponível
Santa Maria da Feira	30-08-2013	4.580,07	30-06-2014	0,00
Oliveira de Azeméis	30-09-2013	2.359,17	31-03-2014	0,00
Fafe	30-08-2013	3.961,55	28-02-2014	0,00
Bragança	30-03-2013	1.830,44	31-03-2014	0,00
Castelo Branco	30-set-13	3.704,80	28-02-2014	0,00
Vila de Rei	30-09-2013	6.382,00	31-01-2014	0,00
Coimbra	30-09-2013	8.310,41	30-06-2014	0,00
Loulé	30-09-2013	2.609,00	31-07-2014	0,00
Leiria	30-08-2013	9.877,00	31-07-2014	0,00
Pombal	30-08-2013	6.409,60	28-02-2014	0,00
Loures	30-09-2013	4.367,85	28-02-2014	0,00
Oeiras	31-07-2013	8.070,90	28-02-2014	0,00
Vila Franca de Xira	30-08-2013	7.145,80	31-07-2014	0,00
Baião	30-08-2013	2.850,00	28-02-2014	0,00
Felgueiras	30-09-2013	8.595,96	31-01-2014	0,00
Matosinhos	31-07-2013	14.193,75	28-02-2014	0,00
Paredes	30-08-2013	10.850,02	31-01-2014	0,00
Póvoa de Varzim	31-07-2013	3.094,75	30-06-2014	0,00
Santo Tirso	30-09-2013	296,43	31-01-2014	0,00
Valongo	30-09-2013	2.692,05	28-02-2014	0,00
Vila do Conde	31-07-2013	5.563,21	31-01-2014	0,00
Santarém	30-09-2013	3.550,22	31-01-2014	0,00
Almada	31-07-2013	9.335,20	31-03-2014	0,00
Barreiro	30-08-2013	464,90	28-02-2014	0,00
Moita	30-08-2013	2.327,48	28-02-2014	0,00
Seixal	31-07-2013	4.894,74	29-11-2013	0,00
Vila Real	30-08-2013	15.204,07	29-11-2013	0,00
Chaves	31-07-2013	3.220,62	29-11-2013	0,00
Viseu	31-07-2013	452,85	30-05-2014	0,00
Ponta Delgada	31-07-2013	65,70	30-04-2014	0,00
Funchal	30-08-2013	945,00	31-10-2013	0,00

Verifica-se que não existem extratos que confirmem o saldo à data de encerramento das contas bancárias, o que poderá ser justificado pelo facto de as mesmas se encontrarem já saldadas e não terem, provavelmente, sido registados movimentos posteriores. Cabe à ECFP solicitar a confirmação desta asserção (ver Ponto 3 da Secção C deste Relatório).

Aquando da prestação de contas existiam diversas faturas emitidas por fornecedores cujo pagamento não foi efetuado pela conta específica da campanha, tendo o **CDS-PP** assumido o compromisso de efetuar o respetivo pagamento. Eram os seguintes os valores em dívida, de acordo com as contas apresentadas pelo **Partido** (ver Ponto 4 da Secção C deste Relatório):

Município	Valor em dívida
Almada	1.168,50
Caldas da Rainha	7.017,64
Calheta (Madeira)	22.804,24
Câmara de Lobos	30.555,29
Castro Marim	590,40
Esposende	1.476,00
Funchal	140.575,34
Machico	18.593,05
Montemor-o-Novo	528,90
Oeiras	16.006,80
Ponta do Sol	9.041,06
Porto Moniz	4.876,85
Porto Santo	18.758,29
Ribeira Brava	25.049,22
Santana	20.564,42
S. João da Madeira	922,50
Vila Real	861,00
Total	319.389,50

Os auditores verificaram que, com exceção das faturas de fornecedores em dívida evidenciadas pelo **CDS-PP** nos Balanços de campanha, os pagamentos das restantes faturas estão refletidos nas correspondentes contas bancárias de campanha.

Os movimentos registados nas receitas de cada município são referentes a transferências bancárias efetuadas da conta central do **CDS-PP** (Autárquicas) para as contas dos diversos municípios.

O valor relativo à subvenção pública, transferido pela Assembleia da República, foi recebido na conta central do **CDS-PP**, não tendo sido transferido para a conta bancária de cada um dos municípios (ver Ponto 5 da Secção C deste Relatório).

O Partido solicitou à entidade bancária, conforme ofício de 15 de julho de 2014, o encerramento das contas bancárias de campanha relativas às eleições autárquicas de 2013. O encerramento foi confirmado pela entidade bancária, em 20 de novembro de 2014.

5.4. Saldo final da campanha

Não foi apresentada a certificação das contribuições por órgão próprio do **Partido** (ver Ponto 6 da Secção C deste Relatório).

As contribuições pecuniárias do Partido, no montante total de 1.212.008,30 euros, encontram-se suportadas apenas por declaração emitida pelo mandatário financeiro nacional, datada de 18 de julho de 2014.

5.5. Controlo interno

Constatou-se que existem procedimentos de controlo interno estruturados, ao nível da organização contabilística e documental do **Partido**.

Os documentos encontravam-se devidamente arquivados em pastas organizadas por Distrito/Município, e eram de fácil consulta.

Parte dos documentos auditados são cópias dos originais estando estes arquivados nas concelhias do **CDS-PP**. Não obstante, o **Partido** não solicitou o reembolso de IVA, pelo que as despesas apresentadas incluem este imposto.

6. Análise de receitas

6.1. Suporte Documental

Despesas de campanha não liquidadas através da respetiva conta bancária. Eventual existência de donativos indiretos	Nada a referir
Falta de controlo das receitas e despesas ao nível do suporte documental	Ver infra
Não apresentação de documentos de suporte de receitas	Ver infra
Receitas não refletidas contabilisticamente	Nada a referir

Divergência entre os valores de receita e despesas fornecidos aos auditores e os fornecidos ao Tribunal Constitucional	Nada a referir
Receitas de campanha não permitidas. Sobreavaliação das receitas	Nada a referir

A análise das matrizes de validação das ações e meios de campanha, preparadas pelo CIES, permitiu concluir pela falta de registo, nas contas inicialmente entregues, de algumas cedências de bens a título de empréstimo, principalmente veículos e telemóveis.

Em consequência, o **CDS-PP** procedeu à entrega, relativamente a 18 dos municípios em que concorreu, de versão retificada das contas. Na sequência de tais alterações foram corrigidos os mapas das receitas e de despesas, mas não as Demonstrações dos Resultados (ver Ponto 7 da Secção C deste Relatório).

No que respeita aos municípios relativamente aos quais não foram apresentadas contas retificadas e em que se verificou a ocorrência de cedências de bens a título de empréstimo, o valor destas não consta dos mapas de receitas nem despesas, nem da Lista de Ações e Meios de Campanha (ver Ponto 7 da Secção C deste Relatório).

Em alguns dos casos, as declarações de cedência que suportam os registos não se encontravam devidamente assinadas pelos cedentes, mas apenas pelo Mandatário Financeiro. À exceção das declarações relativas aos municípios do Funchal e de Viseu, as restantes apresentam data anterior ou igual à do ato eleitoral.

No que respeita aos veículos cedidos, a maioria das declarações apresentadas não identifica o tipo de automóvel (familiar, utilitário, transporte passageiros ou de mercadorias) o que não permite a validação dos valores atribuídos às referidas cedências, face à tabela indicativa de preços de mercado constante da Listagem n.º 38/2013 da ECFP, publicada no Diário da República – IIª série – n.º 125, de 2 de julho.

A título de exemplo, no quadro seguinte, são identificadas um conjunto de cedências cuja documentação de suporte revela insuficiência (ver Ponto 7 da Secção C deste Relatório):

Concelho	Doador	NIF	Designação do bem cedido	Cedência - período	data declaração	Valor da cedência(€)	Obs
Barreiro			telemóvel	28 de agosto a 27 setembro 2013	28-09-2013	160	1
Felgueiras			Viatura Opel Corsa	23 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	125	2
Felgueiras			Viatura Renault Clio	17 a 27 de setembro de 2013	26-09-2013	275	2
Felgueiras			Viatura Ford Transit	17 a 27 de setembro de 2013	26-09-2013	330	2
Loures				15 a 27 de setembro de 2013	29-09-2013	520	3
Loures				15 a 27 de setembro de 2013	29-09-2013	520	3
Moita				01 de agosto a 27 de setembro	29-09-2013	2.320	3
Moita			imovel 15m	01 de agosto a 27 de setembro	29-09-2013	220	3
Oeiras				11 DIAS	28-09-2013	275	1
Oliveira de Azeméis				1 a 27 de setembro de 2013	29-09-2013	1.080	3
Santarém			viatura - caravana autom.	01 a 27 de Setembro	29-09-2013	1.080	3
Santo Tirso				01 a 27 de Setembro	29-09-2013	1.080	3
Funchal				22 de julho a 6 de agosto de 2013	15-12-2014	100	4
Funchal			Telemóvel	13 a 19 setembro de 2013	15-12-2014	100	4
Funchal				01 agosto e 28 de agosto	15-12-2014	100	4
Póvoa de Varzim				13 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	375	5
Póvoa de Varzim				13 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	225	5
Póvoa de Varzim				13 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	225	5
Póvoa de Varzim				13 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	375	5
Póvoa de Varzim				13 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	225	5
Póvoa de Varzim				13 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	375	5
Póvoa de Varzim				13 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	375	5
Póvoa de Varzim				13 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	225	5
Póvoa de Varzim				13 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	375	5
Seixal				17 a 27 de Setembro	27-09-2013	810	1
Valongo				2 a 27 de Setembro	27-09-2013	390	2
Vila do Conde				17 a 29 de setembro	17-09-2013	275	2
Vila Franca de Xira				13 a 28 de setembro	13-09-2013	400	2
Vila Franca de Xira				20 a 28 de setembro	20-09-2013	135	2
Viseu				17 a 27 de setembro	27-09-2013	440	2
Viseu				25 a 27 setembro	30-09-2013	135	6
Viseu				17 a 29 setembro	27-09-2013	385	2
Viseu				17 a 27 de setembro	27-09-2013	440	2
Viseu				17 a 27 de setembro	27-09-2013	550	2
Viseu				17 a 27 de setembro	27-09-2013	495	2
Viseu				17 a 27 de setembro	27-09-2013	550	2
Viseu				17 a 27 de setembro	27-09-2013	550	2
Viseu				17 a 27 de setembro	27-09-2013	495	2
						17.110	

Legenda:

1- A declaração não se encontra assinada pelo cedente.

2- A declaração não especifica o tipo de viatura.

3 - A declaração não especifica o tipo de viatura. Falta declaração do cedente.

4 - A declaração não identifica o objectivo da cedência (autarquias de 2013) e apresenta uma data posterior às eleições.

5 - As declarações, assinadas pelos cedentes, referem que a cedência ocorreu no dia 27 de setembro. De acordo com descrição dos mapas de receita e despesa constantes das contas apresentadas pela concelhia, estas cedências ocorreram de 13 a 27 de setembro de 2013.

6 - A declaração não especifica o tipo de viatura e a data é posterior ao ato eleitoral.

A insuficiência da informação constante nos documentos que suportam estas receitas não permite concluir pela razoabilidade dos valores atribuídos aos bens cedidos, muito em particular às viaturas.

É de notar ainda o facto de as declarações de cedência relativas ao município do Funchal, assinadas pelos cedentes, serem datadas de dezembro de 2014.

6.2. Subvenção estatal e contribuição de Partidos

Contabilização adequada do valor da subvenção estatal recebida	Ver infra
Contribuições financeiras classificadas como adiantamentos a candidatura nacional e não como receita	Não aplicável
Certificação de contribuições do Partido	Ver infra
Donativos incorretamente registados em contribuições de Partidos políticos	Não aplicável
Todas as Contribuições de Partidos Políticos tem Fluxo Financeiro	Nada a referir

6.2.1. Subvenção estatal

Foi efetuada a confirmação do valor da Subvenção Estatal atribuída pela Assembleia da República ao **Partido** no âmbito das Eleições Autárquicas, com base no Ofício n.º 2017/GABSG/2014, de 17 de setembro, dirigido pelo Secretário-Geral da Assembleia da República à Presidente da ECFP, sendo que os valores apresentados nas contas entregues à ECFP, e posteriormente retificadas, são coincidentes. Isto é, o **CDS-PP** registou como subvenção os montantes recebidos da Assembleia da República pagos a esse título.

O problema reside contudo no facto de o **Partido** ter declarado montantes diferentes de despesa ao Tribunal Constitucional e à Assembleia da República, como referido no Ponto 4 da Secção B deste Relatório. Desta discrepância resulta que o **CDS-PP** recebeu subvenção superior às despesas declaradas nos seguintes casos (ver Ponto 8 da Secção C deste Relatório):

Município	Despesas AR	Despesas PP	Diferença	Subvenção AR
ABRANTES	5.399,61 €	5.214,35 €	185,26 €	5.399,61 €
ALCÁÇER DO SAL	1.807,79 €	1.298,30 €	509,49 €	1.807,79 €
ALCOBAÇA	18.931,68 €	17.946,32 €	985,36 €	18.931,68 €
ALCOCHETE	10.221,49 €	8.547,57 €	1.673,92 €	10.221,49 €
ALIJÓ	1.493,73 €	1.312,65 €	181,08 €	1.493,73 €
ALMADA	7.596,42 €	7.040,56 €	555,86 €	7.596,42 €
ALTER DO CHÃO	1.746,71 €	1.697,00 €	49,71 €	1.746,71 €
ALVAIÁZERE	9.979,10 €	9.126,20 €	852,90 €	9.979,10 €
ANADIA	9.428,27 €	8.620,54 €	807,73 €	9.428,27 €
ANSIÃO	2.528,49 €	1.690,59 €	837,90 €	2.528,49 €
ARCOS DE VALDEVEZ	6.946,56 €	5.768,74 €	1.177,82 €	6.946,56 €
ARMAMAR	6.836,85 €	5.983,95 €	852,90 €	6.836,85 €
AROUCA	12.365,13 €	11.527,23 €	837,90 €	12.365,13 €
ARRUDA DOS VINHOS	3.242,79 €	2.733,30 €	509,49 €	3.242,79 €
BAIÃO	7.502,97 €	6.665,07 €	837,90 €	7.502,97 €
BATALHA	8.215,27 €	7.362,37 €	852,90 €	8.215,27 €
BENAVENTE	3.615,13 €	3.105,64 €	509,49 €	3.615,13 €
BOMBARRAL	11.472,64 €	10.150,14 €	1.322,50 €	11.472,64 €
BRAGANÇA	5.522,81 €	4.611,89 €	910,92 €	5.522,81 €
CARRAZEDA DE ANSIÃES	13.541,54 €	13.503,28 €	38,26 €	13.541,54 €
CARREGAL DO SAL	8.104,57 €	6.836,00 €	1.268,57 €	8.104,57 €
CASTANHEIRA DE PERA	3.492,50 €	2.639,60 €	852,90 €	3.492,50 €
CASTELO BRANCO	4.400,09 €	4.054,82 €	345,27 €	4.400,09 €
CASTRO DAIRE	5.418,68 €	4.565,78 €	852,90 €	5.418,68 €
CELORICO DE BASTO	5.311,53 €	4.784,58 €	526,95 €	5.311,53 €
CHAVES	3.671,89 €	3.675,81 €	- 3,92 €	3.871,89 €
CORUCHE	3.827,57 €	3.303,08 €	524,49 €	3.827,57 €
ELVAS	12.995,20 €	12.799,12 €	196,08 €	12.995,20 €
ENTRONCAMENTO	2.983,88 €	2.440,36 €	543,52 €	2.983,88 €
ESPINHO	8.351,21 €	7.500,00 €	851,21 €	8.351,21 €
FELGUEIRAS	17.658,14 €	16.811,00 €	847,14 €	17.658,14 €
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	3.852,06 €	3.000,00 €	852,06 €	3.852,06 €
FORNOS DE ALGODRES	2.448,27 €	2.100,00 €	348,27 €	2.448,27 €
FUNDÃO	2.357,31 €	2.012,03 €	345,28 €	2.357,31 €
IDANHA-A-NOVA	3.383,34 €	3.023,06 €	360,28 €	3.383,34 €
ÍLHAVO	8.504,37 €	7.666,47 €	837,90 €	8.504,37 €
LAGOA (AÇORES)	9.460,01 €	7.627,86 €	1.832,15 €	9.460,01 €
LEIRIA	20.867,13 €	20.101,59 €	765,54 €	20.867,13 €
LOULÉ	1.938,37 €	1.885,83 €	52,54 €	1.938,37 €
LOURES	16.119,99 €	15.419,79 €	700,20 €	16.119,99 €
MACEDO DE CAVALEIROS	10.995,72 €	10.142,92 €	852,80 €	10.995,72 €
MADALENA	4.575,70 €	4.046,06 €	529,64 €	4.575,70 €
MIRANDELA	17.581,85 €	15.999,74 €	1.582,11 €	17.581,85 €
MONÇÃO	26.422,13 €	24.379,95 €	2.042,18 €	26.422,13 €
MONTEMOR-O-NOVO	3.188,78 €	2.858,50 €	330,28 €	3.188,78 €
MONTIJO	5.043,38 €	4.683,10 €	360,28 €	5.043,38 €

MORTÁGUA	8.534,22 €	7.681,32 €	852,90 €	8.534,22 €
MURÇA	2.336,78 €	2.141,00 €	195,78 €	2.336,78 €
MURTOSA	4.372,72 €	3.269,82 €	1.102,90 €	4.372,72 €
NAZARÉ	2.013,20 €	1.488,71 €	524,49 €	2.013,20 €
ÓBIDOS	1.894,71 €	1.385,22 €	509,49 €	1.894,71 €
OLHÃO	4.317,53 €	3.972,25 €	345,28 €	4.317,53 €
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	12.766,60 €	11.107,68 €	1.658,92 €	12.766,60 €
OLIVEIRA DO BAIRRO	37.407,97 €	35.621,60 €	1.786,37 €	37.407,97 €
OVAR	8.620,00 €	7.767,37 €	852,63 €	8.620,00 €
PAREDES	13.823,77 €	12.981,00 €	842,77 €	13.823,77 €
PAREDES DE COURA	4.222,60 €	2.590,50 €	1.632,10 €	4.222,60 €
PENAMACOR	5.343,60 €	4.983,97 €	359,63 €	5.343,60 €
PENEDONO	5.302,59 €	4.449,69 €	852,90 €	5.302,59 €
PINHEL	6.293,10 €	5.947,82 €	345,28 €	6.293,10 €
POMBAL	9.379,19 €	7.950,85 €	1.428,34 €	9.379,19 €
PONTE DE SOR	3.290,54 €	2.736,90 €	553,64 €	3.290,54 €
PORTO DE MÓS	3.751,19 €	2.898,30 €	852,89 €	3.751,19 €
S. JOÃO DA PESQUEIRA	3.488,14 €	2.650,24 €	837,90 €	3.488,14 €
S. ROQUE DO PICO	5.499,95 €	4.216,83 €	1.283,12 €	5.499,95 €
SANTA COMBA DÃO	6.783,31 €	6.085,41 €	697,90 €	6.783,31 €
SANTA MARIA DA FEIRA	15.469,05 €	15.467,18 €	1,87 €	15.469,05 €
SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	3.204,59 €	3.023,51 €	181,08 €	3.204,59 €
SANTARÉM	4.650,44 €	4.076,01 €	574,43 €	4.650,44 €
SANTIAGO DO CACÉM	4.191,20 €	3.845,92 €	345,28 €	4.191,20 €
SANTO TIRSO	6.662,72 €	5.814,00 €	848,72 €	6.662,72 €
SATÃO	12.671,65 €	10.801,87 €	1.869,78 €	12.091,34 €
SEIXAL	9.230,77 €	8.870,49 €	360,28 €	9.230,77 €
SERNANCELHE	3.975,55 €	3.122,65 €	852,90 €	3.975,55 €
SERTÃ	5.035,51 €	4.690,23 €	345,28 €	5.035,51 €
SEVER DO VOUGA	5.852,85 €	5.000,00 €	852,85 €	5.852,85 €
TAROUCA	5.929,66 €	5.076,76 €	852,90 €	5.929,66 €
TOMAR	4.979,27 €	4.449,01 €	530,26 €	4.979,27 €
TONDELA	7.877,00 €	7.039,10 €	837,90 €	7.877,00 €
TORRES NOVAS	2.786,56 €	2.262,07 €	524,49 €	2.786,56 €
VAGOS	25.949,43 €	24.320,79 €	1.628,64 €	25.949,43 €
VALONGO	11.020,16 €	10.408,98 €	611,18 €	11.020,16 €
VILA DO CONDE	14.350,65 €	13.498,75 €	851,90 €	14.350,65 €
VILA FRANCA DE XIRA	8.078,46 €	7.293,26 €	785,20 €	8.078,46 €
VILA NOVA DA BARQUINHA	6.033,26 €	5.745,17 €	288,09 €	6.033,26 €
VILA NOVA DE PAIVA	8.994,26 €	8.081,53 €	912,73 €	8.994,26 €
VILA NOVA DE POIARES	1.021,29 €	957,00 €	64,29 €	1.021,29 €
VILA REAL	20.659,29 €	20.463,21 €	196,08 €	20.659,29 €
VILA VELHA DE RODÃO	2.042,28 €	1.949,93 €	92,35 €	2.042,28 €
VILA VERDE	10.553,68 €	9.700,78 €	852,90 €	10.553,68 €
VOUZELA	3.595,26 €	2.742,36 €	852,90 €	3.595,26 €
TOTAIS	715.605,20 €	648.889,78 €	66.715,42 €	715.224,89 €

Por outro lado, a ECFP verificou que, no município de Matosinhos, o **Partido** concorreu aos dois órgãos municipais, tendo obtido 2,01% na eleição para a Câmara Municipal e 2,52 % para a Assembleia Municipal. Teria pois direito a receber subvenção, nos termos do artigo 17.º, n.º 3, da L 19/2003, desconhecendo-se se requereu a subvenção ou se esta não lhe foi atribuída, já que o montante de despesas declarado foi de 17.169,23 euros.

A subvenção estatal foi recebida pelo **CDS-PP**, não tendo sido objeto de transferência para as contas de cada um dos municípios (ver Ponto 5 da Secção C deste Relatório). Assim, no Balanço relativo a cada município, o valor da subvenção (contabilizado como receita) é evidenciado, no Ativo, como valor a receber.

6.2.2. Contribuições do Partido

Os diversos “adiantamentos” efetuados pelo **Partido** ao longo da campanha foram objeto da respetiva transferência para as contas bancárias de cada município e contabilizados, como receitas, na rubrica de “Contribuições do Partido”.

As contribuições pecuniárias efectuadas pelo **CDS-PP**, no montante global de 1.212.008,30 euros, encontram-se suportadas apenas por declaração emitida pelo Mandatário financeiro nacional, datada de 18 de julho de 2014. Não foi apresentada a Certificação das contribuições pelo órgão competente do **Partido** (ver Ponto 6 da Secção C deste Relatório).

6.3. Angariação de Fundos

Omissão ou insuficiência de declaração de receitas de angariação de fundos	Não aplicável
Divergências entre os totais das listas das receitas de angariação de fundos e os valores apresentados nos mapas de receitas	Não aplicável
Receitas de angariação de fundos sem identificação do doador	Não aplicável
Receitas de angariação de fundos não depositadas na conta bancária	Não aplicável
Classificação de receitas como angariação de fundos quando o documento de suporte as identificam como donativos	Não aplicável
Falta de apresentação das listas de receitas de angariação de fundos , com indicação do tipo de atividade e data de realização	Não aplicável

Receitas de angariação de fundos sem suporte documental adequado	Não aplicável
Receitas de Angariação de Fundos Depositadas em Data Posterior ao Ato Eleitoral	Não aplicável

7. Análise de Despesas

7.1. Conta bancária

Despesas de campanha não liquidadas através da respetiva conta bancária (artigo 9.º da L 19/2003)	Ver Ponto 5.3 da Secção B e Ponto 4 da Secção C deste Relatório
Despesas pagas em numerário superiores a um salário mínimo nacional, com limite global dos pagamentos, em numerário, de 2% do valor da despesa máxima por Município	Não existem
Despesas pagas através de cheque ao portador	Não existem

Com exceção das faturas em dívida que foram assumidas pelo **CDS-PP**, resumidas no Ponto 5.3 da Secção B do presente Relatório, não foram identificadas outras despesas que não tivessem sido liquidadas através da respetiva conta bancária.

7.2. Limites e Prazos

Ultrapassagem do limite legal da despesa (n.º 3 do artigo 19.º da L 19/2003) ou impossibilidade de confirmar o cumprimento dos limites legais da despesa	Ver infra
Realização de despesas com data posterior ao ato eleitoral	Ver infra
Confirmar se todas as ações de campanha estão refletidas nas contas	Ver Ponto 5.1 da Secção B e Ponto 2 da Secção C deste Relatório
Despesas de campanha com bens do ativo imobilizado ou cuja razoabilidade pode ser questionável	Ver infra
Despesas não valorizadas a preços de mercado	Ver infra
Validar o critério utilizado na repartição, por Municípios, das despesas da campanha suportadas centralmente	Ver infra

7.2.1. Limites legais de Despesa

Em relação ao limite legal da despesa de campanha, verifica-se, com base nos valores inscritos na prestação de contas, que o **CDS-PP** cumpriu o referido limite.

Por seu lado, o n.º 6 do artigo 18.º da Lei 19/2003, na redação da L 1/2013, de 3 de janeiro, determina que «apenas 25% da subvenção pode ser canalizada para despesas com a conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinam à utilização na via Pública».

Verificou-se que o **CDS-PP** ultrapassou tal limite em diversos municípios, de seguida indicados (ver Ponto 9 da Secção C deste Relatório):

Município	Subvenção AR	Limite 25%	Estruturas, cartazes e telas	Diferença
ABRANTES	5.399,61 €	1.349,90 €	3.434,16 €	2.084,26 €
ALCOBAÇA	18.931,68 €	4.732,92 €	5.206,81 €	473,89 €
ALTER DO CHÃO	1.746,71 €	436,68 €	780,00 €	343,32 €
ARCOS DE VALDEVEZ	6.946,56 €	1.736,64 €	2.789,44 €	1.052,80 €
ARRUDA DOS VINHOS	3.242,79 €	810,70 €	1.420,65 €	609,95 €
BATALHA	8.215,27 €	2.053,82 €	2.490,28 €	436,46 €
CARRAZEDA DE ANSIÃES	13.541,54 €	3.385,39 €	3.708,94 €	323,56 €
CARREGAL DO SAL	8.104,57 €	2.026,14 €	3.298,86 €	1.272,72 €
CELORICO DE BASTO	5.311,53 €	1.327,88 €	1.576,86 €	248,98 €
CHAVES	3.871,89 €	967,97 €	991,61 €	23,64 €
COIMBRA	13.149,95 €	3.287,49 €	4.199,86 €	912,37 €
ESPINHO	8.351,21 €	2.087,80 €	3.260,87 €	1.173,07 €
ESPOSENDE	17.318,04 €	4.329,51 €	6.891,57 €	2.562,06 €
FUNCHAL	69.017,44 €	17.254,36 €	22.738,06 €	5.483,70 €
FUNDÃO	2.357,31 €	589,33 €	720,45 €	131,12 €
LAJES DO PICO	2.843,32 €	710,83 €	1.317,76 €	606,93 €
LOULÉ	1.938,37 €	484,59 €	1.057,80 €	573,21 €
LOURES	16.119,99 €	4.030,00 €	4.821,60 €	791,60 €
MACHICO	6.984,69 €	1.746,17 €	3.828,36 €	2.082,19 €
MEDA	16.616,08 €	4.154,02 €	4.569,75 €	415,73 €
MONÇÃO	26.422,13 €	6.605,53 €	8.610,00 €	2.004,47 €
OEIRAS	26.429,04 €	6.607,26 €	27.256,80 €	20.649,54 €
OLIVEIRA DO HOSPITAL	6.236,97 €	1.559,24 €	2.251,51 €	692,27 €
PAREDES DE COURA	4.222,60 €	1.055,65 €	2.410,50 €	1.354,85 €
PENAMACOR	5.343,60 €	1.335,90 €	1.613,76 €	277,86 €
PINHEL	6.293,10 €	1.573,28 €	1.573,54 €	0,26 €
PONTA DO SOL	7.311,21 €	1.827,80 €	3.329,38 €	1.501,58 €
PONTE DE LIMA	50.232,66 €	12.558,17 €	13.450,05 €	891,88 €

PORTO SANTO	10.357,93 €	2.589,48 €	2.594,94 €	5,46 €
PÓVOA DE LANHOSO	4.326,53 €	1.081,63 €	1.199,99 €	118,36 €
PÓVOA DE VARZIM	29.272,08 €	7.318,02 €	16.393,44 €	9.075,42 €
S. JOÃO DA PESQUEIRA	3.488,14 €	872,04 €	1.709,70 €	837,67 €
SABUGAL	3.470,77 €	867,69 €	996,30 €	128,61 €
SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	3.204,59 €	801,15 €	879,46 €	78,31 €
SANTANA	5.491,93 €	1.372,98 €	3.917,37 €	2.544,39 €
SANTARÉM	4.650,44 €	1.162,61 €	1.722,00 €	559,39 €
SATÃO	12.091,34 €	3.022,84 €	5.024,55 €	2.001,72 €
SERTÃ	5.035,51 €	1.258,88 €	1.446,48 €	187,60 €
TAROUCA	5.929,66 €	1.482,42 €	3.416,94 €	1.934,53 €
VAGOS	25.949,43 €	6.487,36 €	7.150,51 €	663,15 €
VALONGO	11.020,16 €	2.755,04 €	5.456,22 €	2.701,18 €
VILA DE REI	3.692,70 €	923,18 €	1.729,96 €	806,79 €
VILA NOVA DE PAIVA	8.994,26 €	2.248,57 €	2.423,10 €	174,54 €
VILA VELHA DE RODÃO	2.042,28 €	510,57 €	769,37 €	258,80 €
UISEU	21.669,83 €	5.417,46 €	7.736,70 €	2.319,24 €
TOTAIS	523.187,44 €	130.796,86 €	204.166,26 €	73.369,40 €

7.2.2. Despesas com data posterior ao ato eleitoral

Conforme estabelece o n.º 1 do artigo 19.º da L 19/2003, apenas despesas inequivocamente relacionadas com a campanha podem ser contabilizadas como despesas eleitorais.

Os auditores identificaram situações de faturas emitidas em data posterior ao ato eleitoral (ver Ponto 10 da Secção C deste Relatório), com o seguinte resumo por município:

Descrição das Despesas de Campanha com Data Posterior ao Ato Eleitoral

Município	Fornecedor	Nº Fatura	Data	Descrição	Valor	Observações
Almada	Alão Tipo	FAC. 1300315	15-10-13	Paginação de jornal em 26-9-2013	123,00	a)
Funchal	Tavares, Costa & Cª	FAC 397	30-09-13	Convívio - 20 refeições	103,00	c)
Funchal	Snack Bar Past. Dinastia, Lda	FAC 94	01-10-23	Convívio - refeições div. (1-10-2013)	237,30	c)
		FAC				
Funchal	Winerest	002/00003715	15-10-13	Convívio – ref. div. (15-10-2013)	1.230,00	c)
Funchal	Securitas	FAC 23004036	09-13	Vigilância no dia 29-9-2013	278,16	a)
Funchal	Rodoeste	FAC 663	30-09-13	Aluguer 2 autocarros (25-9-2013)	577,50	a)
Vila do Conde	Cozinha Aberta	FAC 17	04-10-13	Refeições	185,00	b)
Viseu	Restaurante o Soeirinho	FAC 26	05-10-13	Serviço Catering Porco (18-9-2013)	615,00	a)
Viseu	Restaurante o Soeirinho	FAC 27	05-10-13	Serviço Catering Porco (1-9-2013)	615,00	a)
					3.963,96	

Legenda

- a) Serviço prestado até ao ato eleitoral de 29-09-2013
- b) Serviço prestado após o ato eleitoral de 29-09-2013
- c) serviço prestado após ato eleitoral de 29-09-2013 e fatura emitida ao CDS-PP Madeira

Conforme se verifica, existem casos de faturas cujos serviços foram prestados após a data do ato eleitoral, não estando as respetivas despesas diretamente associadas à campanha, ascendendo estas, por exemplo, a 1.570,30 euros no município do Funchal, e a 185,00 euros em Vila do Conde.

7.2.3. Despesas não relacionadas com a campanha

Os auditores consideram que as despesas resumidas no quadro abaixo poderão ser questionadas quanto à sua razoabilidade e legalidade (ver Ponto 10 da Secção C deste Relatório):

Despesas de razoabilidade questionável

Município	Fornecedor	Nº Fatura	Data	Quantidade	Descrição	Valor	Legenda
Funchal	Ticket Car	1350/13/VG	19-08-13	134	senhas combustível	2.134,20	1
Funchal	Ticket Car	1455/13/VG	05-09-13	134	senhas combustível	2.134,20	1
Funchal	Ticket Car	1516/13/VG	19-09-13	100	senhas combustível	1.600,65	1
Vila Conde	Auto Formariz	1850	26-09-13	n/a	Revisão/ reparação do veiculo	290,08	2
						6.159,13	

1- As faturas não identificam as viaturas nem o período. Para além destas senhas, foram ainda registadas despesas com combustível.

2- A viatura foi cedida de 17 a 29 de setembro pelo valor de 275 euros. Passados 10 dias do início da sua utilização na campanha foi objeto de revisão / reparação

Por outro lado, os auditores consideram também que a reparação imputada às despesas da campanha de Póvoa de Varzim (3.567 euros) não deveria constar da prestação de contas.

Foram ainda verificadas as seguintes situações, resumidas no quadro abaixo:

- despesas relacionadas com a campanha de um determinado município mas imputadas a município diferente;
- despesas imputadas a determinado município mas cujo documento de suporte está emitido em nome do Partido e não da campanha relativa ao município.

Despesas relacionadas com campanha de outros municípios

Município	Fornecedor	Nº Fatura	Data	Quantidade	Descrição	Valor	Observações
Funchal	Wamãe, Unipessoal, Lda	24/2013	04-09-2013	n/a	Videos CDS-PP Madeira Autarquias 2013	1.993,48	Documento emitido ao CDS-PP.
Funchal	Wamãe, Unipessoal, Lda	27/2013	26-09-2013	n/a	Tempos de Antena Rádio CDS-PP Madeira 2013	3.172,00	Documento emitido ao CDS-PP. A fatura não indica os minutos por tempo de antena, não permitindo comparar preços praticados com os indicados na listagem 38/2013
Funchal	Continente	2663	23-09-2013	diversos	Aquisição de diversos lápis cera e plástico, apara lápis, marcadores de cor, capas pretas, borrachas, entre outros (material escolar).	4.508,17	Documento emitido ao CDS-PP Madeira - Autarquias 2013
Moita	Litho Formas Portuguesa, SA	305525	13-09-2013	45.000	Offset comercial - folheto	1.610,69	Documento emitido ao CDS-PP. A fatura indicação que deverá ser feito pedido de 2ª via dado que não é referido Autarquias 2013 Moita. Não existe 2ª via correta.
						11.284,34	

Por fim, é ainda de notar o facto de, no município do Funchal, terem sido registadas no "Mapa M13" diversas faturas de refeições de relativamente reduzido montante unitário (valor médio de 52 euros por fatura), as quais não identificam quem efetuou a despesa e o motivo da mesma. O valor total destas faturas ascende a 5.005,52 euros.

7.2.4. Despesas não valorizadas a preços de mercado

Os auditores identificaram situações, discriminadas nos quadros seguintes, em que o preço praticado diverge, de forma relevante, da lista indicativa publicada pela ECFP (ver Ponto 11 da Secção C deste Relatório):

Despesas com preços divergentes dos valores de referência da Lista publicada pela ECFP (preços de mercado)

Município	Descrição Despesa	Nº Fatura	Fornecedor	Contas Campanha	Lista - ECFP
				Custo Unitário (milheiro)	
Fafe	18.000 infomail	500027949	Post Contact	20,00	34 - 39
Ponta Delgada	25.000 infomail	500027948	Post Contact	24,00	34 - 39
Póvoa de Varzim	27.000 infomail	500027255	Post Contact	24,00	34 - 39

7.2.5. Critério utilizado na repartição, por municípios, das despesas de campanha suportadas centralmente

Como já referido anteriormente as despesas suportadas centralmente não se encontram refletidas nas contas individuais de cada um dos municípios.

Porém, foram indevida e incorretamente consideradas para o cálculo das despesas totais declaradas à Assembleia da República e, conseqüentemente, para o valor da subvenção recebida (ver Ponto 1 e Ponto 8 da Secção C deste Relatório).

Os auditores verificaram que o montante total das despesas suportadas centralmente para a campanha do **CDS-PP**, imputadas às contas de cada município nos mapas entregues à Assembleia da República para efeitos de cálculo de subvenção, mas não discriminados nas contas prestadas à ECFP, ascende a 84.785,92 euros. Os auditores assinalam ainda a existência de pequenas divergências, de valor não material, entre o total de mapa de detalhe apresentado pelo **Partido** (84.704,79 euros) e o valor inscrito em mapa de despesas também entregue pelo **CDS-PP** (84.984,01 euros).

Conforme mencionado no “Relatório de Gestão” apresentado pelo **Partido**, visando uma imputação rigorosa das despesas relativas a bens e serviços adquiridos pela estrutura central «foi estabelecida a enunciação de uma listagem de fornecedores de determinados bens e serviços relativamente comuns, atendendo também à definição das necessidades por município».

A imputação das despesas efetuadas pela estrutura central às contas das estruturas municipais terá tido por base, de acordo com que o foi transmitido aos auditores, as necessidades de material de campanha de cada município. Os auditores solicitaram guias de saída de materiais / serviços adquiridos centralmente e imputados a cada município, não tendo contudo sido tais elementos facultados pelo **Partido**.

A ECFP regista mais uma vez que as despesas centrais e comuns constam de conta própria e que deve ser analisada à luz do artigo 37.º, n.º 2, da LO 2/2005, sendo que a referida imputação só tem valor de despesa municipal se imputada como despesa municipal efetiva. A análise do critério de imputação visa verificar se faz sentido imputar despesas a determinado município por

nele se terem realizado ações que careciam desses meios, correspondendo a despesas efetivas de cada município.

7.3. Erros nos documentos de prestação de contas

Informação financeira com despesas em duplicado e despesas omissas	Não existe
Faturas de fornecedores não refletidas nas contas da campanha ou não registadas nas contas dos Municípios onde o serviço foi prestado	Ver infra
Impossibilidade de confirmar se foi efetuada a publicação do anúncio relativo ao mandatário financeiro , se a mesma foi efetuada dentro do prazo estipulado na lei e qual a despesa associada	Despesas com a publicação do mandatário financeiro foram suportadas pela estrutura central
Divergência entre as listas apresentadas ao Tribunal Constitucional e os valores nos mapas de despesas	Não existe

Foi efetuada circularização de fornecedores, não tendo contudo sido obtidas respostas suficientes que permitissem aos auditores concluir sobre o facto de a totalidade das despesas de campanha estarem refletidas na contabilidade dos fornecedores.

7.4. Erros nos documentos de suporte das despesas

Deficiência no suporte documental de algumas despesas, nomeadamente quanto à não descrição dos meios e / ou da prestação de serviço efetuada	Existe
Documentos de suporte das despesas inexistentes à data da auditoria	Não aplicável
Falta do número de contribuinte nos documentos de despesa e / ou outras referências obrigatórias exigidas pelos artigos 36.º do Código do IVA e artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais	Não aplicável
Documentos emitidos com o N.I.F de terceiros	Não aplicável
Falta de documento de suporte relativo a devoluções de contribuições	Não aplicável
Pagamento efetuado através de cheque emitido ao portador	Não aplicável
Despesas com o pessoal da estrutura de um partido não relacionadas com as ações de campanha	Não aplicável

Os auditores identificaram 10 fornecedores, com despesas com IVA incluído superior a 5.000 euros, responsáveis por faturação no valor global de

190.819,07 euros (apenas em relação aos municípios especificamente objecto de auditoria pelos auditores externos):

Fornecedor	Total	% Total
Digital Decor	31.660,20	5%
Efect	24.544,65	4%
Figueira & Pestana & Rodrigues	26.187,00	4%
Manica	24.418,30	4%
Minerva Transmontana -Tipografia, L	12.610,88	2%
O Liberal	31.895,07	5%
Pedro & Tino Lda	7.425,44	1%
Post Contacto, Lda.	10.473,40	2%
Standarte	15.735,08	3%
Ticket Restaurante de Portugal S.A.	5.869,05	1%
Sub-total	190.819,07	32%
Total das despesas	591.810,78	100%

Com base na análise efetuada às contas da campanha foram identificadas despesas, em diversas rubricas, cujo descritivo da documentação de suporte se apresenta incompleto ou não é suficientemente claro para permitir concluir sobre a correta identificação das despesas apresentadas e a adequação do preço à lista indicativa publicada pela ECFP (ver Ponto 11 da Secção C deste Relatório).

Deste modo, cabe à ECFP solicitar que o Partido proceda a esclarecimentos adicionais, justificando de que modo as mesmas se enquadram (ou não) nos preços de mercado (ver Ponto 11 da Secção C deste relatório):

Despesas da Campanha - Descritivo incompleto ou pouco claro nas Facturas dos Fornecedores

CONCELHOS	Despesas Directas	Despesas com descritivo incompleto ou pouco claro		Descrição das Despesas mais significativas	Observações
	Valor	Valor	%		
Almada	8.342,76	1.168,50	14%	Outdoors 8*3	1
Castelo Branco	4.054,82	3.130,35	77%	Diversos folhetos e postal terra.	2
Fafe	3.631,51	1.250,00	34%	1 Outdoor 800X300 CM+ 1 Outdoor 250X150CM	1
Felgueiras	17.791,00	3.536,30	20%	9 Telas/Estruturas 4X3M + 2 Telas/Estruturas 8X3M + 1 Tela/Estrutura 6,5MX3M	1
Funchal	198.817,01	14.679,00	7%	Minioutdoors diversos	1
Leiria	21.036,59	1.536,27	7%	Serviço de distribuição de panfletos.	3
Loures	16.459,79	3.444,00	21%	10 Estruturas 1,5X2,5M + 4 Outdoors 6X3M	1
Oeiras	32.772,81	27.256,80	83%	Quatro telas 8X3m, 26 outdoors de tamanhos diversos	1, 4
Paredes	12.981,00	6.088,50	47%	45.000 flyers	4
Pombal	7.950,85	747,23	9%	10 lonas publicitárias	4
Póvoa de Varzim	41.511,29	3.567,00	9%	Obras de arranjo de pichelaria, electricista e trolha (material e mão de obra).	5
Santarém	5.156,01	1.350,91	26%	Folhetos A4 e A4	4
Santo Tirso	6.894,00	2.706,00	39%	6.000 Folhetos (c/ distribuição) e 5 lonas.	4
Valongo	12.548,98	4.428,00	35%	Produção de vinis decorativos, construção e montagem de 12 outdoors e reparação do motor de arranque de carro de apoio.	6, 1
Vila de Rei	18.686,97	1.424,34	8%	Combustível	7
Vila Real	20.913,21	2.595,30	12%	5 outdoors de 8x3m e 4 de 4x1,5m (Lona e estrutura em regime de Aluguer) no valor de 2.152,50 euros e 442,8 euros respetivamente.	8
Viseu	27.990,18	5.965,50	21%	Fornecimento de 60.000 flyers, 3 Outdoors 8X3	4, 1
	<u>449.196,01</u>	<u>83.705,49</u>	<u>19%</u>		

Legenda:

- 1- não especifica o período de aluguer
- 2- Bens com características iguais e preços unitários divergentes.
- 3- Não é mencionado o período em que foi feita a distribuição.
- 4- Descrição insuficiente quanto ao material e/ou dimensões.
- 5- Não especifica onde foram efetuadas as obras.
- 6- Não sabemos quantidades nem especificidades dos vinis decorativos. A fatura está emitida ao CDS-PP (1.722 euros). A
- 7- As faturas não especificam as matrículas dos carros.
- 8- A fatura não identifica o período do aluguer. A listagem 38/2013 contempla o aluguer de estruturas metálicas para cartazes ou telas com as referidas dimensões para períodos até 3 meses e de 3 a 6 meses. Os preços indicativos em qualquer dos períodos são bastante superiores aos que estão a ser praticados pelo fornecedor.

Para além disso, foram também identificados pelos auditores casos de despesas sem suporte documental adequado nos termos da legislação em vigor (ver Ponto 12 da Secção C deste Relatório):

Deficiência no suporte documental de algumas Despesas

Concelho	Fornecedor	Documento / Nº Fatura	Descrição da Despesa	Data	Quantidade	Valor	Legenda
Funchal	Rui António Alves	Contrato arrendamento	Arrendamento das frações D e G do edifício Monumental (Freguesia da Sé) para atividades relacionadas com a campanha eleitoral de 2013	1 de junho a 30 setembro de 2013	n/a	13.000,00	1, 2
Valongo	Empresa Diário do Porto, Lda	Recibo nº	2.000 autocolantes + 42.000 flyers + 7.000 flyers	24-09-2013	51.000	1.088,55	3
Valongo	Luis Portas Nogueira	Declaração de cedência	trabalhos de composição gráfica para outdoor e flyer	28-09-2013	n/a	1.000,00	4
						15.088,55	

Legenda:

1. Suporte documental insuficiente dado não ter um recibo de renda mas apenas um contrato.
2. O contrato não identifica as dimensões das frações arrendadas. Através da informação constante da Matriz, uma das frações terá aproximadamente 100 m2 e a outra é ligeiramente mais pequena. No entanto, de acordo com contrato a fração D tem uma renda fixa de 10.000 euros e a fração G de 3.000 euros (custos muito díspares).
3. O suporte desta despesa é apenas o recibo, estando em falta a respetiva fatura. A descrição por nós considerada é a mencionada no mapa de despesa.
4. A declaração assinada pelo cedente não identifica quando os serviços foram prestados. Declaração assinada pelo mandatário financeiro apenas refere que o serviço foi prestado durante 11 dias, não mencionando o período.

7.5. Outros

Pedido de Reembolso de IVA	Ver infra
Circularização de saldos e transações	Ver infra
Despesas liquidadas por terceiros – donativo indireto	Não existem

7.5.1. Pedido de Reembolso de IVA

O **CDS-PP** não solicitou o reembolso do IVA incluído nas despesas suportadas na campanha.

7.5.2. Circularização de saldos e transações

Foi efetuado o procedimento de confirmação de saldos, sendo que da análise às respostas recebidas até à conclusão do trabalho de auditoria, não resultaram situações anómalas. Relativamente à entidade bancária, a resposta rececionada, confirma o saldo nulo das contas, à data de 31 de julho de 2014, sendo contudo omissa relativamente à data de encerramento das contas.

C. Limitações ao Âmbito dos Trabalhos de Auditoria, Situações de Impossibilidade de Conclusão, Erros ou Incumprimentos Verificados Relativamente às Contas de Campanha

1. Despesas Não Registadas nas Contas de Campanha. Subavaliação das Despesas.

Os auditores externos assinalaram que as contas individuais apresentadas relativamente a cada município não contemplam as despesas suportadas pela estrutura central, mas que estas despesas foram tidas em consideração para efeitos do cálculo da subvenção pública.

Ora, tal procedimento é absolutamente anómalo e inaceitável. A ECFP não pode aceitar que, à Assembleia da República, sejam declaradas determinadas despesas para efeito de obter subvenção e, ao Tribunal Constitucional, sejam declarados outros valores de despesas.

Os auditores verificaram que o montante total das despesas suportadas centralmente para a campanha do **CDS-PP**, imputadas às contas de cada município nos mapas entregues à Assembleia da República para efeitos de cálculo de subvenção, mas não discriminados nas contas prestadas à ECFP, ascende a 84.785,92 euros. Os auditores assinalam ainda a existência de pequenas divergências, de valor não material, entre o total de mapa de detalhe apresentado pelo **Partido** (84.704,79 euros) e o valor inscrito em mapa de despesas também entregue pelo **CDS-PP** (84.984,01 euros).

Conforme mencionado no “Relatório de Gestão” apresentado pelo **Partido**, visando uma imputação rigorosa das despesas relativas a bens e serviços adquiridos pela estrutura central «foi estabelecida a enunciação de uma

listagem de fornecedores de determinados bens e serviços relativamente comuns, atendendo também à definição das necessidades por município».

A imputação das despesas efetuadas pela estrutura central às contas das estruturas municipais terá tido por base, de acordo com que o foi transmitido aos auditores, as necessidades de material de campanha de cada município. Os auditores solicitaram guias de saída de materiais / serviços adquiridos centralmente e imputados a cada município, não tendo contudo sido tais elementos facultados pelo **Partido**.

Verifica-se assim que o **CDS-PP**, ao não imputar as despesas centrais às contas de base municipal e, não obstante, declará-las à Assembleia da República para efeito de obtenção da subvenção, viola o disposto no artigo 15.º, n.º 1, da L 19/2003.

A ECFP regista que as contas de campanha têm base municipal, nos termos do artigo 15.º, n.º 2, da L 19/2003, e que só as despesas imputadas a cada município podem ser declaradas à Assembleia da República como subvencionáveis, por força do artigo 17.º, n.º 3, da L 19/2003. Assim, havendo despesas comuns e centrais, nos termos permitidos pelo n.º 2 do artigo 37.º da LO 2/2005, para que estas possam ser elegíveis para subvenção estatal, deverão ser imputadas às contas de base municipal a que respeitem, com indicação do critério de imputação utilizado, sob pena de não poderem ser objeto de subvenção. Ou seja, tais despesas que venham a ser imputadas devem ser registadas nas contas de base municipal. Ora, em todos os casos em que o CDS-PP não o fez, os quais são abaixo discriminados, em quadro preparado pela ECFP, as contas não estão corretamente elaboradas.

A ECFP não encontra justificação para a falta de diligência com que estas contas foram apresentadas, já que entre o pagamento das subvenções e a apresentação de contas distou um prazo superior a seis meses.

A ECFP elaborou o mapa seguinte, no qual se podem verificar as diferenças entre as despesas comunicadas à Assembleia da República e as despesas registadas pelo **Partido** nas contas apresentadas ao Tribunal Constitucional:

Município	Despesas AR	Despesas PP	Diferença	Subvenção AR
ABRANTES	5.399,61 €	5.214,35 €	185,26 €	5.399,61 €
ALBERGARIA-A-VELHA	46.388,66 €	46.513,49 €	- 124,83 €	46.388,66 €
ALCÁÇER DO SAL	1.807,79 €	1.298,30 €	509,49 €	1.807,79 €
ALCOBAÇA	18.931,68 €	17.946,32 €	985,36 €	18.931,68 €
ALCOCHETE	10.221,49 €	8.547,57 €	1.673,92 €	10.221,49 €
ALIJÓ	1.493,73 €	1.312,65 €	181,08 €	1.493,73 €
ALMADA	7.596,42 €	7.040,56 €	555,86 €	7.596,42 €
ALTER DO CHÃO	1.746,71 €	1.697,00 €	49,71 €	1.746,71 €
ALVAIÁZERE	9.979,10 €	9.126,20 €	852,90 €	9.979,10 €
ANADIA	9.428,27 €	8.620,54 €	807,73 €	9.428,27 €
ANSIÃO	2.528,49 €	1.690,59 €	837,90 €	2.528,49 €
ARCOS DE VALDEVEZ	6.946,56 €	5.768,74 €	1.177,82 €	6.946,56 €
ARMAMAR	6.836,85 €	5.983,95 €	852,90 €	6.836,85 €
AROUCA	12.365,13 €	11.527,23 €	837,90 €	12.365,13 €
ARRUDA DOS VINHOS	3.242,79 €	2.733,30 €	509,49 €	3.242,79 €
BAIÃO	7.502,97 €	6.665,07 €	837,90 €	7.502,97 €
BATALHA	8.215,27 €	7.362,37 €	852,90 €	8.215,27 €
BENAVENTE	3.615,13 €	3.105,64 €	509,49 €	3.615,13 €
BOMBARRAL	11.472,64 €	10.150,14 €	1.322,50 €	11.472,64 €
BRAGANÇA	5.522,81 €	4.611,89 €	910,92 €	5.522,81 €
CALDAS DA RAINHA	17.511,06 €	17.344,00 €	167,06 €	14.509,98 €
CALHETA (MADEIRA)	18.530,90 €	22.804,24 €	- 4.273,34 €	18.530,90 €
CÂMARA DE LOBOS	24.764,84 €	30.555,29 €	- 5.790,45 €	21.600,71 €
CARRAZEDA DE ANSIÃES	13.541,54 €	13.503,28 €	38,26 €	13.541,54 €
CARREGAL DO SAL	8.104,57 €	6.836,00 €	1.268,57 €	8.104,57 €
CASTANHEIRA DE PERA	3.492,50 €	2.639,60 €	852,90 €	3.492,50 €
CASTELO BRANCO	4.400,09 €	4.054,82 €	345,27 €	4.400,09 €
CASTRO DAIRE	5.418,68 €	4.565,78 €	852,90 €	5.418,68 €
CELORICO DE BASTO	5.311,53 €	4.784,58 €	526,95 €	5.311,53 €
CHAVES	3.671,89 €	3.675,81 €	- 3,92 €	3.871,89 €
COIMBRA	13.149,95 €	15.145,51 €	- 1.995,56 €	13.149,95 €
CORUCHE	3.827,57 €	3.303,08 €	524,49 €	3.827,57 €
ELVAS	12.995,20 €	12.799,12 €	196,08 €	12.995,20 €
ENTRONCAMENTO	2.983,88 €	2.440,36 €	543,52 €	2.983,88 €
ESPINHO	8.351,21 €	7.500,00 €	851,21 €	8.351,21 €
ESPOSENDE	17.318,04 €	17.383,23 €	- 65,19 €	17.318,04 €
FELGUEIRAS	17.658,14 €	16.811,00 €	847,14 €	17.658,14 €
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	3.852,06 €	3.000,00 €	852,06 €	3.852,06 €
FORNOS DE ALGODRES	2.448,27 €	2.100,00 €	348,27 €	2.448,27 €
FUNCHAL	154.394,91 €	198.517,01 €	- 44.122,10 €	69.017,44 €
FUNDÃO	2.357,31 €	2.012,03 €	345,28 €	2.357,31 €
IDANHA-A-NOVA	3.383,34 €	3.023,06 €	360,28 €	3.383,34 €
ÍLHAVO	8.504,37 €	7.666,47 €	837,90 €	8.504,37 €
LAGOA (AÇORES)	9.460,01 €	7.627,86 €	1.832,15 €	9.460,01 €
LAJES DO PICO	2.843,32 €	3.222,94 €	- 379,62 €	2.843,32 €

LEIRIA	20.867,13 €	20.101,59 €	765,54 €	20.867,13 €
LOULÉ	1.938,37 €	1.885,83 €	52,54 €	1.938,37 €
LOURES	16.119,99 €	15.419,79 €	700,20 €	16.119,99 €
MACEDO DE CAVALEIROS	10.995,72 €	10.142,92 €	852,80 €	10.995,72 €
MACHICO	6.984,69 €	18.593,05 €	- 11.608,36 €	6.984,69 €
MADALENA	4.575,70 €	4.046,06 €	529,64 €	4.575,70 €
MEDA	27.522,33 €	26.926,89 €	595,44 €	16.616,08 €
MIRANDELA	17.581,85 €	15.999,74 €	1.582,11 €	17.581,85 €
MONÇÃO	26.422,13 €	24.379,95 €	2.042,18 €	26.422,13 €
MONTE-MOR-O-NOVO	3.188,78 €	2.858,50 €	330,28 €	3.188,78 €
MONTIJO	5.043,38 €	4.683,10 €	360,28 €	5.043,38 €
MORTÁGUA	8.534,22 €	7.681,32 €	852,90 €	8.534,22 €
MURÇA	2.336,78 €	2.141,00 €	195,78 €	2.336,78 €
MURTOSA	4.372,72 €	3.269,82 €	1.102,90 €	4.372,72 €
NAZARÉ	2.013,20 €	1.488,71 €	524,49 €	2.013,20 €
ÓBIDOS	1.894,71 €	1.385,22 €	509,49 €	1.894,71 €
OEIRAS	32.999,54 €	32.497,81 €	501,73 €	26.429,04 €
OLHÃO	4.317,53 €	3.972,25 €	345,28 €	4.317,53 €
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	12.766,60 €	11.107,68 €	1.658,92 €	12.766,60 €
OLIVEIRA DO BAIRRO	37.407,97 €	35.621,60 €	1.786,37 €	37.407,97 €
OLIVEIRA DO HOSPITAL	6.236,97 €	6.362,91 €	- 125,94 €	6.236,97 €
OVAR	8.620,00 €	7.767,37 €	852,63 €	8.620,00 €
PAREDES	13.823,77 €	12.981,00 €	842,77 €	13.823,77 €
PAREDES DE COURA	4.222,60 €	2.590,50 €	1.632,10 €	4.222,60 €
PENAMACOR	5.343,60 €	4.983,97 €	359,63 €	5.343,60 €
PENEDONO	5.302,59 €	4.449,69 €	852,90 €	5.302,59 €
PINHEL	6.293,10 €	5.947,82 €	345,28 €	6.293,10 €
POMBAL	9.379,19 €	7.950,85 €	1.428,34 €	9.379,19 €
PONTA DO SOL	7.311,21 €	9.041,06 €	- 1.729,85 €	7.311,21 €
PONTE DE LIMA	50.232,66 €	61.918,03 €	- 11.685,37 €	50.232,66 €
PONTE DE SOR	3.290,54 €	2.736,90 €	553,64 €	3.290,54 €
PORTO DE MÓS	3.751,19 €	2.898,30 €	852,89 €	3.751,19 €
PORTO SANTO	11.232,01 €	18.758,29 €	- 7.526,28 €	10.357,93 €
PÓVOA DE LANHOSO	4.326,53 €	4.731,72 €	- 405,19 €	4.326,53 €
PÓVOA DE VARZIM	31.465,97 €	32.596,29 €	- 1.130,32 €	29.272,08 €
RIBEIRA BRAVA	17.513,54 €	25.049,22 €	- 7.535,68 €	17.513,54 €
S. JOÃO DA MADEIRA	9.545,68 €	9.865,82 €	- 320,14 €	8.883,15 €
S. JOÃO DA PESQUEIRA	3.488,14 €	2.650,24 €	837,90 €	3.488,14 €
S. ROQUE DO PICO	5.499,95 €	4.216,83 €	1.283,12 €	5.499,95 €
SABUGAL	3.470,77 €	5.596,86 €	- 2.126,09 €	3.470,77 €
SANTA COMBA DÃO	6.783,31 €	6.085,41 €	697,90 €	6.783,31 €
SANTA MARIA DA FEIRA	15.469,05 €	15.467,18 €	1,87 €	15.469,05 €
SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	3.204,59 €	3.023,51 €	181,08 €	3.204,59 €
SANTANA	5.941,93 €	20.564,42 €	-14.622,49 €	5.491,93 €
SANTARÉM	4.650,44 €	4.076,01 €	574,43 €	4.650,44 €
SANTIAGO DO CACÉM	4.191,20 €	3.845,92 €	345,28 €	4.191,20 €
SANTO TIRSO	6.662,72 €	5.814,00 €	848,72 €	6.662,72 €

SATÃO	12.671,65 €	10.801,87 €	1.869,78 €	12.091,34 €
SEIXAL	9.230,77 €	8.870,49 €	360,28 €	9.230,77 €
SERNANCELHE	3.975,55 €	3.122,65 €	852,90 €	3.975,55 €
SERTÃ	5.035,51 €	4.690,23 €	345,28 €	5.035,51 €
SEVER DO VOUGA	5.852,85 €	5.000,00 €	852,85 €	5.852,85 €
TAROUCA	5.929,66 €	5.076,76 €	852,90 €	5.929,66 €
TOMAR	4.979,27 €	4.449,01 €	530,26 €	4.979,27 €
TONDELA	7.877,00 €	7.039,10 €	837,90 €	7.877,00 €
TORRES NOVAS	2.786,56 €	2.262,07 €	524,49 €	2.786,56 €
VAGOS	25.949,43 €	24.320,79 €	1.628,64 €	25.949,43 €
VALE DE CAMBRA	48.328,50 €	49.147,79 €	- 819,29 €	48.328,50 €
VALONGO	11.020,16 €	10.408,98 €	611,18 €	11.020,16 €
VELAS	23.657,89 €	25.771,19 €	- 2.113,30 €	20.244,72 €
VILA DE REI	3.692,70 €	6.765,97 €	- 3.073,27 €	3.692,70 €
VILA DO CONDE	14.350,65 €	13.498,75 €	851,90 €	14.350,65 €
VILA FRANCA DE XIRA	8.078,46 €	7.293,26 €	785,20 €	8.078,46 €
VILA NOVA DA BARQUINHA	6.033,26 €	5.745,17 €	288,09 €	6.033,26 €
VILA NOVA DE PAIVA	8.994,26 €	8.081,53 €	912,73 €	8.994,26 €
VILA NOVA DE POIARES	1.021,29 €	957,00 €	64,29 €	1.021,29 €
VILA PRAIA DA VITÓRIA	6.796,08 €	8.269,75 €	-1.473,67 €	6.796,08 €
VILA REAL	20.659,29 €	20.463,21 €	196,08 €	20.659,29 €
VILA VELHA DE RODÃO	2.042,28 €	1.949,93 €	92,35 €	2.042,28 €
VILA VERDE	10.553,68 €	9.700,78 €	852,90 €	10.553,68 €
WISEU	21.669,83 €	23.950,18 €	- 2.280,35 €	21.669,83 €
VOUZELA	3.595,26 €	2.742,36 €	852,90 €	3.595,26 €
TOTAIS	1.329.435,71 €	1.386.782,74 €	- 57.347,03 €	1.212.442,30 €

É muito significativo o número de contas (117) em que há divergências – todos os municípios em que o **CDS-PP** recebeu subvenção estatal –, seja em sentido positivo ou negativo. Muitas dessas divergências podem ter impacto na subvenção estatal como consta do Ponto 8 da Secção C deste Relatório.

A ECFP solicita esclarecimentos sobre esta tão anómala situação, em que as despesas por município se encontram subavaliadas e em que os respetivos montantes não coincidem com os declarados à Assembleia da República, devendo o CDS-PP rever os valores e retificar as contas, se assim o entender.

2. Ações e Meios Não Refletidos nas Contas de Campanha

Através da informação compilada pelo CIES e pela ECFP para comprovação e verificação física das ações e meios de campanha realizadas, verificou-se que existem algumas ações / meios que não foram integral e adequadamente refletidos nas contas da Campanha Eleitoral (despesas e receitas).

As situações identificadas encontram-se resumidas nos quadros seguintes:

Ações não relatadas na lista de ações e meios

Município	Data de Realização	Designação da ação	Observações
Almada	22-09-2013	Ação de rua que decorreu entre as 16.20h e as 18.30h: D. João I, Capitão Leitão, eixo central de Almada, centro histórico, terminando na Praça MFA	a)
Coimbra	Não identificada na Matriz	Jantar Catering	a)
Coimbra	20-09-2013	Jantar comício no Pavilhão da Palmeira Sport Clube Conimbricense. De acordo com matriz, o jantar por pessoa é de 10 euros e pessoas até aos 16 anos não pagam.	a)
Coimbra	20-09-2013	Atuação de Banda Musical em jantar comício - voluntário	a)
Coimbra	24-09-2013	Almoço de campanha, no dia 24 de setembro, para 14 pessoas, a cargo da Campanha, no valor de 153,95 euros.	a)
Felgueiras	14-09-2013	Atuação, a título gratuito, do Grupo "Alma Dance" e Dupla "Tó & Nando" no Comício de Arranque da Campanha	b)
Felgueiras	14-09-2013	Comício de Arranque de Campanha.	a)
Felgueiras	24-08-2013	Comício Festa na Casa das Artes, Avª Magalhães Lemos Felgueiras.	a)
Felgueiras	14-09-2013	Comício Festa no Jardim da Lixa.	a)
Felgueiras	22-09-2013	Comício relaizado no Largo abaixo do Bom Jesus de Barrosas.	a)
Felgueiras	26-09-2013	Comício relaizado no Mercado Municipal de Felgueiras.	a)
Felgueiras	20-09-2013	Comício Político relaizado na Praça Dr Machado de Matos - Felgueiras.	a)
Felgueiras	20-09-2013	Comício Político realizado na antiga escola de Unhão Lombeiro - Felgueiras.	a)
Funchal	13-09-2013	Eventos e ações de índole variada - sede de campanha na Rua de Queimada de Cima	a)
Matosinhos	19-07-2013	Apresentação de candidatura no Auditório APDL	a)
Matosinhos	21 de julho a 29 de setembro de 2013	Arruadas, visitas a empresas, associações, entre outros realizadas no Município de Matosinhos.	a)
Santo Tirso	23-09-2013	Evento da "Feira" realizado no Mercado Municipal de Santo Tirso - Feira (propaganda aos candidatos).	a)
Santa Maria da Feira	20-09-2013	Contacto do candidato com a população na Feira dos 20 em Santa Maria da Feira.	a)
Valongo	várias	Arruadas um pouco por todo o município e visitas a mercados e feiras.	a)
Vila do Conde	14-09-2013	Jantar convívio realizado no Rancho do Monte – Vila do Conde onde participaram 120 candidatos.	a)
Vila do Conde	21-09-2013	Sessão de esclarecimento na Junta de Freguesia de Mindelo.	a)
Vila Real	Não identificada na Matriz	Jantar de apresentação da candidatura, no Hotel Miracorgo. Segundo informação prestada, cada participante pagou o seu jantar ao fornecedor.	a)

Legenda:

a) Ações não relatadas na lista de ações e meios e sem qualquer despesa associada.

b) As contas não evidenciam a despesa/receita inerente a esta cedência.

Meios não relatados na lista de ações e meios

Município	Designação do meio	Observações
Bragança	Oito estruturas de suporte aos cartazes mini ("Vida para Bragança", papel)	3
Castelo Branco	Quatro estruturas de suporte aos cartazes mini afixados nos seguintes locais: Rotunda da Europa - Avª Espanha, Rotunda em frente à CP, Rua da Mina, Circunvalação Carapalha/Socorro. Caracterização dos cartazes: medida 1,2*1,8, papel colado em platex.	3
Chaves	20 Pendões de 135*60 e 40 Pendões 135*61 situados na Estrada da Cidade, próximo de rotundas e cruzamentos.	3
Coimbra	Equipamento informático: equipamentos pessoais	3
Coimbra	Cedência ou aluguer do Pavilhão onde decorreu o jantar comício do dia 20-09-2013	1
Coimbra	De acordo com a matriz, no Facebook é possível visualizar imagens de carrinha/caravana.	2
Coimbra	Cedência, por parte de de 13 estruturas de Outdoors.	3
Felgueiras	Sede de Felgueiras cedida gratuitamente para os meses de Julho, Agosto e Setembro	3
Felgueiras	Utilização de três computadores portáteis pessoais	3
Felgueiras	Utilização, a título de empréstimo, de impressora/fotocopiadora.	3
Felgueiras	Utilização de telemóveis pessoais	3
Felgueiras	Utilização do autocarro com a matrícula QO-64-35 para transporte da comitiva da campanha (comício realizado no Largo abaixo do Bom Jesus de Barrosas no dia 22 -9-2013)	3
Funchal	Utilização de telefones e computador	3
Matosinhos	Tela aranhaço 4m*3m - Avª Serpa Pinto, nº 507 (Matosinhos)	3
Matosinhos	Uma caravana automóvel/outras	3
Oeiras	Cedência, por 30 dias, da sede da campanha (40 m ²), na Rua Cândido dos Reis – Oeiras.	3
Oeiras	Utilização de telemóveis e equipamento sonoro.	3
Oliveira de Azeméis	Utilização de 6 estruturas de suporte aos cartazes mini (2,30*1,20 cm) ao lado da Igreja Matriz De Oliveira de Azeméis.	3
Pombal	Cedência da sede de Campanha	3
Pombal	Utilização de um carro particular.	3
Valongo	Utilização do veículo do candidato à câmara, com a matrícula para o transporte do material da campanha.	3
Valongo	Utilização de telemóvel individual	3
Vila de Rei	Utilização de telemóveis pessoais.	3
Vila de Rei	Utilização de uma caravana para o encerramento da campanha no dia 27 de setembro de 2013.	3

Legenda:

- 1 - De acordo com a matriz, não existia informação sobre aluguer ou cedência do espaço
- 2 - As contas apresentadas, não evidenciam qualquer despesa inerente ao aluguer/cedência
- 3 - As contas não evidenciam este aluguer/cedência.

É de notar que, em relação a estas situações, foram solicitados pelos auditores externos, por e-mail, informação adicional e esclarecimentos, os quais, contudo, não tinham sido prestados até à data de conclusão do trabalho de auditoria.

A ECFP solicita assim esclarecimentos sobre as situações indicadas, sob pena de violação do n.º 3 do artigo 16.º da L 19/2003, do n.º 4 do artigo 18.º também da L 19/2003 e do dever genérico de organização contabilística previsto no n.º 1 do artigo 12.º aplicável *ex vi* do n.º 1 do artigo 15.º da mesma L 19/2003.

Sobre a matéria dos meios de campanha não refletidos, total ou parcialmente, nas contas da campanha, ver Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 231/2013, de 24 de abril, ponto 7.1.

3. Não Disponibilização ao Tribunal Constitucional de Alguns Extratos Bancários

O **Partido** abriu uma conta bancária central e uma para cada município em que concorreu, exclusivamente para as receitas e despesas das autárquicas 2013.

Tal como determinado na alínea a) do n.º 7 do artigo 12.º da L 19/2003, aplicado às Campanhas Eleitorais por força do artigo 15.º, n.º 1 “in fine”, da mesma Lei, o mandatário financeiro anexou à prestação das contas os extratos bancários das contas abertas para os fins da campanha eleitoral em análise, verificando-se, na generalidade, o cumprimento deste preceito legal.

Não foram contudo disponibilizados todos os extratos bancários referentes às contas bancárias de campanha até à data de encerramento das contas, conforme resumido no quadro seguinte:

Não foi disponibilizada a totalidade dos Extratos Bancários até à data de cancelamento da Conta Bancária

Município	Data do Primeiro Extrato Disponível	Saldo do Primeiro Extrato Disponível	Data do Último Extrato Disponível	Saldo do Último Extrato Disponível
Santa Maria da Feira	30-08-2013	4.580,07	30-06-2014	0,00
Oliveira de Azeméis	30-09-2013	2.359,17	31-03-2014	0,00
Fafe	30-08-2013	3.961,55	28-02-2014	0,00
Bragança	30-03-2013	1.830,44	31-03-2014	0,00
Castelo Branco	30-set-13	3.704,80	28-02-2014	0,00
Vila de Rei	30-09-2013	6.382,00	31-01-2014	0,00
Coimbra	30-09-2013	8.310,41	30-06-2014	0,00
Loulé	30-09-2013	2.609,00	31-07-2014	0,00
Leiria	30-08-2013	9.877,00	31-07-2014	0,00
Pombal	30-08-2013	6.409,60	28-02-2014	0,00
Loures	30-09-2013	4.367,85	28-02-2014	0,00
Oeiras	31-07-2013	8.070,90	28-02-2014	0,00
Vila Franca de Xira	30-08-2013	7.145,80	31-07-2014	0,00
Baião	30-08-2013	2.850,00	28-02-2014	0,00
Felgueiras	30-09-2013	8.595,96	31-01-2014	0,00
Matosinhos	31-07-2013	14.193,75	28-02-2014	0,00
Paredes	30-08-2013	10.850,02	31-01-2014	0,00
Póvoa de Varzim	31-07-2013	3.094,75	30-06-2014	0,00
Santo Tirso	30-09-2013	296,43	31-01-2014	0,00
Valongo	30-09-2013	2.692,05	28-02-2014	0,00
Vila do Conde	31-07-2013	5.563,21	31-01-2014	0,00
Santarém	30-09-2013	3.550,22	31-01-2014	0,00
Almada	31-07-2013	9.335,20	31-03-2014	0,00
Barreiro	30-08-2013	464,90	28-02-2014	0,00
Moita	30-08-2013	2.327,48	28-02-2014	0,00
Seixal	31-07-2013	4.894,74	29-11-2013	0,00
Vila Real	30-08-2013	15.204,07	29-11-2013	0,00
Chaves	31-07-2013	3.220,62	29-11-2013	0,00
Viseu	31-07-2013	452,85	30-05-2014	0,00
Ponta Delgada	31-07-2013	65,70	30-04-2014	0,00
Funchal	30-08-2013	945,00	31-10-2013	0,00

Verifica-se que não existem extratos que confirmem o saldo à data de encerramento das contas bancárias, o que poderá ser justificado pelo facto de as mesmas se encontrarem já saldadas e não terem, provavelmente, sido registados movimentos posteriores.

A ECFP solicita a confirmação desta asserção.

De acordo com a Secção III das Recomendações emitidas pela ECFP, o encerramento das contas bancárias da campanha deve ocorrer antes do fecho das contas da campanha, isto é, 21 de julho de 2014. Conforme mencionado no Ponto 5.3 da Secção B deste Relatório, esta recomendação foi cumprida pelo Partido.

Relativamente às contas bancárias dos municípios de Leiria, Loulé e Vila Franca de Xira, apesar de os extratos bancários respeitarem ao período até 31 de julho de 2014, verificou-se que os movimentos neles constantes ocorreram antes da data de encerramento das contas.

Sobre a não disponibilização ao Tribunal Constitucional dos extratos bancários ver Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 231/2013, de 24 de abril, ponto 7.21.

A ECFP solicita assim ao **CDS-PP** o envio dos extratos bancários em falta.

4. Despesas Não Pagas Pela Conta Bancária de Campanha

Aquando da prestação de contas existiam diversas faturas emitidas por fornecedores cujo pagamento não foi efetuado pela conta específica da campanha, tendo o **CDS-PP** assumido o compromisso de efetuar o respetivo pagamento. Eram os seguintes os valores em dívida, de acordo com as contas apresentadas pelo **Partido**:

Município	Valor em dívida
Almada	1.168,50
Caldas da Rainha	7.017,64
Calheta (Madeira)	22.804,24
Câmara de Lobos	30.555,29
Castro Marim	590,40
Esposende	1.476,00
Funchal	140.575,34
Machico	18.593,05
Montemor-o-Novo	528,90
Oeiras	16.006,80
Ponta do Sol	9.041,06
Porto Moniz	4.876,85
Porto Santo	18.758,29
Ribeira Brava	25.049,22

Santana	20.564,42
S. João da Madeira	922,50
Vila Real	861,00
Total	319.389,50

Os auditores verificaram que os valores indicados se encontram refletidos no balancete de fornecedores como estando por pagar à data da prestação de contas.

A ECFP solicita esclarecimentos acerca destes pagamentos, indicando quais as faturas entretanto pagas após a data da prestação de contas de campanha, e sobre quem procedeu a tais pagamentos.

5. Subvenção Não Depositada na Conta Bancária de Campanha

O **Partido** abriu uma conta bancária central e uma para cada município em que concorreu, exclusivamente para as receitas e despesas das autárquicas 2013.

Os movimentos registados nas receitas de cada município são referentes a transferências bancárias efetuadas da conta central do **CDS-PP** (Autárquicas) para as contas dos diversos municípios.

O valor relativo à subvenção pública, transferido pela Assembleia da República, foi recebido na conta central do **CDS-PP**, não tendo sido transferido para a conta bancária de cada um dos municípios, verificando-se uma infração que se afigura grave, violando-se desde logo o artigo 15.º, n.º 3, da L 19/2003. Mas também se considera violado o artigo 16.º da L 19/2003 referente às receitas de campanha, entre as quais figura necessariamente a subvenção estatal, sempre que esta seja atribuída, nos termos da alínea a) do seu n.º 1.

A ECFP solicita ao CDS-PP o esclarecimento desta situação e a eventual contestação.

6. Contribuições Efetuadas por Partido Não Certificadas Pelo Respetivo Órgão Competente

Não foi apresentada a certificação das contribuições por órgão próprio do **Partido**.

As contribuições pecuniárias do Partido, no montante total de 1.212.008,30 euros, encontram-se suportadas apenas por declaração emitida pelo mandatário financeiro nacional, datada de 18 de julho de 2014.

A ECFP solicita ainda o envio da documentação em falta, sob pena de violação do n.º 2 do artigo 16.º da L 19/2003, na redação dada pela L 55/2010.

Sobre a matéria das contribuições efetuadas pelos partidos não certificadas pelos órgãos competentes, v. Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 231/2013, de 24 de abril, ponto 7.24.

7. Cedências de Bens em Empréstimo Não Refletidas nas Contas de Campanha. Impossibilidade de Concluir Sobre a Razoabilidade da sua Valorização.

A análise das matrizes de validação das ações e meios de campanha, preparadas pelo CIES, permitiu concluir pela falta de registo, nas contas inicialmente entregues, de algumas cedências de bens a título de empréstimo, principalmente veículos e telemóveis.

Em consequência, o **CDS-PP** procedeu à entrega, relativamente a 18 dos municípios em que concorreu, de versão retificada das contas. Na sequência de tais alterações foram corrigidos os mapas das receitas e de despesas, mas não as Demonstrações dos Resultados.

No que respeita aos municípios relativamente aos quais não foram apresentadas contas retificadas e em que se verificou a ocorrência de cedências de bens a título de empréstimo, o valor destas não consta dos mapas de receitas nem despesas, nem da Lista de Ações e Meios de Campanha.

Em alguns dos casos, as declarações de cedência que suportam os registos não se encontravam devidamente assinadas pelos cedentes, mas apenas pelo

Mandatário Financeiro. À exceção das declarações relativas aos municípios do Funchal e de Viseu, as restantes apresentam data anterior ou igual à do ato eleitoral.

No que respeita aos veículos cedidos, a maioria das declarações apresentadas não identifica o tipo de automóvel (familiar, utilitário, transporte passageiros ou de mercadorias) o que não permite a validação dos valores atribuídos às referidas cedências, face à tabela indicativa de preços de mercado constante da Listagem n.º 38/2013 da ECFP, publicada no Diário da República – IIª série – n.º 125, de 2 de julho.

A título de exemplo, no quadro seguinte, são identificadas um conjunto de cedências cuja documentação de suporte revela insuficiência:

Concelho	Doador	NIF	Designação do bem cedido	Cedência - período	data declaração	Valor da cedência(€)	Obs
Barreiro			telemóvel	28 de agosto a 27 setembro 2013	28-09-2013	160	1
Felgueiras			Viatura Opel Corsa	23 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	125	2
Felgueiras			Viatura Renault Clio	17 a 27 de setembro de 2013	26-09-2013	275	2
Felgueiras			Viatura Ford Transit	17 a 27 de setembro de 2013	26-09-2013	330	2
Loures				15 a 27 de setembro de 2013	29-09-2013	520	3
Loures				15 a 27 de setembro de 2013	29-09-2013	520	3
Moita				01 de agosto a 27 de setembro	29-09-2013	2.320	3
Moita			imovel 15m	01 de agosto a 27 de setembro	29-09-2013	220	3
Oeiras				11 DIAS	28-09-2013	275	1
Oliveira de Azeméis				1 a 27 de setembro de 2013	29-09-2013	1.080	3
Santarém			viatura - caravana autom.	01 a 27 de Setembro	29-09-2013	1.080	3
Santo Tirso				01 a 27 de Setembro	29-09-2013	1.080	3
Funchal				22 de julho a 6 de agosto de 2013	15-12-2014	100	4
Funchal			Telemóvel	13 a 19 setembro de 2013	15-12-2014	100	4
Funchal				01 agosto e 28 de agosto	15-12-2014	100	4
Póvoa de Varzim				13 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	375	5
Póvoa de Varzim				13 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	225	5
Póvoa de Varzim				13 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	225	5
Póvoa de Varzim				13 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	375	5
Póvoa de Varzim				13 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	225	5
Póvoa de Varzim				13 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	375	5
Póvoa de Varzim				13 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	375	5
Póvoa de Varzim				13 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	225	5
Póvoa de Varzim				13 a 27 de setembro de 2013	27-09-2013	375	5
Seixal				17 a 27 de Setembro	27-09-2013	810	1
Valongo				2 a 27 de Setembro	27-09-2013	390	2
Vila do Conde				17 a 29 de setembro	17-09-2013	275	2
Vila Franca de Xira				13 a 28 de setembro	13-09-2013	400	2
Vila Franca de Xira				20 a 28 de setembro	20-09-2013	135	2
Viseu				17 a 27 de setembro	27-09-2013	440	2
Viseu				25 a 27 setembro	30-09-2013	135	6
Viseu				17 a 29 setembro	27-09-2013	385	2
Viseu				17 a 27 de setembro	27-09-2013	440	2
Viseu				17 a 27 de setembro	27-09-2013	550	2
Viseu				17 a 27 de setembro	27-09-2013	495	2
Viseu				17 a 27 de setembro	27-09-2013	550	2
Viseu				17 a 27 de setembro	27-09-2013	550	2
Viseu				17 a 27 de setembro	27-09-2013	495	2
						17.110	

Legenda:

1- A declaração não se encontra assinada pelo cedente.

2- A declaração não especifica o tipo de viatura.

3 - A declaração não especifica o tipo de viatura. Falta declaração do cedente.

4 - A declaração não identifica o objectivo da cedência (autarquias de 2013) e apresenta uma data posterior às eleições.

5 - As declarações, assinadas pelos cedentes, referem que a cedência ocorreu no dia 27 de setembro. De acordo com descrição dos mapas de receita e despesa constantes das contas apresentadas pela concelhia, estas cedências ocorreram de 13 a 27 de setembro de 2013.

6 - A declaração não especifica o tipo de viatura e a data é posterior ao ato eleitoral.

A insuficiência da informação constante nos documentos que suportam estas receitas não permite concluir pela razoabilidade dos valores atribuídos aos bens cedidos, muito em particular às viaturas.

É de notar ainda o facto de as declarações de cedência relativas ao município do Funchal, assinadas pelos cedentes, serem datadas de dezembro de 2014.

A ECFP solicita esclarecimentos sobre estas situações de cedências de bens para utilização na campanha, que são situações distintas da utilização de bens do património dos partidos, e também distintas da colaboração com trabalho ou serviço de militantes, simpatizantes ou apoiantes. Esta matéria foi aliás bem explicitada nas Recomendações da ECFP.

Sobre a matéria dos donativos em espécie não refletidos nas contas da campanha e sobre a impossibilidade de concluir sobre a razoabilidade da valorização dos donativos em espécie, ver Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 231/2013, de 24 de abril, ponto 7.25.

8. Subvenção Estatal Recebida em Excesso ou Indevidamente Recebida

Foi efetuada a confirmação do valor da Subvenção Estatal atribuída pela Assembleia da República ao **Partido** no âmbito das Eleições Autárquicas, com base no Ofício n.º 2017/GABSG/2014, de 17 de setembro, dirigido pelo Secretário-Geral da Assembleia da República à Presidente da ECFP, sendo que os valores apresentados nas contas entregues à ECFP, e posteriormente retificadas, são coincidentes. Isto é, o **CDS-PP** registou como subvenção os montantes recebidos da Assembleia da República pagos a esse título.

O problema reside contudo no facto de o **Partido** ter declarado montantes diferentes de despesa ao Tribunal Constitucional e à Assembleia da República, como referido no Ponto 4 da Secção B e no Ponto 1 da Secção C deste Relatório. Desta discrepância resulta que o **CDS-PP** recebeu subvenção superior às despesas declaradas nos seguintes casos:

Município	Despesas AR	Despesas PP	Diferença	Subvenção AR
ABRANTES	5.399,61 €	5.214,35 €	185,26 €	5.399,61 €
ALCÁÇER DO SAL	1.807,79 €	1.298,30 €	509,49 €	1.807,79 €
ALCOBAÇA	18.931,68 €	17.946,32 €	985,36 €	18.931,68 €
ALCOCHETE	10.221,49 €	8.547,57 €	1.673,92 €	10.221,49 €
ALIJÓ	1.493,73 €	1.312,65 €	181,08 €	1.493,73 €
ALMADA	7.596,42 €	7.040,56 €	555,86 €	7.596,42 €
ALTER DO CHÃO	1.746,71 €	1.697,00 €	49,71 €	1.746,71 €
ALVAIÁZERE	9.979,10 €	9.126,20 €	852,90 €	9.979,10 €
ANADIA	9.428,27 €	8.620,54 €	807,73 €	9.428,27 €
ANSIÃO	2.528,49 €	1.690,59 €	837,90 €	2.528,49 €
ARCOS DE VALDEVEZ	6.946,56 €	5.768,74 €	1.177,82 €	6.946,56 €
ARMAMAR	6.836,85 €	5.983,95 €	852,90 €	6.836,85 €
AROUCA	12.365,13 €	11.527,23 €	837,90 €	12.365,13 €
ARRUDA DOS VINHOS	3.242,79 €	2.733,30 €	509,49 €	3.242,79 €
BAIÃO	7.502,97 €	6.665,07 €	837,90 €	7.502,97 €
BATALHA	8.215,27 €	7.362,37 €	852,90 €	8.215,27 €
BENAVENTE	3.615,13 €	3.105,64 €	509,49 €	3.615,13 €
BOMBARRAL	11.472,64 €	10.150,14 €	1.322,50 €	11.472,64 €
BRAGANÇA	5.522,81 €	4.611,89 €	910,92 €	5.522,81 €
CARRAZEDA DE ANSIÃES	13.541,54 €	13.503,28 €	38,26 €	13.541,54 €
CARREGAL DO SAL	8.104,57 €	6.836,00 €	1.268,57 €	8.104,57 €
CASTANHEIRA DE PERA	3.492,50 €	2.639,60 €	852,90 €	3.492,50 €
CASTELO BRANCO	4.400,09 €	4.054,82 €	345,27 €	4.400,09 €
CASTRO DAIRE	5.418,68 €	4.565,78 €	852,90 €	5.418,68 €
CELORICO DE BASTO	5.311,53 €	4.784,58 €	526,95 €	5.311,53 €
CHAVES	3.671,89 €	3.675,81 €	- 3,92 €	3.871,89 €
CORUCHE	3.827,57 €	3.303,08 €	524,49 €	3.827,57 €
ELVAS	12.995,20 €	12.799,12 €	196,08 €	12.995,20 €
ENTRONCAMENTO	2.983,88 €	2.440,36 €	543,52 €	2.983,88 €
ESPINHO	8.351,21 €	7.500,00 €	851,21 €	8.351,21 €
FELGUEIRAS	17.658,14 €	16.811,00 €	847,14 €	17.658,14 €
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	3.852,06 €	3.000,00 €	852,06 €	3.852,06 €
FORNOS DE ALGODRES	2.448,27 €	2.100,00 €	348,27 €	2.448,27 €
FUNDÃO	2.357,31 €	2.012,03 €	345,28 €	2.357,31 €
IDANHA-A-NOVA	3.383,34 €	3.023,06 €	360,28 €	3.383,34 €
ÍLHAVO	8.504,37 €	7.666,47 €	837,90 €	8.504,37 €
LAGOA (AÇORES)	9.460,01 €	7.627,86 €	1.832,15 €	9.460,01 €
LEIRIA	20.867,13 €	20.101,59 €	765,54 €	20.867,13 €
LOULÉ	1.938,37 €	1.885,83 €	52,54 €	1.938,37 €
LOURES	16.119,99 €	15.419,79 €	700,20 €	16.119,99 €
MACEDO DE CAVALEIROS	10.995,72 €	10.142,92 €	852,80 €	10.995,72 €
MADALENA	4.575,70 €	4.046,06 €	529,64 €	4.575,70 €
MIRANDELA	17.581,85 €	15.999,74 €	1.582,11 €	17.581,85 €
MONÇÃO	26.422,13 €	24.379,95 €	2.042,18 €	26.422,13 €
MONTEMOR-O-NOVO	3.188,78 €	2.858,50 €	330,28 €	3.188,78 €
MONTIJO	5.043,38 €	4.683,10 €	360,28 €	5.043,38 €

MORTÁGUA	8.534,22 €	7.681,32 €	852,90 €	8.534,22 €
MURÇA	2.336,78 €	2.141,00 €	195,78 €	2.336,78 €
MURTOSA	4.372,72 €	3.269,82 €	1.102,90 €	4.372,72 €
NAZARÉ	2.013,20 €	1.488,71 €	524,49 €	2.013,20 €
ÓBIDOS	1.894,71 €	1.385,22 €	509,49 €	1.894,71 €
OLHÃO	4.317,53 €	3.972,25 €	345,28 €	4.317,53 €
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	12.766,60 €	11.107,68 €	1.658,92 €	12.766,60 €
OLIVEIRA DO BAIRRO	37.407,97 €	35.621,60 €	1.786,37 €	37.407,97 €
OVAR	8.620,00 €	7.767,37 €	852,63 €	8.620,00 €
PAREDES	13.823,77 €	12.981,00 €	842,77 €	13.823,77 €
PAREDES DE COURA	4.222,60 €	2.590,50 €	1.632,10 €	4.222,60 €
PENAMACOR	5.343,60 €	4.983,97 €	359,63 €	5.343,60 €
PENEDONO	5.302,59 €	4.449,69 €	852,90 €	5.302,59 €
PINHEL	6.293,10 €	5.947,82 €	345,28 €	6.293,10 €
POMBAL	9.379,19 €	7.950,85 €	1.428,34 €	9.379,19 €
PONTE DE SOR	3.290,54 €	2.736,90 €	553,64 €	3.290,54 €
PORTO DE MÓS	3.751,19 €	2.898,30 €	852,89 €	3.751,19 €
S. JOÃO DA PESQUEIRA	3.488,14 €	2.650,24 €	837,90 €	3.488,14 €
S. ROQUE DO PICO	5.499,95 €	4.216,83 €	1.283,12 €	5.499,95 €
SANTA COMBA DÃO	6.783,31 €	6.085,41 €	697,90 €	6.783,31 €
SANTA MARIA DA FEIRA	15.469,05 €	15.467,18 €	1,87 €	15.469,05 €
SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	3.204,59 €	3.023,51 €	181,08 €	3.204,59 €
SANTARÉM	4.650,44 €	4.076,01 €	574,43 €	4.650,44 €
SANTIAGO DO CACÉM	4.191,20 €	3.845,92 €	345,28 €	4.191,20 €
SANTO TIRSO	6.662,72 €	5.814,00 €	848,72 €	6.662,72 €
SATÃO	12.671,65 €	10.801,87 €	1.869,78 €	12.091,34 €
SEIXAL	9.230,77 €	8.870,49 €	360,28 €	9.230,77 €
SERNANCELHE	3.975,55 €	3.122,65 €	852,90 €	3.975,55 €
SERTÃ	5.035,51 €	4.690,23 €	345,28 €	5.035,51 €
SEVER DO VOUGA	5.852,85 €	5.000,00 €	852,85 €	5.852,85 €
TAROUCA	5.929,66 €	5.076,76 €	852,90 €	5.929,66 €
TOMAR	4.979,27 €	4.449,01 €	530,26 €	4.979,27 €
TONDELA	7.877,00 €	7.039,10 €	837,90 €	7.877,00 €
TORRES NOVAS	2.786,56 €	2.262,07 €	524,49 €	2.786,56 €
VAGOS	25.949,43 €	24.320,79 €	1.628,64 €	25.949,43 €
VALONGO	11.020,16 €	10.408,98 €	611,18 €	11.020,16 €
VILA DO CONDE	14.350,65 €	13.498,75 €	851,90 €	14.350,65 €
VILA FRANCA DE XIRA	8.078,46 €	7.293,26 €	785,20 €	8.078,46 €
VILA NOVA DA BARQUINHA	6.033,26 €	5.745,17 €	288,09 €	6.033,26 €
VILA NOVA DE PAIVA	8.994,26 €	8.081,53 €	912,73 €	8.994,26 €
VILA NOVA DE POIARES	1.021,29 €	957,00 €	64,29 €	1.021,29 €
VILA REAL	20.659,29 €	20.463,21 €	196,08 €	20.659,29 €
VILA VELHA DE RODÃO	2.042,28 €	1.949,93 €	92,35 €	2.042,28 €
VILA VERDE	10.553,68 €	9.700,78 €	852,90 €	10.553,68 €
VOUZELA	3.595,26 €	2.742,36 €	852,90 €	3.595,26 €
TOTAIS	715.605,20 €	648.889,78 €	66.715,42 €	715.224,89 €

A declaração de montantes superiores de despesas face às despesas registadas pelo próprio Partido nas contas de cada município, que induziu a Assembleia da República a pagar uma subvenção superior, orçando a diferença a um montante de quase 67.000 euros, viola o artigo 18.º, n.º 4, da L 19/2003, na redação dada pela L 55/2010, sendo esta infração da responsabilidade do Partido.

A ECFP solicita o esclarecimento desta situação, podendo o Partido, caso assim o entenda, retificar as contas.

Sobre a matéria da subvenção estatal recebida em excesso ou indevidamente recebida, ver Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 231/2013, de 24 de abril, ponto 7.3.

9. Ultrapassagem do Limite de 25% da Subvenção em Estruturas, Cartazes e Telas

O n.º 6 do artigo 18.º da Lei 19/2003, na redação da L 1/2013, de 3 de janeiro, determina que «apenas 25% da subvenção pode ser canalizada para despesas com a conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinam à utilização na via Pública».

Verificou-se que o **CDS-PP** ultrapassou tal limite em diversos municípios, de seguida indicados:

Município	Subvenção AR	Limite 25%	Estruturas, cartazes e telas	Diferença
ABRANTES	5.399,61 €	1.349,90 €	3.434,16 €	2.084,26 €
ALCOBAÇA	18.931,68 €	4.732,92 €	5.206,81 €	473,89 €
ALTER DO CHÃO	1.746,71 €	436,68 €	780,00 €	343,32 €
ARCOS DE VALDEVEZ	6.946,56 €	1.736,64 €	2.789,44 €	1.052,80 €
ARRUDA DOS VINHOS	3.242,79 €	810,70 €	1.420,65 €	609,95 €
BATALHA	8.215,27 €	2.053,82 €	2.490,28 €	436,46 €
CARRAZEDA DE ANSIÃES	13.541,54 €	3.385,39 €	3.708,94 €	323,56 €
CARREGAL DO SAL	8.104,57 €	2.026,14 €	3.298,86 €	1.272,72 €
CELORICO DE BASTO	5.311,53 €	1.327,88 €	1.576,86 €	248,98 €
CHAVES	3.871,89 €	967,97 €	991,61 €	23,64 €
COIMBRA	13.149,95 €	3.287,49 €	4.199,86 €	912,37 €
ESPINHO	8.351,21 €	2.087,80 €	3.260,87 €	1.173,07 €
ESPOSENDE	17.318,04 €	4.329,51 €	6.891,57 €	2.562,06 €
FUNCHAL	69.017,44 €	17.254,36 €	22.738,06 €	5.483,70 €
FUNDÃO	2.357,31 €	589,33 €	720,45 €	131,12 €

LAJES DO PICO	2.843,32 €	710,83 €	1.317,76 €	606,93 €
LOULÉ	1.938,37 €	484,59 €	1.057,80 €	573,21 €
LOURES	16.119,99 €	4.030,00 €	4.821,60 €	791,60 €
MACHICO	6.984,69 €	1.746,17 €	3.828,36 €	2.082,19 €
MEDA	16.616,08 €	4.154,02 €	4.569,75 €	415,73 €
MONÇÃO	26.422,13 €	6.605,53 €	8.610,00 €	2.004,47 €
OEIRAS	26.429,04 €	6.607,26 €	27.256,80 €	20.649,54 €
OLIVEIRA DO HOSPITAL	6.236,97 €	1.559,24 €	2.251,51 €	692,27 €
PAREDES DE COURA	4.222,60 €	1.055,65 €	2.410,50 €	1.354,85 €
PENAMACOR	5.343,60 €	1.335,90 €	1.613,76 €	277,86 €
PINHEL	6.293,10 €	1.573,28 €	1.573,54 €	0,26 €
PONTA DO SOL	7.311,21 €	1.827,80 €	3.329,38 €	1.501,58 €
PONTE DE LIMA	50.232,66 €	12.558,17 €	13.450,05 €	891,88 €
PORTO SANTO	10.357,93 €	2.589,48 €	2.594,94 €	5,46 €
PÓVOA DE LANHOSO	4.326,53 €	1.081,63 €	1.199,99 €	118,36 €
PÓVOA DE VARZIM	29.272,08 €	7.318,02 €	16.393,44 €	9.075,42 €
S. JOÃO DA PESQUEIRA	3.488,14 €	872,04 €	1.709,70 €	837,67 €
SABUGAL	3.470,77 €	867,69 €	996,30 €	128,61 €
SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	3.204,59 €	801,15 €	879,46 €	78,31 €
SANTANA	5.491,93 €	1.372,98 €	3.917,37 €	2.544,39 €
SANTARÉM	4.650,44 €	1.162,61 €	1.722,00 €	559,39 €
SATÃO	12.091,34 €	3.022,84 €	5.024,55 €	2.001,72 €
SERTÃO	5.035,51 €	1.258,88 €	1.446,48 €	187,60 €
TAROUCA	5.929,66 €	1.482,42 €	3.416,94 €	1.934,53 €
VAGOS	25.949,43 €	6.487,36 €	7.150,51 €	663,15 €
VALONGO	11.020,16 €	2.755,04 €	5.456,22 €	2.701,18 €
VILA DE REI	3.692,70 €	923,18 €	1.729,96 €	806,79 €
VILA NOVA DE PAIVA	8.994,26 €	2.248,57 €	2.423,10 €	174,54 €
VILA VELHA DE RODÃO	2.042,28 €	510,57 €	769,37 €	258,80 €
UISEU	21.669,83 €	5.417,46 €	7.736,70 €	2.319,24 €
TOTAIS	523.187,44 €	130.796,86 €	204.166,26 €	73.369,40 €

Nestes termos, verificado que foi que a despesa com estruturas, cartazes e telas ultrapassou a percentagem estipulada legalmente, não pode deixar de se imputar o incumprimento da referida norma, que se aplica pela primeira vez às contas de campanha em apreciação.

Quanto a saber se esta infração está sujeita às sanções previstas no artigo 30.º da L 19/2003 ou apenas a devolução da subvenção recebida a mais como sucede com as reduções de subvenção previstas na Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto (a chamada lei da paridade) ou ainda se se trata de disposição inconstitucional por sancionar as candidaturas que efetuem um determinado tipo de despesas acima de um determinado patamar em violação

da liberdade de expressão pela imagem ou por qualquer outro meio como previsto no artigo 37.º, n.º 1, da Constituição ou da liberdade de propaganda nas campanhas eleitorais como determinado pelo n.º 3 do artigo 113.º da Constituição, a ECFP inclina-se para a primeira solução, embora estas como outras têm sido invocadas pelas candidaturas.

A ECFP solicita a eventual contestação.

10. Despesas Faturadas Após a Data do Ato Eleitoral e Despesas Não Relacionadas com a Campanha

Conforme estabelece o n.º 1 do artigo 19.º da L 19/2003, apenas despesas inequivocamente relacionadas com a campanha podem ser contabilizadas como despesas eleitorais.

Os auditores identificaram situações de faturas emitidas em data posterior ao ato eleitoral, com o seguinte resumo por município:

Descrição das Despesas de Campanha com Data Posterior ao Ato Eleitoral

Município	Fornecedor	Nº Fatura	Data	Descrição	Valor	Observações
Almada	Alão Tipo	FAC. 1300315	15-10-13	Paginação de jornal em 26-9-2013	123,00	a)
Funchal	Tavares, Costa & Cª	FAC 397	30-09-13	Convívio - 20 refeições	103,00	c)
Funchal	Snack Bar Past. Dinastia, Lda	FAC 94	01-10-23	Convívio - refeições div. (1-10-2013)	237,30	c)
		FAC				
Funchal	Winerest	002/00003775	15-10-13	Convívio – ref. div. (15-10-2013)	1.230,00	c)
Funchal	Securitas	FAC 23004036	30-09-13	Vigilância no dia 29-9-2013	278,16	a)
Funchal	Rodoeste	FAC 663	30-09-13	Aluguer 2 autocarros (25-9-2013)	577,50	a)
Vila do Conde	Cozinha Aberta	FAC 17	04-10-13	Refeições	185,00	b)
Viseu	Restaurante o Soeirinho	FAC 26	05-10-13	Serviço Catering Porco (18-9-2013)	615,00	a)
Viseu	Restaurante o Soeirinho	FAC 27	05-10-13	Serviço Catering Porco (1-9-2013)	615,00	a)
					3.963,96	

Legenda

a) Serviço prestado até ao ato eleitoral de 29-09-2013

b) Serviço prestado após o ato eleitoral de 29-09-2013

c) serviço prestado após ato eleitoral de 29-09-2013 e fatura emitida ao CDS-PP Madeira

Conforme se verifica, existem casos de faturas cujos serviços foram prestados após a data do ato eleitoral, não estando as respetivas despesas diretamente associadas à campanha, ascendendo estas, por exemplo, a 1.570,30 euros no município do Funchal, e a 185,00 euros em Vila do Conde.

Por outro lado, os auditores consideram ainda que as despesas resumidas no quadro abaixo poderão ser questionadas quanto à sua razoabilidade e legalidade:

Despesas de razoabilidade questionável

Município	Fornecedor	Nº Fatura	Data	Quantidade	Descrição	Valor	Legenda
Funchal	Ticket Car	1350/13/V6	19-08-13	134	senhas combustíveis	2.134,20	1
Funchal	Ticket Car	1455/13/V6	05-09-13	134	senhas combustíveis	2.134,20	1
Funchal	Ticket Car	1516/13/V6	19-09-13	100	senhas combustíveis	1.600,65	1
Vila Conde	Auto Formariz	1850	26-09-13	n/a	Revisão/ reparação do veículo	290,08	2
						<u>6.159,13</u>	

1- As faturas não identificam as viaturas nem o período. Para além destas senhas, foram ainda registadas despesas com combustíveis.

2- A viatura foi cedida de 17 a 29 de setembro pelo valor de 275 euros. Passados 10 dias do início da sua utilização na campanha foi objeto de revisão / reparação

Adicionalmente, os auditores consideram também que a reparação imputada às despesas da campanha de Póvoa de Varzim (3.567 euros) não deveria constar da prestação de contas.

Foram ainda verificadas as seguintes situações, resumidas no quadro abaixo:

- despesas relacionadas com a campanha de um determinado município mas imputadas a município diferente;
- despesas imputadas a determinado município mas cujo documento de suporte está emitido em nome do partido e não da campanha relativa ao município.

Despesas relacionadas com campanha de outros municípios

Município	Fornecedor	Nº Fatura	Data	Quantidade	Descrição	Valor	Observações
Funchal	Wamãe, Unipessoal, Lda	24/2013	04-09-2013	n/a	Videos CDS-PP Madeira Autarquias 2013	1.993,48	Documento emitido ao CDS-PP.
Funchal	Wamãe, Unipessoal, Lda	27/2013	26-09-2013	n/a	Tempos de Antena Rádio CDS-PP Madeira 2013	3.172,00	Documento emitido ao CDS-PP. A fatura não indica os minutos por tempo de antena, não permitindo comparar preços praticados com os indicados na listagem 38/2013
Funchal	Continente	2663	23-09-2013	diversos	Aquisição de diversos lápis cera e plástico, apara lápis, marcadores de cor, capas pretas, borrachas, entre outros (material escolar).	4.508,17	Documento emitido ao CDS-PP Madeira - Autarquias 2013
Moita	Litho Formas Portuguesa, SA	305525	13-09-2013	45.000	Offset comercial - folheto	1.610,69	Documento emitido ao CDS-PP. A fatura indicação que deverá ser feito pedido de 2ª via dado que não é referido Autarquias 2013 Moita. Não existe 2ª via correta.
						11.284,34	

Por fim, é ainda de notar o facto de, no município do Funchal, terem sido registadas no "Mapa M13" diversas faturas de refeições de relativamente reduzido montante unitário (valor médio de 52 euros por fatura), as quais não identificam quem efetuou a despesa e o motivo da mesma. O valor total destas faturas ascende a 5.005,52 euros.

11. Impossibilidade de Concluir Sobre a Razoabilidade da Valorização de Algumas Despesas de Campanha

Os auditores identificaram situações, discriminadas nos quadros seguintes, em que o preço praticado diverge, de forma relevante, da lista indicativa publicada pela ECFP:

Despesas com preços divergentes dos valores de referência da Lista publicada pela ECFP (preços de mercado)

Município	Descrição Despesa	Nº Fatura	Fornecedor	Contas Campanha	Lista - ECFP
				Custo Unitário (milheiro)	
Fafe	18.000 infomail	500027949	Post Contact	20,00	34 - 39
Ponta Delgada	25.000 infomail	500027948	Post Contact	24,00	34 - 39
Póvoa de Varzim	27.000 infomail	500027255	Post Contact	24,00	34 - 39

Por outro lado, com base na análise efetuada às contas da campanha foram identificadas despesas, em diversas rubricas, cujo descritivo da documentação de suporte se apresenta incompleto ou não é suficientemente claro para permitir concluir sobre a correta identificação das despesas apresentadas e a adequação do preço à lista indicativa publicada pela ECFP.

Deste modo, cabe à ECFP solicitar que o Partido proceda a esclarecimentos adicionais, justificando de que modo as mesmas se enquadram (ou não) nos preços de mercado:

Despesas da Campanha - Descritivo incompleto ou pouco claro nas Facturas dos Fornecedores

CONCELHOS	Despesas Directas	Despesas com descritivo incompleto ou pouco claro		Descrição das Despesas mais significativas	Observações
	Valor	Valor	%		
Almada	8.342,76	1.168,50	14%	Outdoors 8*3	1
Castelo Branco	4.054,82	3.130,35	77%	Diversos folhetos e postal terra.	2
Fafe	3.631,51	1.250,00	34%	1 Outdoor 800X300 CM+ 1 Outdoor 250X150CM	1
Felgueiras	17.791,00	3.536,30	20%	9 Telas/Estruturas 4X3M + 2 Telas/Estruturas 8X3M + 1 Tela/Estrutura 6,5MX3M	1
Funchal	198.817,01	14.679,00	7%	Minioutdoors diversos	1
Leiria	21.036,59	1.536,27	7%	Serviço de distribuição de panfletos.	3
Loures	16.459,79	3.444,00	21%	10 Estruturas 1,5X2,5M + 4 Outdoors 6X3M	1
Oeiras	32.772,81	27.256,80	83%	Quatro telas 8X3m, 26 outdoors de tamanhos diversos	1, 4
Paredes	12.981,00	6.088,50	47%	45.000 flyers	4
Pombal	7.950,85	747,23	9%	10 lonas publicitárias	4
Póvoa de Varzim	41.511,29	3.567,00	9%	Obras de arranjo de pichelaria, electricista e trolha (material e mão de obra).	5
Santarém	5.156,01	1.350,91	26%	Folhetos A4 e A4	4
Santo Tirso	6.894,00	2.706,00	39%	6.000 Folhetos (c/ distribuição) e 5 lonas.	4
Valongo	12.548,98	4.428,00	35%	Produção de vinis decorativos, construção e montagem de 12 outdoors e reparação do motor de arranque de carro de apoio.	6, 1
Vila de Rei	18.686,97	1.424,34	8%	Combustível	7
Vila Real	20.913,21	2.595,30	12%	5 outdoors de 8x3m e 4 de 4x1,5m (Lona e estrutura em regime de Aluguer)no valor de 2.152,50 euros e 442,8 euros respetivamente.	8
Viseu	27.990,18	5.965,50	21%	Fornecimento de 60.000 flyers, 3 Outdoors 8X3	4, 1
	<u>449.196,01</u>	<u>83.705,49</u>	<u>19%</u>		

Legenda:

- 1- não especifica o período de aluguer
- 2- Bens com características iguais e preços unitários divergentes.
- 3- Não é mencionado o período em que foi feita a distribuição.
- 4- Descrição insuficiente quanto ao material e/ou dimensões.
- 5- Não especifica onde foram efetuadas as obras.
- 6- Não sabemos quantidades nem especificidades dos vinis decorativos. A fatura está emitida ao CDS-PP (1.722 euros). A
- 7- As faturas não especificam as matriculas dos carros.
- 8- A fatura não identifica o período do aluguer. A listagem 38/2013 contempla o aluguer de estruturas metálicas para cartazes ou telas com as referidas dimensões para períodos até 3 meses e de 3 a 6 meses. Os preços indicativos em qualquer dos períodos são bastante superiores aos que estão a ser praticados pelo fornecedor.

A ECFP solicita esclarecimentos sobre as despesas e as situações supra referenciadas.

12. Deficiências no Suporte Documental de Algumas Despesas

Foram identificados pelos auditores casos de despesas sem suporte documental adequado nos termos da legislação em vigor:

Deficiência no suporte documental de algumas Despesas

Concelho	Fornecedor	Documento / Nº Fatura	Descrição da Despesa	Data	Quantidade	Valor	Legenda
Funchal	Rui António Alves	Contrato arrendamento	Arrendamento das frações D e G do edifício Monumental (Freguesia da Sé) para atividades relacionadas com a campanha eleitoral de 2013	1 de junho a 30 setembro de 2013	n/a	13.000,00	1, 2
Valongo	Empresa Diário do Porto, Lda	Recibo nº	2.000 autocolantes + 42.000 flyers + 7.000 flyers	24-09-2013	51.000	1.088,55	3
Valongo	Luis Portas Nogueira	Declaração de cedência	trabalhos de composição gráfica para outdoor e flyer	28-09-2013	n/a	1.000,00	4
						15.088,55	

Legenda:

1. Suporte documental insuficiente dado não ter um recibo de renda mas apenas um contrato.
2. O contrato não identifica as dimensões das frações arrendadas. Através da informação constante da Matriz, uma das frações terá aproximadamente 100 m2 e a outra é ligeiramente mais pequena. No entanto, de acordo com contrato a fração D tem uma renda fixa de 10.000 euros e a fração G de 3.000 euros (custos muito díspares).
3. O suporte desta despesa é apenas o recibo, estando em falta a respetiva fatura. A descrição por nós considerada é a mencionada no mapa de despesa.
4. A declaração assinada pelo cedente não identifica quando os serviços foram prestados. Declaração assinada pelo mandatário financeiro apenas refere que o serviço foi prestado durante 11 dias, não mencionando o período.

A documentação que foi facultada não permite validar a imputação, os preços praticados, e a afetação das despesas aos meios de campanha, pelo que a ECFP solicita que sejam facultados esclarecimentos adicionais, que permitam concluir sobre a razoabilidade dos valores registados.

D. Conclusão

Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, a ECFP considera que, exceto quanto às situações anómalas e incorreções e quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações de âmbito, apresentadas nos Pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 da

Secção C deste Relatório, nada mais chegou ao conhecimento da ECFP que leve a concluir sobre a existência de outras situações materialmente relevantes que afetem as Contas da Campanha Eleitoral para as Eleições Autárquicas realizadas em 29 de setembro de 2013 e apresentadas pelo CDS-Partido Popular.

Lisboa, 25 de setembro de 2015

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Margarida Salema d'Oliveira Martins
(Presidente)

José Gamito Carrilho
(Vogal)

Leonel Manuel Dias Vicente
(Vogal, Revisor Oficial de Contas)